

Luís Olímpio Stalchmidt Cipriano

COMUNIDADES RURAIS CABOCLAS NO TERRITÓRIO MEIO
OESTE CONTESTADO - SC

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Agroecossistemas da Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de Mestre em
Agroecossistemas
Orientador: Prof. Dr. Ademir
Antonio Cazella

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Cipriano, Luis Olímpio Stalchmidt Cipriano
Comunidades Rurais Caboclas no Território Meio
Oeste Contestado - SC / Luis Olímpio Stalchmidt
Cipriano ; orientador, Ademir Antonio
Cazella, 2017.
140 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias,
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Comunidades Rurais
Caboclas. 3. Território Meio Oeste Contestado. 4.
Reprodução Social. 5. Políticas Públicas. I. Cazella,
Ademir Antonio Cazella. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Agroecossistemas. III. Título.

“Comunidades Rurais Caboclas no Território Meio Oeste Contestado - SC”

Por

LUÍS OLÍMPIO STALCHMIDT CIPRIANO

Dissertação julgada adequada, em 29/06/2017, e aprovada em sua forma final, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas. Área de Concentração Desenvolvimento Rural e Desempenho Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias/UFSC.

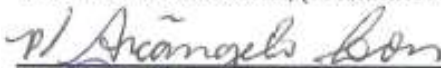


Prof. Dr. Arcangelo Loss (Coordenador do Programa)

Banca Examinadora:



Ademir Antonio Cazella, (Presidente /Orientador)



Arlene Anelia Renk (Titular/Unochapecó) via videoconferência



Marlene Grade (Titular Externo/DZDR/UFSC)



Pedro Martins (Titular Externo/UDESC)

Candidato ao título:



LUÍS OLÍMPIO STALCHMIDT CIPRIANO

Florianópolis, 29 de junho de 2017

Este trabalho é dedicado à Mãe Terra, em gratidão pela oportunidade de aprendizagem do amor à Natureza, junto aos agricultores caboclos e agricultoras caboclas de Santa Catarina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que é Pai e Mãe, e ao Mestre Jesus pela guiaça e proteçaõ agora e sempre.

Aos meus familiares mais prõximos. Minha amada mãe, Lélia, meu amado pai, Alberto, por todo amor em forma de orientaçaõ, apoio, incentivo e confiaça. Minhas irmãs, Ana e Tetê. Meus filhos, Laura e Lucas, sementes de evoluçaõ. Minha companheira Helena, pelos ensinamentos, pelo cuidado, pela tolerância e por todo o apoio nessa jornada.

Aos meus amigos antigos, Lucas, Ciro, Sadananda, Rodolfo, Pedro, Vini, Phablo, Léo, Walter, Rodrigo, Diguinho, Bruno, Reno, Andrausio, Serafa, Tibucas, Skif, Flávio, Lilás, pela parceria, compreensãõ, “pazciência” e, principalmente, pela musicalidade que inspira e edifica. Aos novos amigos Petra, Julia, Bruno, Victor e Felipe, por todo o compartilhar amoroso dentro e fora da “nossa” casinha da lomba.

Ao meu orientador Prof. Ademir Cazella, por ter me aceitado como orientando, pelo exemplo, boa vontade, flexibilidade, pelos momentos de aprendizado, pela paciência, confiaça e pelos momentos de confraternizaçaõ. Aos demais professores que contribuíram: Valmir Stropassolas, Fábio Búrigo, Maria Ignez Paulilo, Alberto Cupani, Marlene Grade, Arlene Renk, Pedro Martins, Paola Rebollar, pelo apoio no estágio de docência, e todos os demais professores do PPGA.

Aos colegas do LEMATE: Monique, Vladimir, Anderson, Ana, Andréia. Aos demais colegas do PPGA e CCA, especialmente: Hélène, Jairo, Pri, Nicole, Andrea, Alana, Luiz, Lucho, Natal, Aruana, Daisy, Natália, Mariane, Jucal, Isa, Adevan, Leandro e Clarissa. E agradeço de forma especial ao Guilherme Fabrin, pela parceria e apoio nos estudos de campo e de sala.

Aos amigos Paulo e Pedro Rebeschini, por toda a ajuda, do leste ao oeste. A todos os parceiros de campo, em especial Leonel, Darci, Avelino, Sandro, Francisca, Jandira, Valdir, Celso, Valdecir, Olímpio, Edy Alexandre, Elvina, Simaiqui, Adriana, Neudo e Leonir Luzzi.

Gostaria de agradecer, ainda, cada pessoa com quem convivi e que de alguma forma influenciou minha caminhada nessa direçaõ, mas como seriam muitos nomes, priorizo aqui os que me motivaram de forma mais direta. Renato Caiçara, Juonas, Leonildo, Eduardo Harder, Marcia Regina, Ana Josefina, Liliani, Valdir, Manoel e Valdo.

Por fim, agradeço a CAPES pelo apoio financeiro de uma bolsa de pós-graduaçaõ e a FAPESC, pelo financiamento da pesquisa.

Gratidão!

As estrelas já chegaram
Para dizer o nome seu
Sou eu, sou eu, sou eu
Sou eu um filho de Deus

As estrelas me levaram
Para correr o mundo inteiro
P'ra conhecer esta verdade
Para poder ser verdadeiro

Eu subi serra de espinhos
Pisando em pontas agudas
As estrelas me disseram
No mundo se cura tudo

As estrelas me disseram
Ouve muito e falar pouco
Para eu poder compreender
E conversar com meus caboclos

Os caboclos já chegaram
De braços nus e pés no chão
Eles trazem remédios bons
Para curar os cristãos

(Raimundo Irineu Serra)

RESUMO

Este é um estudo sobre a persistência de comunidades rurais caboclas no Território Meio Oeste Contestado – SC (TMOC). O processo histórico de ocupação dessa região marginalizou o acesso a terra e desestruturou o modo de vida tradicional de boa parte dos agricultores caboclos (camponês mestiço de índios, negros e brancos) que habitava a região de longa data, em favor da exploração florestal pela indústria madeireira e da colonização com agricultores de origem europeia. Expropriadas, a maioria das famílias caboclas abandonou o campo durante o processo de modernização da agricultura, ocorrido a partir de meados dos anos 1960. Grande parte de seus descendentes reside em bairros periurbanos dos municípios da região. No entanto, uma parcela persistiu no meio rural: parte se integrou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir dos anos 1980 e foi beneficiada pela política de reforma agrária, e outra porção persistiu em comunidades rurais, sendo que em algumas delas a presença de famílias caboclas ainda é expressiva. Estas famílias, na sua maioria, vivem em situação de precariedade, reprodução social limitada e têm dificuldades para acessar políticas públicas de desenvolvimento agrícola. Em geral, não são reconhecidas pelas Organizações Profissionais Agrícolas (OPA) – serviços públicos de extensão rural, bancos públicos, cooperativas, ONG e sindicatos – enquanto agricultores profissionais passíveis de adotarem as orientações tecnológicas difundidas pelas OPA. A situação de relativa invisibilidade social dos agricultores caboclos no oeste catarinense tem a ver com acontecimentos históricos, fortemente marcados pela Guerra do Contestado (1912-1916). As populações caboclas normalmente são abordadas pelos estudos sobre esse evento, com destaque para as comunidades associadas aos antigos redutos da guerra. No entanto, nem todos os caboclos participaram da guerra, e muito pouco se sabe sobre a história e a existência de comunidades de remanescentes caboclos que não necessariamente tiveram ligação com o conflito. Neste contexto, buscou-se nesta pesquisa identificar, mapear e elaborar um inventário preliminar das comunidades rurais com presença de famílias de origem cabocla no TMOC, com a finalidade de tornar visível a persistência dessas famílias no espaço rural, apesar dos processos de exclusão e segregação socioespacial historicamente sofridos pela população cabocla. De forma complementar, procurou-se caracterizar as principais estratégias de reprodução social de agricultores de origem cabocla em um caso específico, com o propósito de compreender as estruturas explicativas da permanência dessas famílias no meio rural, em que

pesem os estigmas sociais e a desestruturação do seu modo de vida tradicional. Metodologicamente, adotaram-se procedimentos quantitativos e qualitativos de forma combinada, entre eles pesquisas em documentos oficiais, literatura científica, consulta eletrônica, telefônica e presencial a instituições públicas e organizações sociais, entrevistas exploratórias e semiestruturadas, além da observação com os agricultores da comunidade. De forma geral, foi possível perceber que há uma persistência de comunidades rurais com presença de famílias caboclas. Mesmo com intensos processos de colonização e de modernização da agricultura, essas comunidades não desapareceram completamente, ainda que em boa parte delas a agricultura seja uma atividade secundária. As famílias caboclas recorrem a uma diversidade de estratégias para criar as condições necessárias à sua reprodução no espaço rural. Prevalece nesses agricultores uma conduta de estima pelo convívio, solidariedade e sustentabilidade em detrimento dos valores ligados à acumulação e competitividade. A pesquisa revelou diversos indicativos da necessidade de continuidade do inventário e mapeamento das comunidades, assim como da investigação e caracterização de suas estratégias de reprodução social.

Palavras-chave: Comunidades Rurais Caboclas; Território Meio Oeste Contestado; Reprodução Social; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This is a research about the persistence of caboclo's rural communities in the Midwest Contestado Territory, located at Santa Catarina state, in Southern Brazil (TMOC). The historical process of occupation of this region marginalized the access to land and disrupted the traditional way of life of a large part of the Caboclo farmers (peasant originated in the mix of Indians, blacks and whites) who lived in the region for a long time, in favor of logging by the timber industry and colonization with European origin farmers. Expropriated, most caboclo families abandoned the countryside during the agricultural modernization process, which began in the mid-1960. Most of their descendants reside in peri-urban neighborhoods of the region's municipalities. However, a portion persisted in rural areas: part integrated the Landless Rural Workers Movement (MST) since 1980 and was benefited by the agrarian reform policy, and another part persisted in rural communities, of which some still have significant presence of caboclo families. Most part of these families live in precarious conditions, limited social reproduction and have difficulties to access agricultural development public policies. Commonly, they are not recognized by the Agricultural Professional Organizations (OPA) - public rural extension services, public banks, cooperatives, NGO and syndicates - as professional farmers able to adopt the technological guidelines disseminated by the OPA. Their relative social invisibility result from historical events, strongly marked by the Contestado War (1912-1916). The caboclo people are usually approached by studies on this event, especially the communities associated with the former strongholds of the war. However, not all the caboclos participated in the war, and very little is known about the history and existence of communities of remnant caboclos that did not have any connection with the conflict. In this context, this research aimed to identify, map and elaborate a preliminary inventory of rural communities with presence of caboclo families in the TMOC, in order to make visible the persistence of these families in the rural area, despite the processes of exclusion and socio-spatial segregation historically suffered by the caboclo people. In a complementary way, we aimed to characterize the main social reproduction strategies of caboclo origin farmers in a specific case, with the purpose of understanding the structures that make possible the permanence of these families in the rural space, despite their social stigmas and traditional way of life destructuring. Methodologically, both quantitative and qualitative procedures were adopted in a combined

manner, including the research in official documents, scientific literature, electronic, telephone and face-to-face consultation with public institutions and social organizations, exploratory and semi-structured interviews, and observation with the farmers of the community. In general, it was possible to perceive that there is a persistence of rural communities with the presence of caboclo families. Even with intense colonization and agricultural modernization processes, these communities did not completely disappear, although for many of them agriculture is a secondary activity. Caboclo families use a variety of strategies to create the necessary conditions for their reproduction in rural areas. Prevail in these farmers a behavior of esteem for living together, solidarity and sustainability, to the detriment of values linked to accumulation and competitiveness. The research revealed several indications of the need for continuity of the inventory and mapping of communities, as well as the investigation and characterization of their social reproduction strategies.

Keywords: Caboclo's Rural Communities; Midwest Contestado Territory; Social Reproduction; Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização geográfica de Santa Catarina no Brasil, do Território no Estado e dos municípios no interior do Território.	32
Figura 2 - Região sede dos redutos e combates da Guerra do Contestado.	56
Figura 3 - Mapa das comunidades com presença de famílias de origem cabocla no TMO.	84
Figura 4 - Casa de família de origem Cabocla.	86
Figura 5 - Agricultores e sementes crioulas de feijão.	94
Figura 6 - Casas construídas pela ervateira Tertúlia.....	99
Figura 7 - Facão e serra utilizados na extração de erva-mate.....	101
Figura 8 - Comunidade Alto Alegre.....	103
Figura 9 - Olaria localizada na comunidade Vila União.	105
Figura 10 – Contraste de uso do solo em propriedades rurais distintas.	106
Figura 11 - Uso do solo na propriedade das famílias de Linha Quadras	112
Figura 12 - Terra de plantar usada para policultivo coletivo.....	113
Figura 13 - Agricultor alimentando bovino em área de uso misto e, ao fundo, terra de criar.	115
Figura 14 - Criação de suínos na "floresta de criar".....	116
Figura 15 - Terra de plantar cedida, próxima ao Rio Chapecozinho...	117
Figura 16 - Áreas de uso externas à propriedade.	118
Figura 17 - Barbaquá tradicional e erva-mate "descansando" para ser moída.....	120
Figura 18 - Estrutura da horta financiada pelo PBSM.	124
Figura 19 - Reunião anual para comemoração do aniversário do "Pai Grande".	127

LISTA DE SIGLAS

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

LEMATE – Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SMA – Secretaria Municipal de Agricultura

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

TMOC – Território Meio Oeste Contestado

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
1.1	ENCONTRANDO OS CABOCLOS – TRAJETÓRIA ACADÊMICA.....	27
1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA E IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	32
1.3	REPRODUÇÃO SOCIAL – INSTRUMENTO TEÓRICO .	37
1.4	METODOLOGIA – TRAJETÓRIA DA PESQUISA	40
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	45
2	TERRITÓRIO CABOCLO	47
2.1	OCUPAÇÃO E SEGREGAÇÃO	47
2.1.1	A Propriedade Privada	47
2.1.2	A Guerra Santa	50
2.1.3	A Colonização	55
2.1.4	A “modernização” da agricultura	61
2.2	O CABOCLO.....	63
2.2.1	Origem e identidade	64
2.2.2	O “jeito” caboclo	68
2.3	SÍNTESE E CONCLUSÕES	72
3	AS COMUNIDADES CABOCLAS	74
3.1	O INVENTÁRIO DAS COMUNIDADES	75
3.1.1	O mapa das comunidades caboclas	83
3.2	TIPOLOGIA DAS COMUNIDADES	86
3.2.1	Comunidades ligadas à extração e industrialização de Erva-mate	88
3.2.1.1	Comunidade Linha Liberato - Ponte Serrada.....	89
3.2.1.2	Linha Pouso dos Tropeiros – Ponte Serrada	90
3.2.1.3	Vila Florindo Folle – Xaxim	91

3.2.2	Comunidades relacionadas à extração e beneficiamento de madeira	92
3.2.2.1	Comunidade Vera Cruz – Catanduvas	92
3.2.2.2	Comunidade São João – Ipuacu	94
3.2.3	Comunidades rurais com forte presença de famílias pluriativas	96
3.2.3.1	Comunidade Santa Lúcia – Ouro	97
3.2.3.2	Comunidades Alto Alegre, Lindemberg e Vila União – Capinzal	101
3.3	O ESTUDO QUALITATIVO.....	105
3.3.1	Comunidade do “Pai Grande” (Linha Quadras) – Ouro Verde	105
3.3.1.1	As estratégias de Reprodução Social	109
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS.....	133

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho busco identificar, mapear e elaborar um inventário preliminar das comunidades rurais com presença de famílias de origem cabocla no Território Meio Oeste Contestado – SC (TMOC), com a finalidade de tornar visível a persistência dessas famílias no espaço rural, apesar dos processos de exclusão e segregação socioespacial sofridos por esta população. De forma complementar, examino as principais estratégias de reprodução social de agricultores de origem cabocla, com o propósito de compreender as estruturas explicativas da permanência dessas famílias no espaço rural.

1.1 ENCONTRANDO OS CABOCLOS – TRAJETÓRIA ACADÊMICA

O interesse por remanescentes de caboclos surgiu com a oportunidade de estudá-los na pós-graduação, porém fortemente influenciado por experiências vivenciadas durante a graduação. Ao longo de dois anos do curso de Gestão Ambiental e três anos e meio do curso de Tecnologia em Agroecologia do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), trabalhei em dois projetos de extensão ligados a comunidades tradicionais de agricultores familiares, quilombolas¹ e caiçaras². Estas experiências oportunizaram-me conhecer e vivenciar outros modos de vida, com os quais me identifiquei crescentemente à medida que os conheci. Aqueles agricultores parecem viver orientados por uma lógica que os faz relacionarem-se de forma mais sensível e cuidadosa – em comparação à maneira como se faz em centros urbanos – com o restante da natureza, e isso me motiva. Suas

¹ Os quilombolas são descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários [...]. Apesar de existirem, sobretudo após o fim da escravatura, no final do século XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escritura. A constituição de 1988 garantiu seu direito sobre a terra da qual vivem, em geral de atividades ligadas à pequena agricultura, ao artesanato, ao extrativismo e à pesca, segundo as várias regiões em que se situam. (DIEGUES, 2003, p. 148).

² Entende-se por *caiçaras* aquelas comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Os caiçaras apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. (DIEGUES, op cit, p. 138-139).

tradições, diferentemente do que eu imaginava antes de conhecê-los, não são algo anacrônico, ligado a um saudoso passado que possibilitava a existência de práticas que hoje estariam comprometidas. Pelo contrário, as comunidades reveem e adaptam constantemente seus costumes com base na integração das experiências atuais com aquelas que vivenciaram com seus antepassados. Em outras palavras, suas tradições se expressam enquanto um processo dinâmico de pertencimento ao mundo.

Naqueles modos de vida, encontrei “vivos” alguns *temas de grande importância*, que em sala de aula não passavam de teorias, ou seja, a vivência estava preenchendo de sentido o “vazio” das palavras sem ação, sem exemplos.

A *segurança alimentar e nutricional*, assim como a *soberania alimentar*, se expressavam através da abundância, da variedade e da qualidade dos alimentos que nos eram generosamente oferecidos nas visitas às comunidades, majoritariamente provenientes dos seus próprios cultivos, contendo saberes e sabores intrínsecos que moldavam um forte contraste com a situação de pobreza em que alguns agricultores se encontravam. Outras formas de riqueza ali se manifestavam. A meu ver alimentar-se daquela maneira fazia parte de uma escolha, pois mesmo entre os agricultores que possuíam acesso à compra de alimentos mais sofisticados, os hábitos alimentares eram semelhantes. Este caso não reflete a situação da maioria das famílias rurais pobres. É importante não idealizar a pobreza, pois é frequente encontrar no campo famílias em situação de miséria, cuja segurança alimentar está comprometida.

Os *sistemas agroflorestais* estavam presentes nos quintais de muitas daquelas famílias, mesclando florestas nativa e cultivada em diferentes formas e naturalizando, em alguns casos, a *conservação dos ecossistemas*, já que utilizar e colaborar para manter tais recursos é algo natural para aquelas famílias. Em outras palavras, se faz presente a *conservação pelo uso*. Note-se que a expressão “naturalizando”, utilizada em referência à conservação, nos remete a refletir sobre a naturalidade do ato de conservar. De fato, em geral, parece que se naturalizou socialmente a degradação.

A *questão fundiária*, por sua vez, representada pelos conflitos de terra existentes, fazia emergir algumas fragilidades que colocavam em risco a continuidade das comunidades. Unidades de Conservação (UC) públicas e privadas, ao lado de grandes fazendas, impuseram aos habitantes locais restrições de circulação em seu próprio território, constringendo-os territorialmente, pois algumas práticas tradicionais estavam diretamente ligadas àquela mobilidade, a exemplo do extrativismo e da articulação/circulação entre as comunidades, cujas

distâncias foram aumentadas drasticamente em função dos cercamentos impostos.

Esta conjuntura foi imposta pela própria dinâmica da globalização. A compra de propriedades onde foram criadas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) por parte de Organizações Não-Governamentais (ONG), verdadeiros latifúndios verdes, havia sido financiada indiretamente por grandes empresas transnacionais interessadas em quantificar o carbono contido nas matas do território para “compensar” seus elevados índices de emissão de gases do efeito estufa. Diversos posseiros sem titulação de terra foram removidos neste processo, não somente no caso em questão, mas ao redor de todo o mundo, principalmente em países do Terceiro Mundo³. As grandes fazendas eram usadas para especulação imobiliária, pertenciam a indivíduos da alta classe curitibana que nem sequer visitavam suas propriedades, mas mantinham pequena bubalinocultura para evitar que fossem caracterizados improdutivos seus estabelecimentos. Esta atividade, por sua vez, causava inúmeros passivos ambientais e, por vezes, prejuízos, sempre que os animais invadiam os cultivos dos agricultores vizinhos. Existiam ainda outros fatores que, direta e indiretamente, ameaçavam a continuidade daqueles modos de vida, os quais não cabem neste breve relato. No entanto, o que importa aqui é ressaltar que, de um lado, ter conhecido a maneira como vivem aquelas comunidades, a riqueza contida em suas tradições e sua importância, me impulsionou a conhecer, por um lado, mais qualitativa e quantitativamente agricultores com traços culturais semelhantes para, aos poucos, apreender o seu modo de vida. Por outro lado, o contrastante processo de fragilização de sua existência, entre outros fatores, me estimulou a aprofundar meu conhecimento no sentido de contribuir de alguma forma com seu fortalecimento.

O caminho que se abriu neste sentido foi o da pós-graduação, onde, por meio do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (LEMATE), que concentra suas atividades de pesquisa principalmente no Território Meio Oeste Contestado (Box 1),

³ A atuação de grandes ONGs transnacionais para a conservação da natureza, orientada por um modelo que dicotomiza o homem e o meio natural, tem influenciado Governos e impactado negativamente povos indígenas e comunidades tradicionais por meio de restrições e até mesmo expulsões. Segundo Diegues (2008, p. 15), “calcula-se que entre 10 a 14 milhões de pessoas foram expulsas [...]” nesse processo em todo o mundo.

fui instigado a conhecer os caboclos do oeste catarinense⁴. Apesar de sentir-me um tanto especulativo e até mesmo receoso nos processos de escrita por não ter ainda convivido com os caboclos catarinenses, à medida que avancei na bibliografia sobre o assunto percebi que estava no caminho certo. No início do segundo ano do curso de mestrado realizei minha primeira visita às comunidades rurais caboclas e somente a partir de então senti a plena segurança de estar estudando o público com o qual me identifico e acredito que necessita de fortalecimento dentro da complexa sociedade globalizada.

A seguir, o BOX 1 contém uma síntese dos principais elementos em que consiste o TMOC.

⁴ A motivação se deu a partir da participação no projeto “Estudo de iniciativas de descentralização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural em Santa Catarina”, aprovado na Chamada Pública nº 01/2014 – PROGRAMA UNIVERSAL, da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, coordenado pelos integrantes do LEMATE. Este projeto tem como região de estudo o TMOC.

Box 1 – Território Meio Oeste Contestado

O TMOC é um dos 120 Territórios da Cidadania criados pelo Governo Federal em 2008, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A abordagem territorial vem sendo adotada pelo governo brasileiro desde 2003 no sentido de articular e implementar políticas públicas destinadas ao meio rural, tanto para fomentar o protagonismo de atores sociais na construção e na governança do desenvolvimento de seus territórios, quanto para potencializar os resultados das políticas públicas.

O Programa Territórios da Cidadania surgiu a partir da percepção de que alguns dos Territórios Rurais, anteriormente selecionados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), se apresentavam mais fragilizados economicamente, e que, portanto, necessitavam de uma atenção mais urgente, com ações ainda mais articuladas. Trata-se de uma iniciativa que buscava a intervenção concentrada de diversos ministérios e órgãos públicos em zonas rurais marcadas por fortes índices de pobreza. A política territorial rural simboliza, segundo Delgado e Leite (2015, p. 240), “uma inovação institucional importante no sentido de incorporar demandas dos diferentes povos e populações tradicionais existentes no meio rural na política pública do governo federal”.

O TMOC abrange três associações de municípios, das quais apenas uma está contemplada em sua totalidade, a Associação dos Municípios do Alto Irani. Das outras duas associações, Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense e Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense, situam-se fora do Território um e três municípios, respectivamente. Segundo Tecchio (2012), o processo de delimitação que resultou na configuração geográfica do TMOC foi bastante polêmico, uma vez que os atores do setor público se viram obrigados a participar de diferentes fóruns regionais dos quais muitos tinham finalidades semelhantes.

É importante destacar que o despertar para o tema de pesquisa se deu, dentre várias razões, pelo fato da política pública de desenvolvimento territorial do MDA incluir no nome desse território o "contestado", sem nenhuma ação afirmativa no sentido de incluir os principais atores desse episódio histórico nas suas ações e, sobretudo, projetos financiados. Isso caracteriza, no mínimo, uma incoerência com a proposta de ação dos territórios da cidadania.

distinções históricas e políticas, moldaram a atualidade dessas populações. O conceito de caboclo será devidamente explorado adiante, mas para introduzir o tema identificamos como caboclo o camponês ou trabalhador de origem camponesa, mestiço de índios, negros e brancos, com valores sociais específicos, que constitui um segmento da população que vive uma “condição de existência em contexto de isolamento relativo (mesmo quando migram para as cidades), afastado do sistema legal e sem acesso às relações de poder dominantes” (MARTINS, 2001, p.17).

A maioria dos agricultores caboclos vive em agrupamentos de famílias chamados de “linhas” ou comunidades. Algumas destas comunidades são formadas exclusivamente por famílias de origem cabocla e outras têm formação mista, ou seja, presença de famílias caboclas em meio a famílias de outras origens étnicas. De acordo com a formulação de Fichter (1967 apud SABOURIN, 2009 p. 48), comunidade é um “grupo territorial de indivíduos que mantêm relações recíprocas e utilizam recursos comuns para satisfazer projetos comuns”. Além da localidade e proximidade, a palavra comunidade carrega noções de parentesco, espiritualidade e compartilhamento de recursos. Segundo Sabourin (2009, p. 48), a comunidade rural é “marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica, e em atividades e instituições locais”, o que possibilita “apontar os princípios de base da comunidade camponesa do Brasil: parentesco, localidade, sentimento de pertencimento e reciprocidade”.

O processo histórico de ocupação da região onde se situa o Território Meio Oeste Contestado – SC (TMOC) marginalizou o acesso a terra e desestruturou o modo de vida tradicional de boa parte dos agricultores caboclos que habitava a região de longa data, em favor da exploração florestal pela indústria madeireira e da colonização com agricultores de origem europeia. Expropriadas, a maioria das famílias caboclas abandonou o campo durante o processo de modernização da agricultura, ocorrido a partir de meados dos anos 1960. Grande parte de seus descendentes reside em bairros periurbanos dos municípios da região. Outra parte se integrou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir dos anos 1980 e foi beneficiada pela política de reforma agrária. A região em estudo apresenta uma forte incidência de assentamentos da reforma agrária. No entanto, uma parcela persistiu no meio rural, havendo comunidades rurais onde a presença de famílias caboclas ainda é expressiva.

Essas famílias caboclas, na sua maioria, vivem em situação de precariedade, reprodução social limitada e têm dificuldades para acessar políticas públicas de desenvolvimento agrícola⁶. Em geral, não são reconhecidas pelas Organizações Profissionais Agrícolas (OPA) – serviços públicos de extensão rural, bancos públicos, cooperativas, ONG e sindicatos – enquanto agricultores profissionais passíveis de adotarem as orientações tecnológicas difundidas pelas OPA. A situação de invisibilidade social relativa dos agricultores caboclos no oeste catarinense tem a ver com acontecimentos históricos, fortemente marcados pela Guerra do Contestado (1912-1916). As populações caboclas normalmente são abordadas pelos estudos sobre esse evento, com destaque para as comunidades caboclas associadas aos antigos redutos da guerra. No entanto, nem todos os caboclos participaram da guerra, e muito pouco se sabe sobre a história e a existência de comunidades de remanescentes caboclos que não necessariamente tiveram ligação com o conflito.

A partir desta problemática, elaboramos algumas reflexões para justificar a presente pesquisa. A primeira delas diz respeito à existência de uma lacuna teórica relativa às populações caboclas de Santa Catarina. O Programa Territórios da Cidadania – do qual faz parte o TMOC – teve como objetivo principal a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ou seja, houve um esforço em implementar e gerir políticas públicas junto à agricultores empobrecidos, situação em que se encontra grande parte das famílias caboclas, como já foi mencionado. Surge então o seguinte questionamento: como fomentar geração de renda com um público praticamente desconhecido? São escassos os trabalhos onde os caboclos catarinenses aparecem enquanto objeto de pesquisa no que diz respeito ao modo como vivem, trabalham, se relacionam, enfim, sobrevivem. Existe uma lacuna teórica a respeito de suas estratégias de reprodução social e esta carência de conhecimento reforça a histórica marginalização destas populações. É possível que o não acesso destes agricultores às políticas públicas produtivas seja um reflexo da negligência da ação do setor público em relação ao agricultor

⁶ Por políticas públicas de desenvolvimento agrícola, entendemos aquelas voltadas para o desenvolvimento do espaço rural através do apoio ao desenvolvimento das unidades de produção. A exemplo, podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em nível federal, e o Santa Catarina Rural (SC Rural) em nível estadual, entre outras.

caboclo e seu modo de viver e de fazer agricultura. Segundo Ploeg (2006, p. 34), a “falta de entendimento teórico reflete-se negativamente na formulação de políticas”. Em outras palavras, esta lacuna impede que políticas públicas sejam formuladas de maneira adequada ao processo de trabalho desenvolvido pelos agricultores e agricultoras caboclas. Sem estudos detalhados é pouco provável que se tenha noção de suas demandas e potencialidades em uma medida que possibilite contemplá-las na política pública.

A inexistência de dados secundários e a falta de informação da parte de agentes públicos que atuam no meio rural a respeito dessas comunidades também justificam este trabalho. Elas são fortes indicativos do processo de invisibilização sofrido pelo público caboclo, e dificultam qualquer esforço de aproximação e de compreensão destas populações. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, “caboclos, índios e negros que viviam no Território Contestado traçaram trajetórias de contínua luta para sobreviver num território que até hoje não os visualiza como sujeitos integrantes da história da região” (SDT, 2006, grifo nosso). É necessário trazer à tona a existência e a importância das comunidades rurais de caboclos.

As duas constatações apresentadas até agora fazem parte do caminho a ser percorrido para aproximar-nos da tentativa de minimizar aquilo que julgamos ser a principal justificativa desta pesquisa. Consideramos que o tratamento dispensado por parte do Estado – com destaque para a Guerra do Contestado e o desigual processo de colonização – gerou uma verdadeira dívida social com as populações caboclas. Este é, naturalmente, um assunto delicado, afinal as vítimas e os causadores da guerra já não estão mais aqui, assim como os responsáveis diretos pela colonização. Não se trata de pormenorizar as famílias e setores do Estado que estiveram em atrito nesses processos e momentos históricos, e fazer compensações, afinal não cremos haver possibilidade de compensar os danos sofridos. No entanto, muitas famílias herdaram as sequelas e continuam marginalizadas em diversos aspectos. Trata-se da garantia de direitos sem seletividade, segregação, estigmatização, invisibilização, mas em igualdade. Essa dívida precisa ser trabalhada, e para isso acontecer precisamos ter consciência da existência dos caboclos, de sua forma de viver e de fazer agricultura, e ter noção da expressividade de sua existência de modo a estimular e embasar os diversos setores da gestão pública para agir no sentido da inclusão. Contribuir para a visibilização e compreensão desta dívida é uma “missão não oficial” deste estudo.

Para tanto apresentamos as questões orientadoras da pesquisa, que reformuladas durante seu desenvolvimento, conduziram-nos aos objetivos do estudo. Diante da escassez de informações oficiais sobre a existência de comunidades rurais com presença de famílias de origem cabocla, a primeira pergunta nos orientou na busca por identificar a persistência desse tipo de comunidade. Se há comunidades rurais onde persistem famílias de agricultores caboclos na região de estudo, onde elas estão localizadas, como se formaram e quantas famílias as compõem? Grande parte das informações preliminares a este respeito, com exceção dos ex-redutos do contestado e algumas poucas informações sobre comunidades caboclas não remanescentes do movimento da guerra, foram obtidas empiricamente, através de membros da nossa equipe que conhecem a região e pessoas que nela vivem, que nos informaram da existência deste tipo de comunidades. A hipótese a ser verificada em relação à pergunta enunciada anteriormente consiste, então, na afirmação de que existe um número expressivo de comunidades rurais caboclas invisíveis socialmente, que se formaram principalmente em torno de polos de exploração e transformação de recursos (ervateiras, serrarias, olarias) que demandaram a mão de obra e, por vezes, o saber-fazer caboclo.

A segunda questão diz respeito à maneira como sobrevivem as famílias de agricultores caboclos: Quais as principais estratégias de reprodução social, voltadas para a permanência no meio rural, empreendidas pelas famílias caboclas que resistem à migração para as zonas urbanas? Uma possível resposta é que a persistência das comunidades rurais caboclas se deve à diversidade de estratégias de reprodução social empreendidas pelas famílias que as compõem, como forma de resistir, apesar dos estigmas sociais e das dificuldades que as mesmas enfrentam para acessar políticas públicas produtivas.

A terceira questão tem a ver com as características fundamentais dos agricultores caboclos que podem ser consideradas como específicas e diferenciadoras dos agricultores descendentes de imigrantes europeus. Neste caso a hipótese é que a principal diferença consiste nas distintas racionalidades dos grupos. Acredita-se que os caboclos possuem racionalidades orientadas por outros valores éticos sobre a reprodução socioeconômica, as relações sociais e com o meio natural, por meio das quais priorizam-se valores de convívio e de sustentabilidade em detrimento dos valores ligados à competitividade.

O objetivo principal deste trabalho consiste em identificar, mapear e elaborar um inventário preliminar das comunidades rurais com presença de famílias de origem cabocla no Território Meio Oeste

Contestado, com a finalidade de tornar visível a persistência dessas famílias no espaço rural, apesar dos processos de exclusão e segregação socioespacial sofridos pela população cabocla na região. De forma complementar, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

- i) Caracterizar as principais estratégias de reprodução social de agricultores de origem cabocla, com o propósito de compreender as estruturas explicativas da permanência dessas famílias no meio rural, em que pesem os estigmas sociais e a desestruturação do seu modo de vida tradicional;
- ii) Realizar uma descrição das características socioeconômicas mais relevantes de comunidades com presença de famílias de origem cabocla;
- iii) Compreender as características fundamentais desses agricultores que podem ser consideradas específicas e diferenciadoras dos agricultores descendentes de imigrantes europeus.

1.3 REPRODUÇÃO SOCIAL – INSTRUMENTO TEÓRICO

Como uma comunidade sobrevive ao longo do tempo? Certamente a resposta desta indagação não deve ser tão simples quanto ela própria, pois envolve diversas dimensões da vida das famílias componentes, tais como as dimensões econômica, cultural e das relações sociais, entre outras.

O conceito de *sistema de estratégias de reprodução social*, formulado por Pierre Bourdieu (1974), envolve um complexo de categorias sociológicas, que apoia a compreensão das estruturas sociais e das relações intra-sociais inerentes ao grupo que se pretende estudar. Este arcabouço teórico constitui, portanto, um importante instrumento de análise para a compreensão e interpretação do “conjunto das estratégias [...] através das quais a família visa se reproduzir biologicamente e sobretudo socialmente, isto é, reproduzir as propriedades que lhe permitem conservar sua posição, sua situação no universo social considerado” (BOURDIEU, 1990, p. 87). Nesta formulação, a família tem uma importância central, pois é o “agente” das estratégias de reprodução social. Constitui o núcleo onde as ações que garantem sua própria reprodução física e social se articulam e, ao mesmo tempo, o espaço onde se formam as *disposições dos atores* para pôr em prática suas estratégias, ou seja, o *habitus*, definido por Bourdieu como:

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1972, p. 175).

Interpretando este conceito, Azevedo (2003, p. 1) entende que o habitus “é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social”. Assim, as ações executadas pelas famílias caboclas para conservar ou melhorar sua posição no espaço social podem ser apreendidas e analisadas a partir da noção de estratégia, entendida como “as linhas de ação objetivamente orientadas que os atores sociais constroem perenemente na prática e que se definem no encontro entre o habitus e uma conjuntura específica do campo” (BOURDIEU, 1995, p. 89, tradução nossa).

O mecanismo básico das estratégias de reprodução social consiste na possibilidade de transformação das diferentes espécies de *capital*, que pode ser entendido como um conjunto de bens específicos, que constituem uma fonte de poder. Entre as diferentes *formas de capital* se encontram as seguintes: i) o *capital econômico*, que se constitui por qualquer tipo de bem diretamente convertível em dinheiro, mas que também pode estar institucionalizado na forma de direitos de propriedade; ii) o *capital cultural*, que pode existir em três diferentes estados: incorporado na forma de disposições, habilidades e capacidades corporais e mentais, objetivado na forma de bens culturais e institucionalizado em títulos acadêmicos, por exemplo; iii) o *capital social*, entendido como a capacidade dos agentes de mobilizar os mais variados recursos através de sua rede de relações sociais e iv) o *capital simbólico*, geralmente chamado de prestígio, reputação ou renome. (BOURDIEU, 1986, p. 243).

Em sua teoria, Bourdieu entende que, apesar de serem fortemente interligadas, é possível classificar as estratégias de reprodução social da

seguinte forma: estratégias de investimento biológico, estratégias de sucessão ou de herança, estratégias educativas, estratégias de investimento econômico e estratégias de investimento simbólico (BOURDIEU, 1994).

As principais estratégias de *investimento biológico* são as de *fecundidade* e as de *profilaxia*. As estratégias de *fecundidade* são de longo prazo, envolvem a herança e o futuro da linhagem familiar. Podem objetivar tanto o manejo da força do núcleo familiar quanto o controle do número de herdeiros, e são identificadas pela existência de planejamento e de controle, direto ou indireto, do número de filhos. As estratégias de *profilaxia* objetivam a conservação do patrimônio biológico e a gestão do capital físico, e implicam investimento, não necessariamente monetário, em saúde e prevenção de doenças. Sua existência pode ser constatada pela presença de ações que variam desde o cultivo de alimentos limpos para a alimentação familiar, até tratamentos médicos contínuos.

As estratégias de *sucessão* visam, dentro das possibilidades dos costumes ou da Lei, garantir a transmissão do patrimônio material entre gerações, evitando ao máximo eventuais perdas ou desperdícios. Para isto, as famílias podem recorrer a diversos “truques” ou subterfúgios, como, por exemplo, a transmissão direta ou invisível, e a venda fictícia de bens.

As estratégias *educativas* compreendem as estratégias escolares e as éticas que constituem a esfera moral das famílias, e são empreendidas com o objetivo de produzir agentes sociais dignos de receber a herança do grupo. Elas podem envolver esforços para acessar a educação formal, o acompanhamento do desempenho escolar dos filhos e a organização da própria escola, mas também a transmissão de saberes e costumes tradicionais, como no caso de comunidades camponesas⁷, a exemplo das que estão sendo aqui estudadas.

As estratégias de *investimento econômico* orientam-se no sentido de fazer perpetuar ou aumentar o capital nas suas diversas formas. Esta categoria de estratégia inclui uma espécie de investimento social, ou seja, estabelecer relações sociais diretamente utilizáveis ou comercializáveis, podendo isto ocorrer em curto, ou em longo prazo. No

⁷ De acordo com Mendras (1976 apud WANDERLEY, 1996, p. 3) existem “cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarcia relativa; uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global”.

caso das famílias rurais caboclas, supõe-se que nas estratégias de investimento econômico estejam incluídos o acesso a políticas públicas sociais e de desenvolvimento agrícola, além das relações de trabalho, como os arrendamentos de terras, o assalariamento e as próprias atividades agrícolas.

Por fim, as estratégias de *investimento simbólico* constituem as ações que tendem a conservar e aumentar o capital de reconhecimento e a favorecer a reprodução dos esquemas de percepção e apreciação mais favoráveis aos grupos familiares. Como exemplo podemos citar a reciprocidade para com visitantes e hóspedes, comumente encontrada nas famílias camponesas. Ela é expressada através da generosidade, na oferta do “bom e do melhor” durante a convivência – seja alimento ou local de descanso – e de alguma “lembrancinha” ao visitante que está indo embora, ou seja, um presente que o faça ter uma boa lembrança da experiência vivenciada durante sua estada junto à família.

1.4 METODOLOGIA – TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Este tópico descreve uma trajetória, portanto, sua organização será apresentada em ordem cronológica, com o propósito de evidenciar as aprendizagens desenvolvidas no percurso. A presente pesquisa contou com o apoio do Projeto “Estudo de iniciativas de descentralização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural em Santa Catarina”, aprovado na Chamada Pública nº 01/2014 – PROGRAMA UNIVERSAL, da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), coordenado pelos integrantes do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. A região alvo deste projeto é o TMOc, o que conduziu a presente pesquisa a estabelecer como área de estudo este mesmo Território. Contamos também com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Pesquisa, que concedeu uma bolsa de Iniciação Científica cujo tema de pesquisa consiste em inventariar as comunidades caboclas no TMOc.

O desenvolvimento do presente trabalho aconteceu por meio de diversos procedimentos metodológicos que se complementaram. Desde o início da pesquisa realizamos estudos da bibliografia relacionada ao público-alvo, bem como de documentos oficiais sobre políticas públicas. Diante da escassez de informações objetivas a respeito da presença de comunidades rurais de remanescentes caboclos na região, iniciamos a

pesquisa pela identificação dessas comunidades, com o propósito de subsidiar os próximos passos.

Para realizar este levantamento elaboramos um questionário, o qual foi enviado para diversas instituições públicas e organizações sociais dos municípios que compõem o Território. Quando a elaboração deste documento se completou, realizou-se uma pesquisa de campo exploratória com a finalidade de conhecer a região, levantar dados para o projeto FAPESC e entrevistar gestores públicos para testar o questionário. Após o retorno, realizamos uma busca detalhada dos contatos eletrônicos das seguintes secretarias municipais e organizações públicas sindicais: agricultura, assistência social, cultura, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). No total foram enviados 122 e-mails/questionários, mas esta ferramenta de pesquisa teve um retorno muito baixo em relação ao esperado (apenas duas respostas), impondo a necessidade de buscarmos outras formas de levantamento de dados.

No segundo semestre do curso de mestrado realizamos um trabalho de campo exploratório, com o propósito de entrevistar gestores e visitar algumas comunidades caboclas para verificar tanto a possibilidade quanto a abertura das famílias em nos receber por alguns dias para a realização um trabalho de pesquisa aprofundado. As entrevistas exploratórias com gestores nos aportaram dados como nomes e número aproximado de famílias de algumas comunidades rurais caboclas, além de informações relativas à acessibilidade dos agricultores caboclos a políticas públicas de desenvolvimento rural. Em geral, inexistente um cadastro ou banco de dados nos municípios com informações específicas de cada comunidade rural, a exemplo de número de famílias e de habitantes, origem étnica, idade, gênero, tamanho dos estabelecimentos agropecuários, sistemas de cultivo predominantes, etc. O mais comum são informações orais de profissionais que tem conhecimento ou que atuam nessas comunidades. Em uma das visitas à comunidades caboclas tivemos oportunidade de conversar com uma agente da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que atua no meio rural através do Programa Estratégia de Saúde da Família e possui um cadastro das famílias que atende. Além de nos aportar dados consistentes, essa entrevista serviu pra orientar nossa busca. Optamos por realizar contatos telefônicos com as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), devido à maior probabilidade de obtermos informações precisas, oriundas dos cadastros realizados pelas agentes rurais.

Outra fonte de informação referente às comunidades caboclas que se procurou consultar foi o Projeto Microbacias 2, coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Essa versão do Projeto se voltou para comunidades rurais pobres, situação em que se encontra a maioria das comunidades caboclas identificadas por membros da nossa equipe. A plataforma virtual através da qual obtivemos acesso às informações desse Projeto continha, no entanto, registros individuais por agricultor, sendo que a localidade habitada por cada um deles foi indicada genericamente por “microbacia hidrográfica”. Ou seja, não foi possível obter informações sobre as comunidades rurais de maneira específica, tornando esta ferramenta ineficiente para nossa pesquisa.

A princípio, optamos por priorizar a caracterização das principais estratégias de reprodução social de agricultores de origem cabocla do Território Meio Oeste Contestado, com o propósito de compreender as estruturas explicativas de sua permanência no meio rural, apesar da “pressão” no sentido contrário resultante da estigmatização social e das dificuldades que os mesmos enfrentam. De forma secundária, objetivávamos identificar, inventariar e historicizar as comunidades rurais com presença expressiva de famílias de origem cabocla. Todavia, na medida em que nos deparamos com a carência de informações sistematizadas sobre a existência deste tipo de comunidade, houve uma inversão. Nosso objetivo secundário passou a ser o principal, acrescido do objetivo de mapear as comunidades, ficando em segundo plano a caracterização das estratégias de reprodução social desses agricultores.

Após o levantamento dos contatos telefônicos das SMS, iniciamos as ligações priorizando os seguintes municípios, por já possuímos informações desde as entrevistas exploratórias: Catanduvas, Entre Rios, Ipuçu, Ouro Verde, Xaxim, Abelardo Luz, Bom Jesus, Faxinal dos Guedes e Xanxerê. Em seguida telefonamos para as Secretarias de Saúde e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de outros municípios do TMOC.

No início do quarto semestre do curso de mestrado, realizamos um trabalho de campo com o objetivo de investigar quais são as principais estratégias de reprodução social de famílias de agricultores caboclos. O procedimento metodológico desenvolvido consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas junto aos agricultores. A escolha deste método se justifica por suas qualidades de profundidade e flexibilidade, permitindo que os entrevistados expressem suas próprias percepções e respeitando sua linguagem e suas categorias mentais (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988). Foram entrevistadas seis das nove

famílias de uma comunidade rural do município de Ouro Verde que, quando tiverem suas falas citadas ao longo do texto, serão identificadas pelas seguintes siglas: C1, C2, C3, C4, C5, C6. A escolha por priorizar esta comunidade para fazer um estudo mais exaustivo se deu em função da disponibilidade e receptividade das famílias em ter um “estranho” convivendo participando de seu cotidiano, e fazendo perguntas a seu respeito. Das outras comunidades visitadas, apenas uma apresentou as mesmas qualidades com intensidade semelhante. Isso aconteceu, porém, no final da última pesquisa de campo, não sendo possível a realização do trabalho.

Outra ferramenta de coleta de dados que se pretendeu adotar durante a visita foi a *observação participante*.

Trata-se de uma técnica de levantamento de informações que pressupõe convívio, compartilhamento de uma base comum de comunicação e intercâmbio de experiências com o(s) outro(s) primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar... entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto dinâmico de relações no qual os sujeitos vivem [...] (FERNANDES, 2015, p. 490).

É importante enfatizar que esse tipo de pesquisa “não se faz sem um ‘Doc’, intermediário que ‘abre as portas’ e dissipa as dúvidas junto às pessoas da localidade” (VALLADARES, 2007, p. 154). No caso deste trabalho houve dois intermediários. Um deles – amigo de longa data de um dos membros da nossa equipe e também dos membros da comunidade – foi responsável pela indicação, contato e primeira aproximação com o grupo, e outro, que ajudou a dissipar as dúvidas, é membro da comunidade e assumiu a intermediação naturalmente, conforme percebeu a importância e se identificou com este papel. Ambos foram fundamentais para o trabalho, na medida em que dinamizaram principalmente a construção da confiança qualificante do intercâmbio experiencial. No entanto, para que a participação seja efetiva, a *observação participante* requer um tempo de convívio relativamente longo, que não foi possível ter durante a pesquisa. Portanto, consideramos que o que houve, na verdade, foi simplesmente a *observação*, não menos atenta, nem menos sensível, mas com menos participação. Ela se deu a partir do convívio por cinco dias com os agricultores caboclos, através de um compartilhar consciente e

sistemático, na proporção que as circunstâncias permitiram, tanto nas atividades cotidianas, quanto nos interesses e afetos do grupo.

Nas semanas seguintes do retorno do trabalho de campo, um novo bolsista do PIBIC começou a atuar e deu sequência ao trabalho desenvolvido pela bolsista anterior, contatando todos os municípios do Território que ainda restavam, a iniciar pelas SMS, seguidas dos escritórios municipais da EPAGRI, STR, Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), CRAS e secretarias municipais de agricultura. Esta ferramenta se revelou mais eficiente em comparação aos questionários via e-mail, visto que as respostas são imediatas, ainda que para muitas informações tenha sido necessário buscar complementação. É importante enfatizar que os contatos telefônicos, apesar de renderem melhores resultados que os eletrônicos, impuseram alguns obstáculos. Entre eles a indisposição ou desinteresse de algumas pessoas dos locais contatados em colaborar com a pesquisa, a dificuldade em esclarecer o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa em poucos minutos, a complexidade de estabelecer uma comunicação que inspirasse o mínimo de confiança para a cessão de informações sobre as comunidades. Além da dificuldade em encontrar disponíveis os responsáveis pelo atendimento aos agricultores, que recorrentemente estavam em campo, implicando em persistência por vezes exaustiva, resultando em muitos casos de insucesso. Dos resultados e conclusões deste processo de comunicação em específico, merecem ênfase, conforme já mencionado, a inexistência de dados secundários e a falta de informação da parte de agentes públicos que atuam no meio rural sobre essas comunidades.

Tentou-se contato via e-mail com pesquisadores, núcleos e grupos de pesquisa de algumas Universidades do oeste catarinense, que pudessem ter ligação com a temática em questão, mas não obtivemos retorno através desse método. Ao longo de toda a pesquisa buscamos em ferramentas de pesquisa na internet por informações sobre comunidades caboclas, principalmente depois do descobrimento da existência e dos nomes das comunidades. Em geral a pesquisa a partir dos nomes resultava em fontes que não aportavam dados relevantes para a pesquisa, com poucas exceções que estão devidamente citadas ao longo do texto e referenciadas.

Durante a finalização do trabalho de comunicação telefônica, realizou-se o planejamento de uma nova pesquisa a campo com os seguintes objetivos: i) Obter dados sobre as estratégias de reprodução social de outras comunidades rurais de remanescentes caboclos; ii) mapear e historicizar o maior número possível de comunidades – as que

já obtínhamos informações até o momento, e novas comunidades que pudéssemos identificar – mas também bairros periurbanos com presença de remanescentes caboclos. Na plataforma do IBGE-Cidades obtivemos mapas político-administrativos de todos os municípios do TMOC, que foram impressos e serviram para nossa orientação e para a indicação das comunidades e bairros pelos entrevistados. Em campo, foi possível percorrer 21 dos 29 municípios do território em 10 dias, realizando entrevistas com gestores públicos, potenciais informantes, agricultores caboclos e pesquisadores. Em razão das limitações já mencionadas das entrevistas telefônicas, mas principalmente da intenção de obter a localização das comunidades, muitos dos órgãos públicos e organizações sindicais anteriormente contatados foram visitados, a exemplo das secretarias de agricultura, assistência social, CRAS, STR e SINTRAF. O roteiro inicial foi reelaborado diversas vezes no decorrer do trabalho para contemplar as oportunidades de obtenção de dados que se apresentaram.

Além da consulta presencial em campo apoiada pelos mapas do IBGE-Cidades, no processo de identificação das localizações das comunidades, após o retorno do campo recorreremos a alguns contatos telefônicos com profissionais da EPAGRI, com o objetivo de obter as respectivas coordenadas geográficas das comunidades que até então não haviam sido localizadas. Este contato posterior à nossa viagem ao território se deu pela impossibilidade de consultá-los pessoalmente, uma vez que praticamente todas as EPAGRI estavam em período de férias. Todavia, a maior parte das coordenadas foi obtida com ferramentas do Google Earth, através do estudo das imagens do software em comparação com nossos mapas e memórias dos caminhos percorridos.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além desta introdução, este trabalho conta com dois capítulos para contemplar os objetivos anunciados anteriormente, e uma parte dedicada às reflexões e considerações finais do estudo.

Como a ocupação do território influenciou a população cabocla? Quem é o agricultor caboclo e qual seu modo de vida? No primeiro capítulo buscamos responder a estas indagações e algumas de nossas questões orientadoras com o intuito de contextualizar a pesquisa, apresentando uma revisão da literatura sobre os caboclos e o processo histórico de ocupação da região de estudo como elemento fundamental para compreender a situação atual dos remanescentes caboclos,

conduzindo-nos para o estudo das comunidades, tema do capítulo seguinte.

No segundo capítulo, que trata dos dados empíricos, apresentamos o inventário e o mapeamento geral das comunidades identificadas no âmbito da presente pesquisa, problematizando as questões que surgiram durante o processo de investigação e refletindo sobre seus resultados. Em seguida, são apresentados uma tipologia sócio-histórica das comunidades caboclas e um estudo de caso com ênfase nas estratégias de reprodução social adotadas por famílias de agricultores caboclos a fim de assegurar sua permanência no espaço rural.

CAPÍTULO I

2 TERRITÓRIO CABOCLO

O objetivo deste capítulo é contextualizar historicamente o objeto de pesquisa. Para tanto, é de fundamental importância compreender como se deu o processo histórico de ocupação do espaço que resultou na segregação socioespacial ocorrida no oeste catarinense. Iniciamos pela compreensão dos principais aspectos explicativos da marginalização do acesso a terra e consequente desestruturação do modo de vida tradicional caboclo. Em seguida, discutimos a categoria social cabocla e os principais elementos que explicam sua estigmatização. Em grande medida, este capítulo estabelece uma relação com nosso terceiro objetivo específico, que diz respeito às características específicas e diferenciadoras dos agricultores caboclos.

2.1 OCUPAÇÃO E SEGREGAÇÃO

2.1.1 A Propriedade Privada

As terras que hoje correspondem ao oeste do Estado de Santa Catarina, compreendidas entre o os rios Iguaçú, ao norte, e Uruguai, ao sul, já eram habitadas antes da chegada dos conquistadores europeus. Há milhares de anos viviam sobre elas os índios Kaingang, que preferiam aldear-se nos campos naturais e praticavam agricultura de subsistência; os Xokleng, que falavam uma língua do mesmo tronco, mas viviam nas matas de araucárias, onde caçavam e coletavam para sobreviver, mas desconheciam a agricultura⁸ (QUEIROZ, 1981); e, com menor presença, índios Guarani, além de, possivelmente, remanescentes de outras etnias extintas antes que tivessem sua existência registrada.

⁸ O desconhecimento da prática agrícola por grupos indígenas é algo questionável. Ele pode ser relativo à forma de agricultura que é predominantemente praticada na atualidade. Os trabalhos recentemente publicados a partir de pesquisas realizadas na região amazônica de longa data, sugerem que grupos tradicionalmente classificados como caçadores-coletores praticavam, na verdade, formas sofisticadas de agricultura, manejando diversas espécies e mantendo a floresta em pé (LEVIS et al., 2017). Ou seja, afirmar que índios que viviam dentro da floresta desconheciam a agricultura pode ser um equívoco, fruto de limitações em compreender outras formas de agricultura.

A história do meio oeste catarinense é fortemente marcada pela luta por terra. A ocupação humana na região pode ser abordada em três grandes fases, protagonizadas por grupos étnicos distintos (POLI, 2006). A primeira foi marcada pela original presença indígena até meados do século XIX, a segunda, com forte presença cabocla, ocorreu no final deste mesmo século e a terceira e atual fase começou no início do século XX, com a instalação das colônias de agricultores descendentes de imigrantes europeus.

O povoamento colonizador na região começou pelos campos naturais, onde criadores de gado, impulsionados pelo comércio destes animais entre São Paulo e Rio Grande do Sul, instalaram fazendas com a ajuda de negros forros, mestiços e índios que se adaptavam melhor à trabalhar na pecuária. Estas ocupações, porém, não foram pacíficas. Houve muitos confrontos entre fazendeiros e indígenas locais, criadores e lavradores, e também disputas entre os próprios fazendeiros, obrigando muitos proprietários a manter uma equipe de guarda particular para conquistar ou proteger suas terras. Isto porque a ausência do Estado na região era uma característica marcante neste momento. Além dos engajados no negócio do gado, outros indivíduos que tiveram envolvimento na Revolução Farroupilha (1835) e na Revolução Federalista (1893) contribuíram para este primeiro povoamento (AURAS, 1995).

Ao entrar em vigor, a Lei de Terras de 1850 decretou que o único documento de propriedade de terra válido seria o provindo da compra da terra. Essa Lei estipulou um prazo para legitimação das posses e privilegiou pessoas mais próximas ao aparelho institucional encarregado desta função. Quem podia, ou seja, quem tinha acesso em termos de conhecimento, linguagem e influência, legitimava como suas, terras que pouco ou nada conhecia, desconsiderando a possibilidade de existirem populações habitando e cultivando estas áreas (MACHADO, 2004). Deste modo, grandes fazendeiros e até mesmo pessoas que não habitavam a região foram conquistando respaldo legal para controlar os territórios que correspondiam aos seus interesses, notadamente as terras mais propícias para ocupação e as mais férteis, restando aos posseiros submeterem-se aos proprietários em troca de sua permanência ou migrarem para as novas e abundantes fronteiras ainda “não povoadas”.

Os governantes da República, no entanto, sentiam necessidade de modernizar⁹ o território e promover uma ocupação mais numerosa e

⁹ É importante detalhar a existência de um forte viés racista no ideal republicano de modernização, representado pela ideologia de “branqueamento” do país.

efetiva, justificada pelo risco de outros países se apropriarem do território, principalmente a Argentina.

A denúncia de que a Argentina pretendia estabelecer colônias nos ervais localizados às margens do rio Uruguai preocupara as autoridades brasileiras. O alerta foi redobrado por se tratar de ‘área despolicuada’, ‘abandonada pelas autoridades’ e habitada por ‘foras-da-lei’ (RENK, 2006, p. 39).

Em 1889 houve uma concessão do governo Republicano ao engenheiro João Teixeira Soares com o objetivo de construir a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, que atravessaria no sentido norte-sul a região que hoje corresponde ao meio oeste de Santa Catarina. Desconsiderando a existência de posseiros, esta concessão incluiu como contrapartida aos construtores o direito de explorar, ou seja, desmatar e comercializar a madeira, bem como as terras marginais numa faixa de quinze quilômetros de cada um dos lados da ferrovia. Anos depois e com muitos atrasos nas obras, a construção dessa ferrovia foi assumida por um grupo norte-americano¹⁰, que atraiu muitos trabalhadores de outras regiões do país e, com o aval do Estado, se encarregou de expulsar quem habitasse as terras que lhe foram cedidas (AURAS, 1995).

Se os moradores estabelecidos nesse território se recusavam a sair, a companhia enviava seu ‘corpo de segurança’ para expulsá-los. Essa força paramilitar era composta de duzentos homens que agiam sem a menor complacência contra o caboclo, incendiando-lhes as casas e roças e, às vezes, até massacrando suas famílias (BORELLI, 1979, p. 4 apud AURAS, 1995, p. 40).

Interessava que a ocupação do território nacional se desse por pessoas de pele clara, branca, pois eram consideradas “boas para o trabalho”, em oposição aos negros, índios e mestiços.

¹⁰ Grupo Farquhar, representado pelo empreendedor norte-americano Percival Farquhar, dono da empresa Brazil Railway Company e de diversas empresas que atuavam em outras regiões do Brasil.

O fato desta região ter permanecido durante longo tempo na condição de “terras sem donos” facilitou a instalação de migrantes e foragidos de diversas revoltas (CAZELLA; ALVES, 2004), na condição de posseiros sem titulação, apesar da dominação exercida pelos chefes políticos regionais, grandes proprietários rurais e comerciantes da região, os chamados “coronéis”,¹¹.

Aos poucos a terra e os recursos naturais passaram de sua condição de bem de uso para a condição de mercadoria. Conforme ocorria a entrada de novos habitantes e empresas no território, as terras passaram a ter donos, e os remanescentes de índios e caboclos sofreram expulsões injustas, muitas vezes violentas.

2.1.2 A Guerra Santa

O movimento popular combatido pela República brasileira na chamada Guerra do Contestado¹² foi um movimento messiânico. Não se pretende fazer uma abordagem detalhada a respeito do conflito, pois ele já está devidamente documentado por autores que serão citados ao longo do texto. No entanto, o evento da guerra é o marco da entrada do imigrante na história local. Representou tanto a resistência, quanto a derrota do povo caboclo, o que deixou o “caminho livre” para a colonização. Suas sequelas foram e ainda são sentidas inclusive por remanescentes caboclos, cujas famílias sequer tiveram ligação com o conflito.

Parte da literatura sobre o tema aponta a existência de três pessoas as quais, em diferentes momentos históricos, foram consideradas messias ou “monges”, mesmo não pertencendo a nenhuma congregação religiosa. Os dois primeiros identificados pelo nome de

¹¹ O coronelismo é a estrutura de poder com hipertrofia privada sobre o poder público, tendo como características marcantes o mandonismo, o apadrinhamento, a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos. No Brasil o coronelismo foi instituído depois do advento da república, num contexto de mudanças nas estruturas de poder em função do fim da escravidão e da criação da Lei de Terras. Senhores de escravos se transformaram em senhores de terras como estratégia para subjugar o trabalho livre. Na política, ex-escravos e analfabetos não tinham direito ao voto e os coronéis tutelavam os eleitores e o seu voto (MARTINS, 1981, p. 46).

¹² Para informações detalhadas a respeito desta guerra, ver Queiroz (1981), Auras (1995) e Machado (2004). José de Souza Martins e autores que ele cita como referencia.

João Maria pregavam um catolicismo popular e eram curandeiros viajantes que decidiram dedicar suas vidas à religião. Tinham vasto conhecimento sobre plantas medicinais, não comiam carnes e eram considerados profetas por muitos de seus fiéis.

Os sucessivos João Maria conquistaram a inteira confiança dos caboclos; tornaram-se conselheiros, árbitros, juízes em todas as questões que surgiam. Transportavam sementes das melhores gramíneas de um lado para outro, aconselhando a melhoria dos pastos; encorajavam o trabalho da terra; aos que estavam instalados em solo pouco fértil, traziam a notícia de zonas melhores e ainda incultas, onde se instalariam com mais proveito, e determinavam, assim, a mudança de sítios e de vilarejos (QUEIROZ, 1977, p. 270).

Segundo esta mesma autora, “a legenda que se desenvolveu em torno deles transformou-os num só, ainda em vida do segundo” (p. 270). Diversos milagres foram atribuídos à João Maria e, assim, passou a ser considerado um santo, de modo que os locais onde pousava, geralmente nas proximidades de nascentes e fontes d’água, tornaram-se santuários para seus seguidores: as emblemáticas “águas santas” de São João Maria.

O primeiro João Maria não foi mais visto a partir de 1870 e o segundo desaparecera por volta de 1908, dando espaço ao terceiro monge que assumiu o lugar dos seus predecessores. As primeiras notícias do surgimento de um monge “irmão” e enviado de João Maria datam do ano de 1911 (QUEIROZ, 1977). José Maria, como se fazia chamar, realizou diversas curas bem sucedidas e seu curandeirismo lhe gerou renome, permitindo-lhe que retomasse inteiramente as atividades dos outros monges. No entanto, ao contrário de João Maria, o novo monge permitia que os joaninos¹³ o acompanhassem em procissão, fazendo reunir um grupo significativo de pessoas ao seu redor. Seus inimigos o difamavam, mas seus seguidores afirmavam tratar-se de um homem muito inteligente e bondoso.

Suas pregações tomaram um viés crescentemente político. Posicionava-se a favor da monarquia e contra a República recém

¹³ Joanino é um termo adotado por Welter (2007, p. 7) para referir-se à reconhecedores de João Maria “a partir de referenciais culturais, históricos, religiosos, políticos, turísticos, comerciais ou outros”.

instaurada no país, que entre os caboclos expropriados e trabalhadores expulsos das obras da ferrovia era vista com maus olhos. “Para os sertanejos, a Monarquia é concebida como a Lei de Deus, é a forma divina de organização política do Estado. Colocava-se como um contraponto direto à República, identificada como a “Lei do Diabo” e com o poder dos coronéis” (MACHADO, 2004, p. 214). Essa posição provavelmente deve-se à nova ordem que ganhava força com a colonização republicana, a qual era representada pela propriedade privada da terra, pela atuação das empresas colonizadoras através de suas equipes de guarda na expulsão de posseiros e sitiantes e pela relação fortemente utilitarista dos novos habitantes com a floresta. Portanto, além de um amigo, curandeiro e conselheiro moral e ético, os caboclos encontravam na lenda de João Maria, então representada pela pessoa de José Maria, consciência e orientação política contra a ordem que o governo republicano estava impondo na região, ordem esta que os prejudicava profundamente. A racionalidade dos colonizadores era diferente daquela dos caboclos. As ações que derivavam do avanço do capital estrangeiro na região impediam o acesso a terra e conseqüentemente empobreciam e privavam os caboclos de cultivarem suas tradições.

Assim se fez crescente em torno do monge a concentração de sertanejos pobres que não se subordinavam às autoridades locais e buscavam autonomia ante as forças políticas e sociais dominantes. Tal movimentação foi vista como uma afronta à República e aos interesses elitistas, não sendo aceita pelo coronelismo da região. Este foi o estopim da Guerra do Contestado, cujo início foi marcado por um combate violento no qual o monge José Maria foi morto e, a partir de então, novas lideranças assumiram o movimento messiânico. Nesta guerra, os sertanejos venceram as forças do Exército Brasileiro em vários combates, mas acabaram cruelmente derrotados. O episódio durou quatro anos (1914 – 1916) e resultou na morte de milhares de pessoas. Foi um dos mais expressivos conflitos sociais ocorridos no Brasil, do povo contra o seu governo, onde o diálogo entre os opostos, enquanto uma ferramenta de negociação em busca da paz, foi praticamente inexistente.

Vale ressaltar o *ecologismo caboclo* como um elemento motivador da resistência ao avanço do capitalismo na região. O próprio João Maria, segundo Felliipe (1995), foi um ecologista que ensinava ao “seu povo” as “Leis da Natureza” através dos seguintes mandamentos:

- 1)-Não se deve queimar folhas, cascas e nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- 2)-É errado jogar palhas de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que comer e virar o coxo. A terra se ofende.
- 3)- Ao cortar uma árvore ou pé de mato, não se deixa mamando [agonizando]. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.
- 4)-Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua [própria] vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente.
- 5)-As casa e as propriedades de quem incendeia as matas, um dia também hão de virar em cinzas.
- 6)-A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir e urinar na água é o mesmo que escarrar e urinar na boca de sua mãe.
- 7)-O pai da vida é Deus. A mãe da vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.
- 8)-Quem não sabe ler o livro da natureza é analfabeto de Deus.
- 9)-As horas de chuva são as horas de Deus. É quando a Mãe Natureza vem trazer água para seus filhos na Terra.
- 10)-O cavaleiro que passar perto de lagoa ou cruzar uma corrente de água e não der de beber ao animal, morrerá com a garganta seca.
- 11)-Biccho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.
- 12)-Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso e será punido.
- 13)-Não permita que seus filhos matem passarinhos. É malvadez.
- 14)-Não se chama nomes feios à criação. Ela obedece ao instinto que é a linguagem da Mãe Natureza.

15)-Quem encilha animal com ‘mata’¹⁴ no lombo...cuidado com as costas.

16)-Não se tira leite, sem deixar um teto ao cheio ao terneiro.

17)-Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas. [...] (FELIPPE, 1995, p. 36-37).

Mais doze mandamentos¹⁵ sucedem os acima citados, aconselhando o respeito ao próximo, o cuidado com as palavras, a honestidade e a higiene.

Apesar de ter sido pouco explorado nas pesquisas sobre o tema, a existência e a centralidade do caráter ecologista do movimento dos caboclos na Guerra do Contestado não ficaram totalmente ocultas. Ou seja, seria interessante contextualizar melhor essa informação. Na luta para manter acessíveis os recursos necessários à sua sobrevivência, os sertanejos do contestado também lutaram contra a exploração industrial da madeira, que significou a destruição de florestas e pinheirais que serviam de refúgio e proviam alimento para as populações e suas criações animais, como veremos adiante. Esta forma de exploração, portanto, ocasionou sérios prejuízos à subsistência de muitas famílias caboclas.

A intervenção da companhia atingia em cheio o conjunto da região, significando para o caboclo a destruição das matas e ervais. Além do impacto econômico, houve o impacto ambiental e, como resultado do processo de grilagem, um verdadeiro processo de exclusão étnica. (MACHADO, 2004, p. 151-152).

¹⁴ Segundo Ferreira (1975, p. 897), o termo mata é sinônimo de matadura, que, por sua vez, significa “ferida no couro das cavalgadas, produzida pelo roçar dos arreios”.

¹⁵ Estes mandamentos foram anotados por um sacerdote da capela construída sobre uma das “águas santas” de João Maria no município de Curitiba. Emídio Conceição, o capelão, joanino dos mais entusiastas, é um dos poucos remanescentes da “doutrina secreta” que se criou como resposta à pressão da Igreja Católica sobre o catolicismo rústico dos joaninos. Felipe (1995, p. 31-32) relata: “levamos muito tempo auscultando, perquirindo, nos mostrando bastante interessados e simpáticos pelos discursos de João Maria, para obter acesso nessa Sociedade Encoberta, que chegou a edificar uma igreja nas imediações da Vila de Curitiba [...]”.

Ao analisar diversos movimentos sociais de grupos empobrecidos, o pesquisador Juan Martínez Alier (2007) identificou e destacou seu conteúdo ecológico, formulando o conceito de *ecologismo dos pobres*. Para este autor, esse tipo de movimento está frequentemente conectado com suas lutas pela sobrevivência. Independentemente da linguagem em que se expressem, se seus objetivos partem de necessidades ecológicas para a vida – alimento, água, espaço para habitar, etc.. Esta perspectiva nos permite visualizar a luta cabocla como uma manifestação do *ecologismo dos pobres* ocorrida décadas antes da formulação deste conceito. Essa constatação ganha sentido com a análise dos conflitos ambientais distributivos desde o ponto de vista da ecologia popular.

A ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes da necessidade de conservar os recursos. Esta consciência é muitas vezes difícil de descobrir porque não utiliza a linguagem da ecologia científica [...], mas utiliza linguagens políticas locais, às vezes religiosas (ALIER, 1992, p. 43, tradução nossa).

Não se pretende idealizar a relação dos antigos caboclos com o meio, sugerindo que suas formas de uso dos recursos não degradavam os ecossistemas em alguma medida. Porém há de se considerar que, apesar da ausência dos jargões e do conteúdo mais religioso do que técnico, o posicionamento dos caboclos foi, no mínimo, conservacionista. Sua sobrevivência dependia dos recursos providos pela floresta, portanto os interessava “mantê-la de pé”.

2.1.3 A Colonização

É importante lembrar que, apesar de sua amplitude, a Guerra do Contestado não abrangeu toda a região oeste catarinense e não envolveu todos os caboclos que a habitavam. Boa parte não teve envolvimento direto, nem indireto com a Guerra, e muitos destes habitavam regiões relativamente distantes da que sediou o movimento. Porém, findada a Guerra e definidos os limites entre Santa Catarina e Paraná, a colonização promovida e incentivada pelo Estado se expandiu e alcançou as três fronteiras catarinenses. Segundo Chitolina (2013), “como o caboclo analfabeto desconhecia o sistema jurídico, muitos não legalizaram as propriedades no tempo previsto pela legislação, após a

solução final na Questão do Contestado¹⁶, o que facilitou a entrada das empresas colonizadoras. A seguir, na figura 2, que ilustra a região onde se desenrolaram os eventos da guerra, é possível perceber que o TMOC ficou nas adjacências dos principais conflitos.

Figura 2 - Região sede dos redutos e combates da Guerra do Contestado.

¹⁶ Em outubro de 1916, um acordo entre os Estados do Paraná e Santa Catarina foi assinado por seus respectivos governadores, findando o litígio pela área de terras que hoje corresponde ao oeste catarinense (CHITOLINA, 2013; POLI, 2014).

da região, o mais longe possível”. O fato de se encontrar, por exemplo, fotos dos monges em distintos locais é um indicador dessa mobilidade e da notoriedade do evento.

Na zona onde atualmente estão situados os municípios de Ponte Serrada e Vargeão, estudada pela pesquisadora Arlene Renk, a expropriação da população cabocla aconteceu nas décadas que sucederam a guerra. Os antigos habitantes foram considerados intrusos em seu próprio território pelas companhias colonizadoras e por boa parte dos colonos. Isto porque não possuíam titulação de terras, enquanto as companhias, por sua vez, adquiriram os títulos do governo por meio da compra, para vendê-los prioritariamente aos colonos de origem europeia. A única opção para os que não desejavam migrar era a compra da terra, que pela impossibilidade de acumulação monetária do caboclo, não aconteceu, ou se deu de forma marginal. Naturalmente houve resistência dos posseiros ao deslocamento imposto pelos novos habitantes. Nestes casos a estratégia de despejo era menos violenta, mas não menos injusta que as praticadas nas décadas anteriores.

a fração italiana resolveu o enfrentamento pelo “lado fraco”, isto é, o da superstição do posseiro, atemorizando-o e intimidando-o. [...] Passaram a amedrontá-los por três sextas-feiras consecutivas. Para isto tomavam um ou dois corvos, besuntando-os em óleo, amarrando-lhes um pano oleado e incendiado. Soltando a ave em área próxima àquela ocupada pelos posseiros, os colonos sincronizavam os riscos de fogo no céu com urros em uma lona improvisada de megafone, “pra dar a impressão de que era o diabo, anunciando o fim do mundo”. [...] a prática foi eficaz, de modo que os renitentes fugiram, assustados (RENK, 2006, p. 122 – 123).

É possível que este tipo de prática não tenha se restringido à localidade estudada por Renk e provavelmente tenha acontecido em diversas outras regiões e sob variadas formas, mas sempre com o mesmo objetivo. As especificidades do grupo estudado por essa pesquisadora refletem, em grande medida, o processo vivenciado pelos caboclos de maneira generalizada. Nas palavras da autora, “apesar de se tratar de um caso particular, a trajetória deste grupo pode ser estendida a toda região oeste, pelos antecedentes históricos comuns” (op cit. p. 11). A colonização fundou a fricção interétnica, a entrada dos “de origem” –

os imigrantes – significou para os “brasileiros” – denominação que segundo Renk é preferida e adotada pelos caboclos – a ruptura entre um tempo de abundância, ou o “tempo d’antes”, idealizado, e um tempo de penúria, de escassez, perene. A partir da presença de um grupo de outra origem étnica, descobriu-se o diferente, e a partir da diferença construiu-se a identidade étnica brasileira, em oposição aos colonizadores. Este elemento será retomado adiante.

É relevante ponderar, no entanto, a relação conflituosa entre caboclos e imigrantes. O que foi abordado até aqui corresponde a características gerais do processo de interação de grupos humanos de origens diversas que passaram a coabitar no mesmo espaço. Isso não significa a inexistência de exceções nas quais a interação foi marcada menos pelo conflito e mais pela cooperação. Bolzan (2011) pesquisou a região do município de São Domingos – que também sofreu um processo de colonização fortemente excludente – e identificou casos em que famílias caboclas prestavam ajuda solidária para colonos empobrecidos. A fala reproduzida a seguir, de uma descendente de imigrantes europeus, evidencia um desses casos: “[...] Nós chegamo com a mudança não tinha onde ir, daí uns caboclo que morava ali receberam nós até fazê a nossa casa. Moremo junto com eles uns dois meses [...]” (BOLZAN, 2011 p. 35).

Apesar de ter acontecido em menor medida e de forma diferenciada em relação aos caboclos, os colonos também foram explorados. Algumas famílias dispunham apenas do recurso correspondente ao valor da propriedade de terra, restando pouco ou nenhum capital para estruturar suas casas e unidades produtivas. Em grande parte da região, a exploração florestal pela indústria madeireira se deu anteriormente à formação das colônias. Ou seja, em muitos casos essas famílias compravam terras com poucos recursos, escassas inclusive de madeira para construir suas casas. De certo modo podemos afirmar que os agricultores descendentes de imigrantes europeus foram uma espécie de “aliados pobres” dos colonizadores.

De forma geral no Brasil se manteve um ideal de civilização e, posteriormente, de modernização que privilegiou um tipo específico de indivíduo. Em detrimento da identidade sociocultural foi sobreposta e imposta a ética do trabalho. Os povos autóctones foram “substituídos” por colonos e imigrantes “civilizados”, brancos, ou seja, cidadãos que correspondiam à noção racionalmente construída de “indivíduo desenvolvido”. Gehlen (2004) exemplifica a existência do viés mencionado anteriormente a partir da reprodução da fala de um filho de imigrantes italianos por ele entrevistado. “As terras pertenciam ao

Estado (...) alguns caboclos que lá residiam queriam comprar, mas não concediam a terra facilmente a essa gente. A preferência era sempre dos colonos que chegavam” (GEHLEN, 2004, p. 98).

À medida que a colonização avançou, os caboclos se viram privados do acesso a terra. O crescente processo de ocupação através da propriedade privada e escassez de terras “virgens” resultou na impossibilidade de existência das tradicionais condições de vida da população cabocla.

As alternativas que restaram se deram à margem de qualquer intervenção pública com o propósito de integrar as famílias caboclas à dinâmica de desenvolvimento em curso. Quatro destinos principais dessas famílias podem ser apontados: i) migração para periferias de centros urbanos; ii) empregos precários em serrarias e ervateiras da região, o que explica, até hoje, a existência de aglomerados de famílias caboclas em lotes minúsculos, semelhantes a bairros, porém localizados em zonas rurais; iii) ocupação de terras que não interessavam às companhias colonizadoras, com predomínio de terrenos acidentados, pedregosos, distantes das sedes urbanas, de difícil acesso e com fertilidade baixa em relação às terras que ocupavam anteriormente; iv) incorporação em trabalhos nas fazendas na condição de agregados¹⁷. Essa permanência no interior das fazendas da região implicava geralmente em subordinar-se ao proprietário da terra, que resultava no abandono parcial ou total de suas tradições.

Para muitos agricultores caboclos que não foram totalmente expropriados, a exemplo dos enquadrados no item iii acima, assegurar sua reprodução no meio rural implicou em trabalhar sazonalmente junto aos agricultores familiares de origem europeia. A fala de um agricultor caboclo entrevistado por Bolzan (op cit., p. 46) sintetiza esta mudança: “Tivemos que aprendê o jeito deles (dos imigrantes) e perdemos os costumes que nós tinha quando viemos morar aqui. Comecemo a trabalhar, arrancá feijão, roçá pros italiano, eles pagavam pouquinho, mais ajudava um pouco”.

Renk (1998) destaca outro aspecto, associado à condição de minoria étnica e a caracterização enquanto bárbaros e antônimos de “civilização”. “As estratégias narrativas desse grupo centram-se no passado, num passado idealizado. Não falam de projetos, mas das

17Este termo define o trabalhador rural que possui uma área de terra “de favor”, ou seja, cedida pelo proprietário. Normalmente existe uma contrapartida pelo favor, feita por meio do trabalho como peão, que cuida de toda a lida rotineira no campo.

perdas. Voltam-se ao tempo d’antes para escapar às penúrias de hoje” (op cit., p. 4 – 5). A análise de Bolzan (2011) confirma esta constatação:

O sistema de antes era diferente. Nós se ajudava, tenho saudade, Meu Jesus do céu..., me alegra o coração lembrá das coisa passada, nós se ajudava entre nós o que um tinha, outro também. Agora a ganância tomô conta, cada um pra si, ninguém ajuda ninguém. Tenho uma saudade, se desse pra vortá eu vortava naquele tempo (BOLZAN, 2011, p. 47).

Um outro aspecto, que em geral passa despercebido entre os caboclos, é a parcialidade da “história oficial”, por meio da qual se apresenta a entrada dos colonos como o marco de desenvolvimento da região e de sua incorporação à civilização. Além da perda das terras e do modo de vida têm de suportar “o novo lugar que passam a ocupar na sociedade, o da subalternidade e desqualificação. Tornam-se os *outros*, o antídoto da *civilização* introduzida” (RENK, 2011, p. 138, grifo no original). Na sequência aprofundamos essa discussão a partir da análise do processo de modernização da agricultura promovido na região de estudo.

2.1.4 A “modernização” da agricultura

A hegemônica visão economicista da agricultura foi determinante na mobilização mundial pela modernização dos processos de trabalho, ocorrida a partir de meados dos anos 1960. Em nome daquilo que seus defensores chamaram de “redenção” do atraso na agricultura em relação aos demais setores da economia, promoveu-se a introdução de diversas inovações tecnológicas – melhoramento e modificação genética de sementes, fertilização química e sintética do solo, aplicação de agrotóxicos, mecanização agrícola – responsáveis por elevar significativamente os índices de produtividade na agricultura. A principal justificativa era o combate à fome ao redor do planeta, mas por trás deste argumento a verdadeira intenção era criar um mercado consumidor que gerasse lucro às indústrias, muitas das quais foram constituídas durante a segunda guerra mundial.

Inegáveis consequências negativas sistêmicas decorreram deste processo, a exemplo do declínio da qualidade dos alimentos, que se desdobra em baixa qualidade nutricional e possíveis intoxicações,

doenças e sequelas que só recentemente começam a ser associadas, não sem defesas baseadas em supostos argumentos científicos, à forma como se desenvolve a agricultura. Entre os impactos no ambiente destacam-se a continuação e intensificação da destruição de florestas em nome da expansão da fronteira agrícola, a erosão dos solos, a drástica redução da agrobiodiversidade e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos. Os principais impactos socioeconômicos são o escasseamento de postos de trabalho, o desemprego, a diminuição da renda, o aumento da concentração de terras e da desigualdade, o êxodo rural, o trabalho precário e por vezes similar ao trabalho escravo e o inchaço das periferias urbanas.

No Brasil a modernização da agricultura, também chamada de “Revolução Verde” significou a continuidade do projeto de civilização para um “país com vocação agrícola”, que priorizou a modernização dos latifúndios e, em menor escala, o processo de trabalho dos agricultores descendentes de imigrantes europeus em detrimento dos saberes e práticas dos povos autóctones e não brancos. No caso catarinense, para a maioria das famílias caboclas que persistiu no espaço rural apesar da colonização, as inovações tecnológicas promovidas nesse processo representaram não apenas o declínio da oferta de trabalho e da renda. Significaram principalmente a sua exclusão definitiva de um processo “includente” de modernização do setor agropecuário. Não por acaso, esse processo de modernização é caracterizado como conservador, afinal não considera como necessária uma melhor distribuição das terras de forma a contemplar os excluídos do campo. Em outras palavras, a dificuldade de permanecer no espaço rural na condição de agricultor, iniciada com o processo de colonização fortemente segregador, se acentuou ainda mais com a pressão do conservadorismo que se apropriou da agricultura. Os agricultores caboclos e seu modo particular de fazer agricultura foram considerados obstáculos ao progresso e, na menos depreciativa das perspectivas, ignorados. Segundo Bosi (1999 apud BOLZAN, 2011, p. 47 BOSI), “[...] a expansão do modo de produção capitalista absorve as sociedades pré-capitalistas, que transformam seus recursos naturais e humanos em mercadoria. Os que viviam relações tradicionais são aproveitados como mão de obra. Não há para eles alternativas”.

A necessidade de agregados e peões nas fazendas diminuiu drasticamente. A operação de muitas das máquinas agrícolas exigiram uma formação que o caboclo não possuía. Cada colheitadeira era capaz de substituir a mão de obra de centenas de trabalhadores, assim como as semeadeiras, as novas formas de adubação e correção de solos e a própria aplicação de agrotóxicos. O carpir e a capina se tornaram

desnecessários diante dos herbicidas e o trato dos animais também passou a demandar menos trabalhadores. A mão de obra necessária para realizar grande parte das atividades agrícolas foi substituída pelas inovações tecnológicas da modernização, e entre as famílias cuja renda se dava principalmente a partir da prestação deste tipo de serviço, a principal opção foi vender suas terras e migrar para as sedes urbanas, sobretudo bairros periféricos e semiurbanos dos municípios da região.

Ainda que tenha causado forte impacto na população cabocla, o processo de modernização da agricultura não anulou a presença deste tipo de agricultor no espaço rural. Para muitos dos que persistiram, esta possibilidade se deu em razão de estarem empregados em atividades menos afetadas pelo advento da modernização agrícola, das quais algumas já foram opção no momento da colonização, a exemplo da colheita e industrialização de erva-mate, da indústria oleira, do plantio, corte e beneficiamento de madeira, e outras, mais ligadas à modernização agrícola, como serviços de bricolagem¹⁸, e atividades sazonais como a coleta e comercialização de pinhão. Como já foi mencionado, uma parcela significativa se integrou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir da década de 1980. Segundo Poli, “Ainda hoje é possível encontrar caboclos como arrendatários e posseiros. Outros transformaram-se em pequenos proprietários. Provavelmente, poder-se-á encontrar caboclos nos movimentos de agricultores sem terra, que gravitavam em torno dos latifúndios.” (Poli, 2006, p. 184).

Boa parte dos agricultores caboclos “fez o que pôde” para permanecer no espaço rural na tentativa de não afastar-se tão radicalmente de seu modo de ser e de viver, tradicionalmente ligado ao cultivo da terra, assunto que, entre outras características do “ser caboclo” são discutidas no tópico seguinte.

2.2 O CABOCLO

¹⁸ Bricolagem é um termo originado no francês “bricolage”, cujo significado se refere à execução de pequenos trabalhos domésticos, sem necessidade de recorrer aos serviços de um profissional. Esta expressão se tornou usual, também, para se referir a diversas atividades realizadas por uma pessoa para terceiros. No caso aqui analisado compreenderia serviços de capinas, roçados, trabalhos diversos com animais e serviços que, em geral, requerem muita força física.

O que é ser caboclo? Quais suas características específicas e diferenciadoras? Ninguém mais apropriado para responder a estas indagações que os próprios caboclos e caboclas. Enunciar os atributos essenciais e específicos desta categoria social não é tarefa simples. Não se pretende definir ou limitar, pois a dinamicidade é uma característica inerente aos agentes sociais. No entanto, é necessário apontar as diferentes e complementares compreensões acerca do sujeito do qual estamos falando.

2.2.1 Origem e identidade

Inicialmente é pertinente enfatizar a existência de uma carga pejorativa histórica inerente ao termo *caboclo* (RENK, 2006; PODELESKI, 2014). Assim como encontrado em trabalhos acadêmico-científicos, os principais dicionários – que são fonte popular de consulta sobre significados, frequentemente associam o termo caboclo a caipira: o habitante do campo ou da roça, “particularmente os de pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros”¹⁹ (FERREIRA, 1975, p. 251). Em uma das principais pesquisas sobre esta população em Santa Catarina, realizado na década de 1980, Renk (2006) relata a escolha da nomenclatura como um dos dilemas que enfrentou na sua pesquisa. Isto porque caboclo era a identificação atribuída pelos colonizadores, utilizada como nomenclatura depreciativa, o que provavelmente interferiu significativamente na construção da autodenominação do grupo. Por este motivo, a autora optou por utilizar a categoria “brasileiro”, auto-identificação constatada no grupo estudado. Para ela esta atitude significou “dar voz e presença ao discurso nativo”, uma vez que “optar pela atribuição externa seria reificar uma identidade heterônima, carregada de atributos negativos” (RENK, op. cit., p. 14).

Do ponto de vista etimológico, existem pelo menos duas origens diferentes para o termo: a palavra tupi kari'boka, que significa “filho do homem branco”, e caa-boc, (também do tupi), que quer dizer “o que vem da floresta” (LIMA, 1999). Esta última definição ajuda a explicar a opção pelo termo em questão, pois, mais do que “vir” da floresta, o caboclo soube viver com e da floresta e lutou por sua conservação,

¹⁹ De acordo com Eckert (2011, p. 114), Antônio Cândido, na obra clássica “[...] Os parceiros do Rio Bonito, utiliza-se de ‘caipira’ quando aborda a vida de quem Mário Maestri resume como sendo a do caboclo no Brasil [...]”. Para consultar os originais de ambos os autores referenciados nesta citação ver Cândido (1964) e Maestri (2002).

como já foi mencionado, num tempo em que o desmatamento era naturalizadamente sinônimo de progresso. Para Renk (2011, p. 139) “a floresta era o território por excelência dos caboclos”, tanto entre aqueles que optavam por uma vida itinerante, caracterizada pela ligação com a atividade extrativa, quanto pelos que fixavam morada em sítios, ou seja, tinham uma forma de inserção e apropriação da terra caracterizada pelo sedentarismo.

Nesta mesma perspectiva, Maestri (s/d) considera que a formação do caboclo se deu a partir da presença dos nativos americanos *habitantes das florestas*, que ao adaptarem-se “à sociedade latifundiário-exportadora através do processo de superação-degeneração das tradições aldeãs nativas” passaram a ser denominados caboclos. (p. 11).

Independentemente da perspectiva a partir da qual se aborda a origem do caboclo é recorrente na literatura sobre o assunto o aspecto da miscigenação como característica fundamental (THOMÉ, 1981; MARTINS, 1995; MACHADO, 2004; LEMOS, 2006; BACH, 2009; BRANDT, 2011). A seguinte passagem é elucidativa da pluralidade de povos dos quais o caboclo descende:

abrangia vários tipos humanos, desde o branco (lusitano ou castelhano), o índio (Tupi-Guarani, Kaingang e Xokleng), o negro (escravo africano), o mameluco (da mesclagem do branco com o índio), o cafuzo (descendente do cruzamento de negro com índio), o mulato (mestiço negro e branco), ou, ainda, o produto final das misturas de todas essas etnias, [...]. (THOMÉ, 1992, p. 19-21 apud FÖETSCH; LUDKA; FRAGA, s/d, p. 9).

De acordo com Machado (2004), que buscou definir o caboclo do período histórico referente à Guerra do Contestado, de modo específico, a conotação étnica não é a única, nem a mais importante característica do termo caboclo. O essencial é sua distinção social e cultural. Nas palavras do próprio autor,

embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens

pobres²⁰, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acabocladados. (MACHADO, 2004, p. 48).

O fenômeno do “acaboclamento”, apontado pelo autor, consiste na adoção do modo de vida caboclo, que é bastante diferente da ética do trabalho dos imigrantes, ou ainda, pelo enquadramento profissional em alguma atividade classificada como “serviço de caboclo”, a exemplo da extração de erva-mate. Portanto, existem também colonos de ascendência europeia que passaram a ser identificados como caboclos. O casamento entre membros dos distintos grupos é um exemplo de acontecimento que favorece significativamente o acaboclamento. Segundo Renk (2006), este tipo de matrimônio era raro e visto pelos imigrantes como algo a ser evitado, pois os caboclos não partilhavam dos mesmos valores que os imigrantes, sendo “fortes as acusações às mulheres brasileiras de se fazerem sustentar pelos maridos e de serem pouco parcimoniosas” (RENK, op. cit., p. 91). Havia também grande temor entre os pais de que uma de suas filhas se interessasse por um caboclo. Entretanto, casamentos entre os grupos ocorreram, sendo que na maioria dos casos, as esposas ou esposos caboclos eram dotadas de algumas formas de capital, o que permitia aos imigrantes considerá-las um tipo diferente de brasileiro.

Embora o significado da palavra “caboclo” não implique, portanto, exclusivamente uma condição de etnia, a questão étnica exerceu influência fundamental na construção de sua identidade. Para melhor demonstrar essa afirmativa, retomamos o caso estudado por Renk (2006), no qual a entrada da etnia estrangeira a partir da colonização fundou uma fronteira entre colonizadores e nativos. Como já foi mencionado, a identidade étnica brasileira emergiu em oposição aos colonos de origem²¹, aliados no processo de segregação

²⁰ Cabe aqui relativizar a pobreza dos caboclos. Ela diz respeito ao que se convencionou chamar de riqueza – bens e capital monetário. Em oposição, o trabalho de Renk (2006) nos permite perceber que os próprios caboclos compreendiam o tempo anterior à colonização como um tempo de outras riquezas, no sentido da abundância de recursos disponíveis e acessíveis, apesar da escassez pecuniária.

²¹ **Colonos de origem** é “a forma pela qual os camponeses descendentes dos

socioespacial da população cabocla. Segundo a autora, este processo é o elemento aglutinador que originou a consciência étnica. Ou seja, a partir da experiência partilhada de colonização e expropriação vivenciada se deu entre os nativos a formulação da expressão “nossa gente”, que reflete sua ancestralidade comum (RENK, 1998). A descoberta, o reconhecimento e a incorporação da diferença no sentido de assumí-la foram pressupostos decisivos para a construção da identidade étnica. Assim, o étnico passou a ser um “princípio de visão e de divisão de mundo” (BOURDIEU, 1984, apud RENK, 2006, p. 157).

Que divisão de mundo é essa? A resposta a esta pergunta nos ajuda a responder também à terceira questão orientadora da presente pesquisa, relativa às características fundamentais que podemos considerar específicas dos agricultores caboclos, e que em alguma medida os diferenciam dos agricultores descendentes de imigrantes europeus. As racionalidades dos diferentes grupos são orientadas por valores distintos e os fazem interpretar os valores de um e outro grupo também de forma distinta, cada qual com sua própria visão de mundo. Por um lado, interpretam seus próprios valores de forma positiva, enquanto, de outro lado, os valores do grupo alheio são percebidos de maneira negativa, numa espécie de jogo de polaridades que divide o mundo em dois.

A forma cabocla de apropriação do solo tinha como finalidade a prática de uma agricultura de subsistência, caracterizada pelo cultivo do necessário para o sustento. Não existia motivação, nem possibilidade para acumulação: “[...] o caboclo é humilde, não tinha aquela ganância, porque agente sabe, se acumula muito aqui, vai faltá pro outro lá na frente” (C4). Em oposição, entre os agricultores descendentes de imigrantes europeus os valores eleitos e interpretados positivamente como orientadores de seu comportamento seriam “o trabalho metódico, sistemático, a poupança, o investimento e a frugalidade” (RENK, 2006, p. 162). Na interpretação dos agricultores caboclos, estes valores são negativos.

Os gringos são “seguros”, “mão-fechada”, “mortos-de-fome”, “pão-duros”, “come-unha”. Já

imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, se nominam. A condição de **colono** é entendida como prerrogativa dos **de origem**. Estes se opõem aos **sem origem**, ou seja, os nativos desclassificados como **caboclos [brasileiros]**.” (RENK, 1998, p. 1, grifado no original).

vieram “atipados”²² e enriqueceram sempre mais. Os brasileiros são “mão-aberta”, “vão devagarzinho”, “preferem dar a tirar”, “preferem ficar sem a negar alguma coisa”. Os outros são “gananciosos”, “nunca têm que chega”, “preferem tirar a dar alguma coisa”. Por esta razão são “ativos” e estão “invadindo tudo”. Os gringos “mais ativos” deixaram os brasileiros pequenos, quando “diferenciou” (RENK, op cit, p. 162-163).

Se, por um lado, a avaliação por parte do grupo expropriado carrega uma forte estereotipia, por outro, a percepção dos colonos sobre o padrão comportamental do grupo de brasileiros é tão carregada quanto. Para eles, os caboclos não são do trabalho, são preguiçosos, atrasados, perdem tempo, não se interessam por estudo, não querem subir na vida, desperdiçam terra. Quando trabalham, só fazem trabalho de negro, não cuidam de suas casas, “não tem uma flor, um pé de chá, nem um pé de verdura” (p. 91). Assim sendo, “italiano não se cruza com os da outra nação” (RENK, op cit., p. 92).

2.2.2 O “jeito” caboclo

Apesar da divisão de mundo e das diferentes perspectivas, é evidente a centralidade da categoria trabalho nos discursos de ambos os grupos e, portanto, no processo de construção da “fronteira” que os separa. Em outras palavras, a nova compreensão de trabalho e os padrões dela derivados, impostos a partir da colonização, fazem parte da violência simbólica²³ (BOURDIEU, 1989) que foi determinante no processo de exclusão identitária.

Necessariamente devemos lembrar que a centralidade econômica e ética do trabalho é algo antigo, historicamente construído, que foi fortalecido pela industrialização, pela formalização do trabalho e foi difundido e imposto mundialmente. Ou seja, convencionou-se a noção

²² A expressão atipados, segundo a própria autora, significa indivíduo “com maiores recursos financeiros, e com instrumentos para a acumulação” (RENK, 2006, p. 160).

²³ A violência simbólica sofrida pelos brasileiros se deu com a imposição dos padrões dos colonizadores, principalmente “o trabalho assalariado, a mercantilização, o catolicismo romano, dentre outros” (RENK, 2011, p. 138). Cabe aqui adicionar as outras formas de fazer agricultura.

de trabalho enquanto “dignificador do ser humano”, “solução para todos os males”, “o segredo da fortuna”, “bênção divina”, “instrumento de libertação”, a única maneira de produzir bens, e com ela a limitada compreensão de que a pobreza resulta do não trabalho ou do pouco trabalho, e a riqueza o inverso. Aqueles que pensam de maneira diferente, que não trabalham formalmente ou que têm uma relação com o trabalho que não é produtivista resultaram discriminados. Essa ideologia faz parte do mesmo paradigma que orientou a colonização e o desenvolvimento da agricultura hegemônica: o paradigma da modernização. Portanto, é notável a estreita relação entre a exclusão da população cabocla e a noção moderna de trabalho.

O sistema caboclo de produção e de organização do trabalho é feito “pro gasto”, orientado pela lógica da *subsistência* da família, que é “ampla”, inclui o compadrio e constitui sua base associativa (GEHLEN, 2002). Em seu modo de vida tradicional, anterior à colonização e, portanto, em terras devolutas, “dedicou-se à economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, na pesca, coleta e horticultura itinerante em região florestal, na periferia da sociedade oficial” (MAESTRI, 2002, p. 157).

A atividade econômica tradicional do caboclo é a agricultura de subsistência, por ele considerada como meio de reprodução biológica, social e cultural, mas que tem fraco poder de inserção econômica e política na sociedade global. Historicamente permaneceu afastado dos mercados – seu contato foi apenas o necessário em negócios eventuais - e isolado pela ausência de vias de comunicação assim como pela estigmatização social. Seu significado econômico (mesmo quando residindo próximo de cidades) nunca foi reconhecido e até hoje as portas de acesso aos mercados, aos bens culturais, aos poderes de decisão lhe continuam fechadas (GEHLEN, 2002, p. 10).

A lógica econômica do caboclo não é uma lógica mercantil produtivista. Ainda que ele possa ser considerado um produtor mercantil – que se enquadra de alguma maneira na divisão social do trabalho – pelo fato de manter-se produzindo mercadorias de forma mais ou menos desenvolvida, sua existência econômica se baseia acima de tudo sobre o

usufruto imediato dos bens que possui (FASE, 1979 apud GEHLEN, 2002).

Os caboclos são considerados uma população tradicional do sul do Brasil por Löwen Sahr e Cunha (2005) que, por sua vez, lamentam a falta de atenção dispensada a este público. Contudo, enfatizam a persistência, resistência e resiliência dos remanescentes de caboclos, que “apesar de considerável pressão, [...] vem conseguindo manter-se parcialmente afastado, até hoje, dos processos de modernização, preservando seu modo de vida” (LÖWEN SAHR; CUNHA, op. cit., p. 90). Nas palavras desses autores, os caboclos são “uma população autóctone [...] que desenvolve na floresta, quase sem referência na Historiografia, um outro tipo de sistema agropecuário, os *Faxinais*, paralelamente ao desenvolvimento das grandes propriedades dos *Campos*” (op. cit., p. 93, grifo no original).

Assim como identificado por Renk (2006) relativamente à roça cabocla, o sistema faxinal é tradicionalmente dividido em “terras de plantar” e “terras de criar”. Trata-se de um sistema de produção agropecuária “que abrange, além da atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira, a produção de erva-mate e também a agricultura de subsistência” (LÖWEN SAHR; CUNHA, op. cit., p. 90). Segundo estes autores, os caboclos são os principais responsáveis pela gênese desta forma de uso do solo, que se deu com “a junção da prática de terras de uso comum dos índios, a prática da criação de animais dos negros africanos, mais a prática da extração da erva-mate por ambos os sujeitos sociais” (TAVARES, 2008, p. 384 apud FÖETSCH, 2014, p. 75). Trata-se, portanto, da junção de saberes e práticas dos povos que, a partir de sua miscigenação, deram origem ao caboclo. Reproduzimos abaixo compreensão que um caboclo faxinalense tem a respeito desse sistema.

No meu entender acho Faxinal é um lugar onde tem a criação solta, onde você pode trabalhar em comunhão, tudo junto, tudo unido, faz o puxirão pra trabalhar na cerca, onde é tudo cercado, você tem cabrito, porco, gado, galinha ali é tudo solto, então acho que isso aí pra mim é um Faxinal onde tem união, você pode trabalhar unido, todo mundo tem sua criação, tem sua terra ali, chegar ser isso aí um Faxinal. Como que é o uso da terra no Faxinal? O uso da terra no Faxinal é todo mundo tem um pedacinho, lá o que é sem-terra planta na terra do outro, se puder pagar um aluguel paga, se

não puder não tem problema, desse jeito que usa, a criação também pisa na terra de todo mundo, não tem divisão, solto mesmo o uso da terra (ARTICULAÇÃO PUXIRÃO, 2008, p. 3).

Os elementos presentes nesta concepção de faxinal nos ajudam a compreender a racionalidade e o modo de vida caboclo. Ela contém elementos que revelam a existência simultânea de fragmentos das tradições do passado e de adaptações flexíveis a processos externos e modernizadores. Por serem essencialmente ligadas à terra, acessá-la com o mínimo de autonomia torna-se um pressuposto básico para a existência das práticas tradicionais, ainda que seja por meio de relações de entreajuda e reciprocidade, como no caso citado acima. Merece destaque a menção ao *puxirão* ou *mutirão*, palavra de origem tupi – *moti'rõ* – que significa ajuda, e nomina uma prática milenar bastante comum entre povos e comunidades tradicionais do Brasil. Em geral os mutirões são reuniões para realização de algum trabalho, podendo seu objetivo variar entre o benefício individual e o bem coletivo. É uma forma de trabalho relacionada ao passado dos caboclos por diversos autores (RENK, 2006; BOLZAN, 2011; BRANDT, 2014; FÖETSCH, 2014; PODELESKI, 2014), isto porque a abundância de terras possibilitava que cada família cabocla cultivasse seu próprio roçado, cuja preparação, manejo e colheita da produção eram comumente executados em mutirões. No entanto, como veremos adiante, entre caboclos que não foram expropriados este tipo de prática continua fazendo parte de seu cotidiano.

Na atualidade uma espécie de sistema tripolar compreende o “ser caboclo” no oeste catarinense. No primeiro polo estão os “escravos da erva”²⁴, carentes das diversas formas de capital e de possibilidades de expor e de impor seu modo de interpretar e de pertencer ao mundo. Muitos desconhecem a própria história, são explorados e de certo modo se envergonham do “ser caboclo”. No outro polo se encontram aqueles que, em condição de isolamento, invisibilidade social e relativa carência de capitais, mantiveram-se “afastados” dos processos de modernização, mas ainda têm acesso a terra e em grande medida permaneceram ligados

²⁴ Parafrazeando Dallabrida (2016), utilizamos esta expressão em referência aos trabalhadores rurais em situação análoga à escravidão resgatados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No segundo capítulo retomamos este assunto para abordar os casos de comunidades onde a atividade extrativa de erva-mate é uma das principais ocupações das famílias.

às suas tradições através de um processo de constante construção e adaptação dos saberes e práticas. Por fim, o terceiro polo é constituído pelos integrantes de iniciativas coletivas de “resgate” da subjugada cultura cabocla (MARQUETTI; SILVA, 2015), através da mediação cultural (RENK, 2011). Conforme esclarece Renk (op cit. p. 140), “são descendentes que, por ouvirem contar ou por serem portadores de capitais escolar, político ou religioso, assumem a narrativa cabocla”. A exemplo podemos citar a Associação Puxirão dos Caboclos²⁵ e o Museu do Tropeiro, em Chapecó, o Museu do Caboclo, em Vargeão, e também universitários impulsionados pela redescoberta da “outra história”.

São estratégias de construção da identidade cabocla, associando-a à vida politicamente correta de consumo em parceria e atividades sustentáveis. Nessa narrativa há uma leitura da natureza divinizada, como uma relação simbiótica com os caboclos; consideram-se filhos da natureza, em oposição aos colonizadores, que destruíram as matas e trouxeram os processos produtivos poluentes. Seus produtos são crioulos, puros, sem agrotóxico, o que representaria resistência (RENK, op cit. p. 141).

2.3 SÍNTESE E CONCLUSÕES

De forma explicativa, resumimos as reflexões apresentadas neste capítulo em três pontos principais, expostos a seguir:

1. É fundamental considerar que o processo de ocupação do oeste catarinense segregou sócio-espacialmente os povos autóctones, desestruturando seu modo de vida tradicional em nome de um modelo de ocupação e de sobrevivência que, além de excludente, os explorou e continua explorando.

2. É possível encontrar nos agricultores caboclos os elementos orientadores de sua conduta específica que, mais que os diferenciar dos agricultores colonos, em grande medida é incompatível com a própria

²⁵ O objetivo desta associação é “contribuir para uma melhor inserção dos caboclos, em uma relação mais igualitária com outros grupos étnicos que compõem o mosaico cultural da região” (INVENTÁRIO DA CULTURA CABOCLA, 2008, p. 11 apud MARQUETTI; SILVA, 2015).

racionalidade capitalista. Prevalecem os valores de convívio, de solidariedade e de sustentabilidade em detrimento dos valores ligados à acumulação e competitividade.

3. Dentre as alternativas de sobrevivência das famílias caboclas encontram-se aquelas que consistiram em resistir ao êxodo para as periferias dos centros urbanos.

Qual é a frequência de comunidades rurais com marcada presença de famílias caboclas? Onde estão e como vivem essas famílias caboclas atualmente? Este é o tema do capítulo seguinte, que trata da parte empírica da presente pesquisa.

CAPÍTULO II

3 AS COMUNIDADES CABOCLAS

Neste capítulo apresentamos o estudo das comunidades. É a parte empírica da pesquisa, cujos resultados possibilitaram a construção de um mapa, contendo a localização das comunidades no TMOC, a elaboração de uma tipologia das mesmas a partir de características sócio-históricas e a caracterização das principais estratégias de reprodução social adotadas por famílias de origem cabocla em um caso específico.

Embora a importância da contribuição cabocla seja menosprezada nas análises sobre o desenvolvimento rural catarinense, sua presença foi fundamental para a formação das primeiras comunidades rurais no oeste catarinense. Na medida em que a população cabocla penetrava nas densas florestas, criava condições de habitação e abria caminhos para o estabelecimento das famílias de origem europeia que viriam em seguida. Ou seja, existe uma outra história além daquela contada pelos colonizadores, que se colocam como “desbravadores” e, portanto, os “pioneiros” da região. Segundo Poli (2006, p. 151), “o estudo da evolução demográfica do Oeste Catarinense permite deduzir que, na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já ‘desbravadas’”. Não por acaso encontramos algumas comunidades, bairros ou mesmo municípios cujos nomes remetem às formas de organização do espaço, atividades e crenças tipicamente caboclas, a exemplo do município de Faxinal dos Guedes, do bairro Pouso dos Tropeiros, em Ponte Serrada e da comunidade Linha Água Santa, em Bom Jesus. Poli (2006) constatou em sua investigação que algumas comunidades que atualmente têm preeminência de descendentes de imigrantes alemães ou italianos, tiveram em seu início o aporte étnico caboclo, o que é um indicativo da contribuição mencionada acima.

Este capítulo está dividido em três partes principais. A primeira trata do estudo quantitativo das comunidades, que está exposto em forma de inventário. Em seguida, apresentamos um primeiro aprofundamento a respeito de doze das cento e nove comunidades identificadas, classificadas em uma tipologia sócio-histórica. Por fim, na terceira parte abordamos o caso específico de uma comunidade estudada com maior aprofundamento.

3.1 O INVENTÁRIO DAS COMUNIDADES

Inicialmente é necessário lembrar que este estudo não teve o objetivo de elaborar um censo demográfico da população cabocla na região de estudo e tampouco tem a pretensão de que essas informações sejam conclusivas. Nossa limitação material e temporal, somada à vastidão geográfica do TMOG, impossibilitou alcançar com visitas a campo todos os municípios e, conseqüentemente, não se apurou a totalidade ou um número próximo do total de comunidades caboclas. A trajetória da pesquisa revelou indicativos importantes de que ainda há muito para ser desvendado. Por exemplo, o número de famílias da comunidade Linha Narciso, localizada no município de Bom Jesus, informado na pesquisa telefônica não passou de quinze no total, das quais dez seriam de origem cabocla. No entanto, em pesquisa de campo soubemos através de uma moradora da comunidade que existem trinta e nove famílias no total, sendo vinte e uma de origem cabocla. Outro exemplo consiste no fato de que antes da pesquisa de campo, possuíamos informação da existência de apenas quarenta e sete comunidades rurais caboclas em dezessete municípios, números que aumentaram, respectivamente, para cento e nove e vinte e seis com o trabalho de campo. Ou seja, a probabilidade de existir um número significativamente superior ao das cento e nove comunidades rurais caboclas inventariadas é muito grande, para além do fato de doze municípios do território não terem sido contemplados de forma mais intensiva, com consultas a campo. Conseqüentemente, a quantidade de famílias caboclas também deve ultrapassar o número aproximado levantado de setecentos e onze.

Para este inventário, consideramos como comunidades rurais caboclas apenas as localidades onde vivem pelo menos três núcleos familiares, desconsiderando, portanto, os casos de famílias caboclas vivendo de forma isolada, ou seja, que não residem em agrupamentos que possam ser identificados como comunidades. Por vezes, os entrevistados relataram a existência de caboclos que vivem sós, relativamente isolados, afirmando inclusive que poderiam aportar informações sobre o modo de vida caboclo e sobre a presença cabocla nas diferentes regiões do território, e que se tratavam de pessoas com boa predisposição para conceder entrevistas. No entanto, frente às dimensões da região de estudo e o “melhor” uso dos recursos temporais e materiais, optamos por priorizar agrupamentos de famílias. É importante enfatizar que a maior parte das comunidades é mista, com a

presença de famílias de origem cabocla em meio a famílias de outras origens étnicas (alemã, italiana, polonesa, etc.).

Os resultados da busca por informações para compor o inventário das comunidades rurais caboclas revelaram aspectos importantes para reflexão e organização dos dados. Um primeiro aspecto é a divergência das informações concedidas por gestores de políticas públicas municipais e documentos técnicos, tanto em relação ao número total de famílias componentes das comunidades, quanto ao número específico de famílias de origem cabocla. As diferentes fontes consultadas apresentaram dados por vezes contrastantes. A seguir estão descritos os principais exemplos desta variabilidade.

No município de Bom Jesus divergiram as informações sobre três comunidades, cujos casos serão discutidos neste parágrafo. A primeira delas é a comunidade Linha Água Santa²⁶. A Secretaria Municipal de Agricultura (SMA) informou a existência de quinze famílias, enquanto no CRAS o profissional contatado afirmou existirem sessenta famílias. A segunda comunidade é a Linha Passo Ferraz, a respeito da qual as informações variaram da seguinte forma: no relatório do Programa Arca das Letras²⁷ (ADL) consta a existência de trinta e oito famílias no total, na SMA o profissional não soube informar o total de famílias, mas afirmou inexistir a presença de caboclos, no CRAS a informação foi de que a comunidade conta com trinta famílias e que a totalidade é de origem cabocla. A terceira comunidade Bonjesuense com divergência de informações é a Linha Narciso. O primeiro profissional que nos informou da existência de caboclos foi um técnico da EPAGRI do município de Xanxerê, que não soube especificar o número de famílias caboclas, mas afirmou existirem doze famílias no total. No CRAS de

²⁶ O nome dessa comunidade é bastante simbólico da crença tipicamente cabocla nas “águas santas” do monge João Maria. O monge costumava acampar próximo à fontes d’água em suas andanças, as quais se tornavam verdadeiros santuários para seus seguidores, ao redor dos quais se formaram algumas comunidades. Segundo Karsburg (2012), as águas santas foram um dos primeiros e mais importantes aspectos da popularização do monge João Maria no Brasil.

²⁷ O Programa foi criado em 2003 pelo extinto MDA por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário com o objetivo de incentivar a leitura no meio rural por meio da implantação de bibliotecas, da formação de agentes de leitura e distribuição de acervos em comunidades de assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, comunidades ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, indígenas e pescadores (BRASIL, 2017).

Bom Jesus, fomos informados de que quatro do total de doze famílias têm origem cabocla, e na SMA, por sua vez, nos relataram que do total de quinze famílias, dez são de origem cabocla. Uma quarta fonte, cuja consistência e precisão dos dados podemos considerar maior por se tratar de uma moradora da comunidade, afirmou existirem trinta e nove famílias, das quais vinte e uma são caboclas. A variação positiva neste caso foi relativamente grande, nos fazendo refletir sobre a possibilidade de haver uma tendência por parte dos gestores de apontar um número de famílias menor do que o real, além do fato de persistir uma imprecisão sobre os elementos étnicos e culturais definidores do pertencimento a esse grupo populacional.

Do município de Ipuaçú já possuíamos informações sobre as comunidades São João e Samburá, provenientes do estudo de Melo (2015). Enquanto esse autor indicou a existência de vinte famílias na primeira e sessenta na segunda, um profissional do STR afirmou existirem quinze e vinte famílias, respectivamente. A informação obtida por meio do contato com um profissional local da EPAGRI, no entanto, é que existem menos de dez famílias caboclas na comunidade São João, enquanto no SINTRAF indicaram-nos que a comunidade Samburá é composta por um total de trinta famílias, sendo apenas dez de origem cabocla. Entretanto, conforme consta na plataforma do ADL, Samburá conta com um total de cento e cinquenta famílias (BRASIL, 2017).

Jupirá é um município cujas informações também variaram significativamente. Um trabalhador da Cooperativa dos Produtores de Leite de Jupirá (COOPLERJU) informou existirem pelo menos quatro comunidades rurais com presença de famílias caboclas no município: Linha Pinheiro com quarenta famílias, sendo aproximadamente 70% de origem cabocla, comunidade Rodrigues, composta por menos de dez famílias, das quais não soube informar quantas são de origem cabocla, comunidade Linha Chagas, cujo total de famílias não soube informar, mas afirmou haver duas ou três famílias caboclas e a comunidade Linha Salete, habitada por um número de famílias que pode variar entre vinte e trinta. Um funcionário da SMA, por sua vez, informou que na Linha Pinheiro vivem quarenta e cinco famílias e que vinte e cinco destas são de origem cabocla. No SINTRAF, a informação passada foi de que existem apenas doze famílias em Linha Pinheiro, sendo a metade destas famílias caboclas, enquanto em Linha Chagas, existe um total de oito famílias, das quais quatro de origem cabocla. Em consulta ao CRAS do município, obteve-se a mesma informação fornecida pelo SINTRAF em relação ao total de famílias das comunidades Linha Pinheiro e Linha

Chagas, porém, em relação às famílias de origem cabocla os números diminuíram para quatro e dois, respectivamente.

Nenhum destes dados se encontrava sistematizado, com exceção daqueles presentes no estudo de Melo (2015) e em Brasil (2017). Os demais são informações orais prestadas por profissionais que conhecem ou atuam nessas comunidades. Sua significativa variação evidencia a falta de sistematização de informações, carência que dificulta não apenas o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, mas também a elaboração de projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural. De todos os órgãos públicos municipais e organizações sindicais visitados em campo, o CRAS do município de Ouro foi o único onde encontramos dados sistematizados sobre uma comunidade. As informações eram provenientes das ações desenvolvidas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)²⁸, política do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, inserida no Sistema Único de Assistência Social. Outro aspecto que merece destaque diz respeito à consistência dos dados. De todas as fontes que nos forneceram informações sobre o número de famílias presentes nas comunidades, as Secretarias Municipais de Saúde (SMS) são as que mais se aproximam da realidade constatada a campo, pois contam com agentes de saúde que atuam diretamente nas comunidades, visitando-as regularmente e cadastrando todas as famílias que ali habitam. É importante detalhar, porém, que o referido cadastro não inclui na autodeclaração étnica a opção “caboclo”. Portanto, ainda que algumas agentes de saúde tenham informado, além do número total de famílias, o número específico de famílias caboclas das comunidades que atendem, não significa que haja a mesma consistência nesse dado em particular. Antes de explicar a organização da Tabela 1, apresentada abaixo, vale ainda ressaltar que, apesar de proporcionar dados atuais e mais seguros em comparação às demais fontes, a atuação dos agentes de saúde a campo impediu que grande parte das tentativas de consultá-los fosse exitosa, na medida em que raramente se encontravam nas secretarias.

²⁸ O PAIF oferta ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. É uma política inovadora pelo fato de “materializar a centralidade e responsabilidade do Estado no atendimento e acompanhamento das famílias, de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida”(BRASIL, 2012, p. 5).

Muitas agentes de saúde, dado que existe uma forte atuação feminina nessa atividade, residem em comunidades rurais e somente vão à secretaria municipal de forma esporádica.

Entretanto, o contraste de precisão das variadas fontes de dados influenciou diretamente na construção da referida tabela, que está disposta de modo a agrupar informações menos precisas em uma coluna e dados mais consistentes em outra. Na primeira das duas colunas que contêm o número de famílias das respectivas comunidades estão dados provenientes de fontes diversas, como EPAGRI, CRAS, STR, SMA, SINTRAF, ADL, fontes bibliográficas e outras fontes²⁹, todas elas devidamente indicadas entre parênteses ao lado dos dados, com exceção das “outras fontes”, que estão indicadas por dois asteriscos (**). A precisão e consistência desta categoria de dados é variável, ao passo que não provêm de levantamentos exaustivos e sistematizados, mas de informações orais de pessoas que conhecem as comunidades com profundidades distintas e difíceis de mensurar. Na segunda coluna constam as informações cedidas pelos profissionais das SMS, considerados nesta pesquisa mais precisos e consistentes pelos motivos já expostos. Os pontos de interrogação (?) significam que o profissional do órgão ou organização indicado(a) não soube responder. A ausência de dados está representada com um traço (-) e significa que a fonte afirmou não possuir a respectiva informação ou que não foi possível preencher a lacuna em questão no período de tempo da pesquisa. Comunidades cujo nome estiver sucedido pela sigla “PU” apresentam características periurbanas e se encontram localizadas próximas dos perímetros urbanos dos municípios pesquisados. Tratam-se de situações híbridas com características de comunidades rurais e de bairros urbanos, cujos habitantes desenvolvem atividades econômicas e sociais nesses dois universos de forma mais recorrente quando comparadas às comunidades tipicamente rurais. Elas foram incluídas devido à forte ligação de sua população com atividades rurais. Em outras palavras, é comum que as famílias caboclas que vivem neste tipo de comunidade trabalhem no meio rural, ainda que vivam próximas das sedes urbanas (RENK, 2006; WISENTAINER, 2016). Quando não houver nenhuma fonte indicada, o dado provêm de checagem junto aos moradores da comunidade em trabalho de campo. A última coluna da tabela (Nº mapa) contém os números de identificação no mapa das comunidades com

²⁹ As “outras fontes” são compostas por eventuais informantes que surgiram ao longo da trajetória da pesquisa, como moradores locais, agricultores caboclos e não caboclos, pesquisadores, entre outros.

presença de famílias de origem cabocla, exposto no tópico seguinte (Figura 3).

Tabela 1 – Municípios com presença de famílias caboclas, residindo em comunidades rurais e periurbanas, e total de famílias segundo a origem étnica.

Municípios	Comunidades	Nº total de famílias		Nº de famílias caboclas	Nº mapa
		Fontes Diversas	(SMS)		
Abelardo Luz	Linha Embú	? (STR)	-	1 (STR)	*
	Vila Araçá - PU	? (STR)	-	1 (STR)	*
Água Doce	Herciliópolis	? (EPAGRI)	-	-	1
	Vista Alegre	? (EPAGRI)	-	-	2
Bom Jesus	Linha Bento	15 (SMA)	-	>50% (SMA)	2
	Linha Água Santa	15 (SMA), 60 (CRAS)	-	15 (SMA)	1
	Linha Passo Ferraz	? (SMA), 30 (CRAS), 38 (ADL)	-	0 (SMA), 30 (CRAS)	4
	Espólio	12 (EPAGRI-Xanxerê)	-	12 (EPAGRI - Xanxerê)	*
	Linha Narciso	12(EPAGRI-Xanxerê), 12 (CRAS), 15 (SMA), 39**	-	4 (CRAS), 10 (SMA), 21**	3
Capinzal	Alto Alegre	? (EPAGRI), 110 (ADL)	-	6 (EPAGRI)	1
	Lindemberg	? (EPAGRI)	-	6 (EPAGRI)	4
	Alto São Roque	? (SMA)	-	-	3
	Alto Residência	? (SMA)	-	-	2
	Vila União	? (SMA)	-	-	5
Catanduvas	Vera Cruz	? (EPAGRI), 40 (ADL)	-	10-15 (EPAGRI)	1
	Sebaldo Kunz - PU	?**	-	-	*
	Chácara Fritz - PU	?**	-	2 (WISENTAINER, 2016)	*
	Vila I (Erva-mate Catanduvas)	?**	-	-	2
	Vila II (Erva-mate Catanduvas)	?**	-	-	3
Coronel Martins	Linha Brito	20 (SINTRAF)	-	15 (SINTRAF)	1
	Linha Brum	30 (SINTRAF)	-	20 (SINTRAF)	2
	Linha São Miguel	? (SINTRAF)	-	3 (SINTRAF)	6
	Linha Caliarí	? (SMA)	-	7 (SMA)	3
	Linha Caravaggio	30 **	-	10 **	4
	Linha Giongo	? (CRAS)	-	5 (CRAS)	5
Entre Rios	Linha Zanco	? (SMA)	-	5 (SMA)	7
	Linha Aparecida	60 (SMA)	-	10 (SMA)	1

	Linha Palmeiras	? SMA	-	6 (SMA)	7
	Linha Paiol de Barro	70 (SMA), 120 (ADL)	-	35 (SMA)	6
	Linha Limeira	30 (SMA), 23 (ADL)	-	30 (SMA)	4
	Linha Matão	30 (SMA)	-	15 (SMA)	5
	Linha João Veloso	30 (SMA)	-	7 (SMA)	3
	Linha Guarani	? (SMA), 19 **	-	-	2
Erval Velho	Dadalto	? **	-	-	*
Faxinal dos Guedes	Reservado	? **	-	3**	*
	Florestal	? **	-	?**	*
	Lageado dos Guedes	18 (STR), 35 (ADL)	60	8 (STR), ? (SMS)	2
	Linha Sede Ribeiro	20 (MELO, 2015), 10 (STR)	36	4-5 (STR), ? (SMS)	3
	Arroio Grande	10 **	-	10 **	1
	Linha Esperinha	? **	-	? **	*
	Linha Três Pinheiros	20 (STR), 11	-	10 (STR), 11	4
Galvão	Cohab - PU	60 (SMA)	-	? (SMA)	*
	Sag - PU	55 (SMA)	-	? (SMA)	*
	Linha Bom Retiro	? (SMA)	-	4 (SMA)	2
	Linha Novo São Paulo	? (SMA)	-	3 (SMA)	3
	Linha Padilha	? (SINTRAF)	-	15 (SINTRAFF)	4
	Linha Santa Teresinha	? (SINTRAF), 19 (ADL)	-	12 (SINTRAF)	5
	Linha Alto Rio Martins	25 (SINTRAF)/ 3 SMA	-	5 (SINTRAF)	1
	Linha Saudadinha	40T 10SINTRAF	-	10	6
Herval D' oeste	Senhor Bom Jesus da Barra Verde	32 (EPAGRI)	-	3 (EPAGRI)	2
	Rancho Queimado	24 (EPAGRI)	-	2 (EPAGRI)	1
	Sede Belém	-	40	40 (SMS)	*
Ibicaré	Linha Santo Antônio	-	19	3 (SMS)	*
Ipuaçu	São João	Aprox. 20 (MELO, 2015), 15 (STR), <10 (EPAGRI)	-	15 (STR)	3
	Samburá	Aprox. 60 (MELO, 2015), 20 (STR), 30 (SINTRAF), 150 (ADL)	-	10 (SINTRAF)	2
	Linha Toldo Velho	<10 (EPAGRI)	-	-	4
	Linha Pinhalzinho	? (SMA)	-	-	1

	Linha São Cristóvão	17 (SMA)	-	-	*
	Aldeia Branca Água	? (SMA)	-	-	*
Jupiaí	Rodrigues	<10**	-	?**	*
	Linha Salete	30 (SINTRAF), 20-30**	-	15 (SINTRAF)	4
	Linha Morro Agudo	20 (SINTRAF), 42 (ADL)	-	6 (SINTRAF), 0 (CRAS)	2
	Linha Pinheiro	45 (SMA), 12 (SINTRAF), 12 (CRAS), 40**	-	25 (SMA), 6 (SINTRAF), 4 (CRAS), 28*	3
	Linha Chagas	8 (SINTRAF), 8 (CRAS).	-	4 (SINTRAF), 2 (CRAS), 2-3**	1
	Linha São José	15 (SINTRAF), ?(CRAS)	-	8 (SINTRAF), 1 (CRAS)	5
	Linha Santin	10 (SINTRAF)	-	3 (SINTRAF)	6
Lacerdópolis	Linha Pato Roxo	? (STR)	-	2 (STR)	1
	São Roque	? (STR), 80-São Roque (ADL)	-	10 (STR)	3
	São Pedro		-		2
	Encruzilhada		-		*
Lajeado Grande	Linha Nova	3 **	-	3**	*
Luzerna	Linha Roça Grande	20 (SMA)	-	4 (SMA)	*
	Passo da Invernada	20 (SMA)	-	4 (SMA)	*
Ouro	Linha Carmelinda	? (CRAS), ? (SMA), 50 (ADL)	-	3 (CRAS)	1
	Linha Pinheiro Baixo	? (CRAS), ? (SMA)	-	3 (CRAS)	2
	Santa Lúcia	75 CRAS, 130 (ADL)	-	Aprox. 50% (CRAS)	3
Ouro Verde	Linha Quadras	10	-	10	2
	Linha Antônio Piá	7**	-	7 **	1
	Linha Barreto	4**	-	4**	*
	Linha Formiga	Aprox. 15**	-	Aprox. 15**	*
Passos Maia	Lenar - PU	? (STR)	-	-	*
	Lindes Bressiani	? (STR)	-	-	*
Ponte Serrada	Linha Pousos dos Tropeiros - PU	Aprox. 100 (EPAGRI)	70	2 (WISENTAINER, 2016)	1
	Linha Liberato	Aprox. 30 (EPAGRI), 44 (ADL), 40 (RENK,2006), 15**	-	15**	2
São Domingos	Linha Lourenço	30 (SMA), 60**	-	10 (SMA), 20**	2
	Linha Sto. Antônio	30 (SMA), 200 (ADL)	-	15 (SMA)	5

	Linha Encruzilhada	3 (SMA)	-	-	1
	Vila Milani	15 (SMA), 200 (ADL)	-	-	4
	Linha Maratá	?**, 150 (ADL)	-	-	3
	Linha Arvoredo	?**	-	-	*
	Linha Rotava	?**	-	-	*
Vargeão	“Casas da firma”- periurbano (RENK, 2006)	30	-	-	*
Vargem Bonita	Coração	200 (ADL)	94	5 (SMS)	*
	Linha Tamanduá	-	14	-	*
Xanxerê	Faxinal do Irani	? (EPAGRI), ? (STR)	57	15 (EPAGRI), ? (STR)	1
	Vila Nunes	Aprox. 15 (EPAGRI), 15 (STR)	-	? (EPAGRI), ? (STR)	*
	Almeida	?**	-	?**	*
	Bom Jardim	-	92	-	*
	Linha Rodrigues	? (STR)	33	-	2
Xaxim	Vila Diadema - PU	? (CRAS)	-	-	3
	São Jorge - PU	? (CRAS)	-	-	7
	Cachoerinha São José	? (CRAS)	-	Aprox. 12 (CRAS)	2
	Cachoerinha São Sebastião	-	-	-	-
	Voltão	-	5	-	*
	Linha Anita Garibaldi	? (CRAS)	-	Aprox. 10 (CRAS)	1
	Vila Florindo Folle (periurbano)	? (CRAS)	-	Aprox. 12 (CRAS)	5
	Linha Ervalzinho	? (CRAS)	-	-	4
	Sta. Teresinha	? **	-	-	6
	Linha 13 de Maio	? **	-	-	*
	Linha Pilão de Pedra	? **	-	-	*
Total: 26	109	-	520	Aprox. 711	-

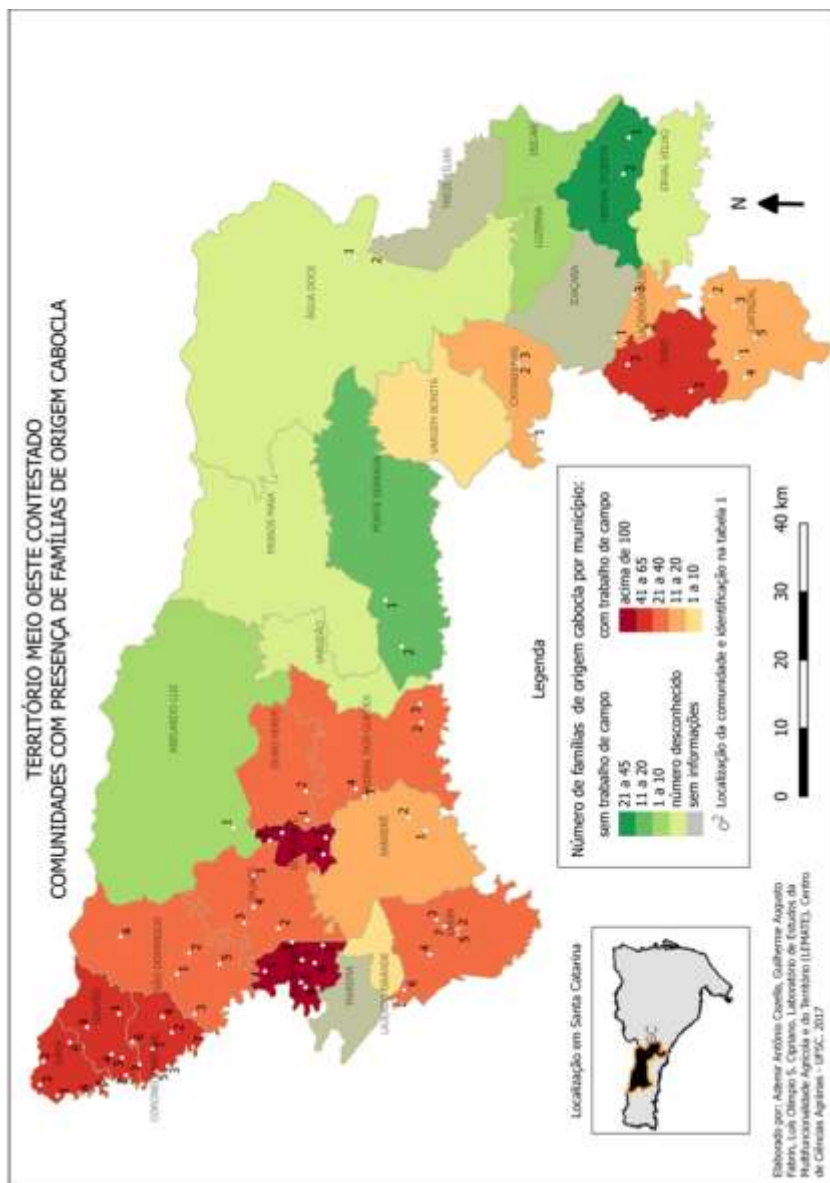
3.1.1 O mapa das comunidades caboclas

Os resultados desta etapa da pesquisa possibilitaram a elaboração do mapa ilustrado na figura 3 abaixo, que contém a localização da maior parte das comunidades identificadas, indicada pelos pontos brancos. Os números próximos aos pontos os relacionam à Tabela 1, na qual as comunidades estão organizadas por município, sendo possível saber o

nome de cada comunidade marcada no mapa pelo número de identificação, registrado na coluna “Nº mapa”. As diferentes cores simbolizam a quantidade de famílias caboclas presente em cada município e, no caso do tom acinzentado, a não obtenção de informações a este respeito. As cores avermelhadas, por um lado, e as esverdeadas e cinzas, por outro, diferenciam a intensidade da pesquisa. Os municípios coloridos com tons de vermelho (17) são aqueles onde houve pesquisa de campo intensiva, enquanto naqueles realçados com tons de verde (9) e cinza (3) a busca por informações não foi presencial nem exaustiva. Os gradientes de cada um dos tons simbolizam a quantidade de famílias de origem cabocla presente nos respectivos municípios. Quanto mais acentuada a cor, maior o número de famílias.

A nítida relação proporcional entre o esforço e o resultado neste caso indica dois aspectos principais: i) que o grau de invisibilidade social dos agricultores caboclos é acentuado; e ii) que a pesquisa em campo é imprescindível para retratar com o mínimo de confiabilidade. Esta situação se aproxima dos estudos de Laurent (1992, 1996 e 1998) na França em sua pesquisa sobre os agricultores considerados pelas Organizações Profissionais Agrícolas (OPA) daquele país como sendo “não-profissionais”. A conclusão da autora é que quando se realiza “enquetes cadastrais exaustivas” a campo o número desse tipo de agricultor é superior ao registrado pelas OPA.

Figura 3 - Mapa das comunidades com presença de famílias de origem cabocla no TMOC.



A seguir apresentamos o resultado de um primeiro esforço de sistematização de informações sócio-históricas de algumas das comunidades mapeadas, organizadas em uma tipologia. Conforme

destacado anteriormente, trata-se de um estudo que carece de mais pesquisa a campo, o que pode complexificar e detalhar ainda mais os resultados alcançados nesta sistematização.

3.2 TIPOLOGIA DAS COMUNIDADES

Das cento e nove comunidades inventariadas foi possível obter um relativo aprofundamento de informações a respeito de doze. Para elaborar esta tipologia, as comunidades foram classificadas pelas suas características sócio-históricas, principalmente relativas ao seu surgimento e reprodução social, resultando em três grupos de comunidades.

Ao longo da pesquisa encontramos diversos indícios de que, de forma geral, os caboclos fazem parte do segmento mais empobrecido da população do TMOC. Isto se reflete nas informações prestadas pelas pessoas entrevistadas e nas percepções visuais que tivemos em nossa passagem pelas comunidades, nas quais conhecemos algumas famílias caboclas vivendo em moradias precárias, conforme ilustra abaixo a figura 4, e muitas vezes em situação de insegurança fundiária (MELO, 2015).

Figura 4 - Casa de família de origem Cabocla.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

As principais ocupações profissionais dessa população estão relacionadas à venda da força de trabalho, por vezes, em condições instáveis, em unidades agropecuárias e nas indústrias ervateira, agroalimentar e madeireira. Uma passagem do estudo de Wisentainer (2016) em certa medida confirma nossa constatação. De acordo com a autora, uma pesquisa junto ao CRAS do município de Catanduvas permitiu identificar um quadro de extrema precariedade social das famílias caboclas do município.

a população mais empobrecida do município é formada por tarefeiros da erva-mate, trabalhadores de agroindústrias e do corte de madeira. São 250 famílias com escolaridade mínima, ou analfabetos, morando em residências precárias e com um ‘sistema diferenciado na carteira’, ou seja, ‘trabalhando no frio’, sem carteira assinada e com muitas entradas e saídas entre uma empresa e outra. (WISENTAINER, 2016, p. 37).

Boa parte dessas famílias, no entanto, quando têm condições mínimas de acesso a terra mantém a prática da agricultura, seja para fins de autoconsumo, de subsistência ou apenas para garantir acesso ao benefício da aposentadoria rural. Esses casos configuram aquilo que possivelmente seja a principal estratégia de reprodução social adotada nas comunidades rurais caboclas: a pluriatividade. Para Schneider (2006), pluriatividade é a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção, por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico e que se identificam como família. No entanto, cabe aqui destacar que se trata de um tipo de pluriatividade que nada lembra um “novo rural”, como a maioria dos estudos sobre esse tema tendem a valorizar. A realidade constatada a campo tem tudo a ver com a noção de “trabalho refúgio” discutida por Guanzirolí et al. (2001), na abordagem crítica que fizeram sobre o deslumbramento de muitos autores brasileiros em torno do tema da pluriatividade agrícola. Nesta pesquisa, a pluriatividade pode incluir uma diversidade de atividades laborativas, para além das que foram mencionadas acima. Dos três grupos tipológicos que serão apresentados, o maior deles é composto por comunidades nas quais predomina entre as famílias caboclas o trabalho remunerado fora da unidade agrícola familiar. Nos outros dois grupos, as ocupações das famílias ou o

surgimento da comunidade estão ligados às indústrias ervateira e madeireira, com pouca ou nenhuma atividade agrícola.

3.2.1 Comunidades ligadas à extração e industrialização de Erva-mate

Neste grupo estão classificadas as comunidades Linha Liberato e Linha Pouso dos Tropeiros, localizadas em Ponte Serrada, Vila Florindo Folle, em Xaxim e as duas vilas próximas à indústria Erva Mate Catanduvás, no município de mesmo nome.

Em todo o TMOC existem inúmeras unidades de beneficiamento de erva-mate. Todas elas estão direta ou indiretamente ligadas à famílias caboclas, que executam atividades na primeira etapa do processo produtivo da erva-mate: a extração nas florestas nativas ou em ervais cultivados. Essa atividade Renk (2006)³⁰ denominou de “a luta da erva”, a partir da reprodução do discurso dos próprios tarefeiros³¹. Segundo a autora, este é “um ofício étnico da nação brasileira”, ou seja, exclusivamente caboclo, na medida em que “[...] os donos de firma são os italianos; os produtores de erva-mate são os colonos ou fazendeiros; e os extratores, invariavelmente, os caboclos” (RENK, op cit., p. 194).

Não é raro e nem recente o fato da luta da erva acontecer em condições precárias, por vezes em regime análogo à escravidão, assim como acontece em outros setores da agricultura, na pecuária e na mineração. Contudo, foi somente em 1995 que o poder público reconheceu a existência de trabalho escravo no Brasil, e a partir de 2003 se teve a adoção de iniciativas articuladas no sentido de combatê-lo de forma mais efetiva (MTE, 2012). Em relação à extração de erva-mate, entre janeiro de 2007 e dezembro de 2010, foram resgatados 234 trabalhadores da colheita mantidos em condições análogas à escravidão em ações conjuntas realizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e

³⁰ É importante detalhar que o exemplar consultado faz parte da segunda edição da obra, e portanto a data indicada na citação não representa o ano em que foi publicado o livro. Arlene Renk foi uma pesquisadora pioneira no estudo de comunidades caboclas não focado na Guerra do Contestado. Sua pesquisa foi realizada em fins dos anos 1980 e dizer em que ano defendeu sua tese e publicou o livro.

³¹ Termo utilizado localmente para nominar os trabalhadores responsáveis pela colheita da erva, que é realizado por tarefa. “Como o trabalho por tarefa facilita a inserção de mediador, a relação de subordinação torna o tarefeiro um peão em relação ao seu patrão, o capataz” (RENK, 2006, p. 10).

Rio Grande do Sul. Alguns destes casos aconteceram em indústrias ervateiras do TMOC, mais especificamente em Catanduvas. Segundo Wisentainer (2016, p. 53), “todas as cinco ervateiras do município foram fiscalizadas a partir de 2007 – em três delas, os fiscais do MTE³² resgataram trabalhadores em condições análogas à escravidão”.

A partir de informações orais de moradores do município identificamos no mapa duas pequenas vilas próximas à unidade de produção da Erva Mate Catanduvas, onde supostamente vivem famílias de origem cabocla que trabalham na empresa (Mapa 1). Porém, em função de nossa limitação temporal não foi possível visitá-las e confirmar se os moradores são de origem cabocla, se as casas pertencem de fato à ervateira, tampouco aprofundar outros dados sócio-históricos.

3.2.1.1 Comunidade Linha Liberato - Ponte Serrada

Situada a quinze quilômetros da sede urbana municipal, uma das comunidades onde boa parte da população trabalha na extração de ervamate é a emblemática Liberato, estudada por Renk(2006) em fins dos anos 1980. É importante considerar que, pelo fato da pesquisa de Renk ter sido realizada há praticamente três décadas, existe a probabilidade de terem ocorrido mudanças significativas em aspectos variados, a exemplo do número de famílias. Naquele momento, quarenta famílias viviam na comunidade, número que variou para quarenta e quatro famílias, segundo dados do Programa Arca das Letras³³, disponíveis no Portal da Cidadania (BRASIL, 2017). Uma terceira informação de fonte oral, não sistematizada e, portanto, menos confiável, nos foi repassada por um profissional da EPAGRI, que afirmou existirem na atualidade, aproximadamente, 30 famílias. No entanto, uma moradora da comunidade informou a existência quinze famílias no total, todas elas de origem cabocla. Algumas famílias deixaram a comunidade recentemente para morar na Linha Pouso dos Tropeiros, localizada no mesmo

³² Sigla empregada pela autora para designar o Ministério do Trabalho e Emprego.

³³ O Programa foi criado pelo extinto MDA por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário com o objetivo de incentivar a leitura no meio rural por meio da implantação de bibliotecas, da formação de agentes de leitura e distribuição de acervos em comunidades de assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, comunidades ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, indígenas e pescadores.

município, mas continuam trabalhando principalmente na colheita de erva-mate. Segundo Renk (2006), 120 hectares foram doados aos moradores locais pelo proprietário formal e regularizados no ano de 1986. Havia coleta de pinhões e lenha na fazenda vizinha antes que a mesma fosse cercada. Nos arredores da comunidade também existiam monoculturas de soja, pequenas propriedades de colonos italianos e uma agroindústria cujas terras eram ocupadas com reflorestamento e aviários. Existe uma área plana no alto onde, segundo a autora, foi construída uma escola que serve de templo para a Igreja Católica, duas bodegas concorrentes e a Igreja dos “Crentes”, enquanto as casas das famílias caboclas estão localizadas numa área mais baixa, denominada canhada.

Há um caminho aberto para carros de pequeno porte, que podem se arriscar a transitar se o tempo for bom. No entanto, as vias de trânsito entre os moradores são os “carreiros”, isto é, as trilhas que encurtam consideravelmente a distância. As casas do local apresentavam uma diversidade de materiais e correspondiam ao capital econômico de cada chefe de família. As melhores habitações eram as de madeira. As mais precárias eram as barracas de plástico ou casas de esteiras de taquara. A maioria das unidades apresentavam dois cômodos [e] muitas eram ocupadas por mais de uma unidade familiar. Unicamente duas habitações, as chamadas “casas bonitas”, apresentavam pintura e vidraça (RENK, 2006, p. 23).

Conforme já mencionado, essas informações já datam de aproximadamente trinta anos e, possivelmente, mudanças ocorreram em relação ao número de habitantes e de famílias, bem como das condições de vida e de trabalho. A título de sugestão para novas pesquisas, dada a relevância do estudo de Renk (2006), revisitar seu campo de pesquisa comparar os resultados pode elucidar as mudanças e continuidades da “luta da erva”.

3.2.1.2 Linha Pousos dos Tropeiros – Ponte Serrada

Segundo um profissional da EPAGRI do município, o “pouso dos tropeiros” é composto por mais de cem famílias, boa parte de origem cabocla. No entanto, a agente da SMS informou que na comunidade

vivem aproximadamente setenta famílias, dado cuja consistência é supostamente superior, como já foi abordado. Apesar de estar localizada próxima do centro urbano, boa parte das famílias trabalha em atividades no meio rural, a exemplo da extração de madeira e erva-mate. Wisentainer (2016), entrevistou duas famílias de origem cabocla vivendo nessa comunidade, que por sua vez têm forte ligação com a “luta da erva”. São famílias inteiras que trabalham como tarefeiros desde muito cedo – alguns desde a infância – e viajam longas distâncias para trabalhar e, por vezes, acampar nos ervais. A autora também constatou que se tratam de famílias empobrecidas, que vivem em residências precárias e praticam pequena agricultura de autoconsumo. Um dos entrevistados contabiliza trinta e cinco anos de atuação na atividade extrativa e, ainda que nunca tenha recebido indenização, “é um ex-escravo: ‘Umás três vezes [os fiscais do MTE] pegaram a ervateira. Eu não estava quando a fiscalização chegou, levei azar. Tinha decidido que não ia mais e dali dez dias pegaram a turma. Deu R\$ 5.730,00 pra cada um’, lamenta o homem” (WISETAINER, 2016, p. 66). Um funcionário de hotel localizado nos arredores da comunidade nos informou que boa parte dos moradores trabalha para a serraria que existe no local. Ou seja, uma parcela das famílias desta comunidade tem ligação com a indústria madeireira.

3.2.1.3 Vila Florindo Folle – Xaxim

Antes da chegada dos descendentes de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, a localidade era denominada “Lagoa da Pedra”, e passou a se chamar Vila Florindo Folle depois que família Folle se instalou no ano de 1926 no local. Um ano mais tarde foi fundado o primeiro soque de erva-mate da região, que era movido à energia hidráulica e recebia a erva pronta para ser moída, ou seja, depois do processo de secagem realizado no mato (CHITOLINA, 2013). “Com a industrialização da erva-mate, houve um reagrupamento de caboclos ex-possesores na atividade extrativa, os quais passaram a atuar como tarefeiros, mão de obra subalternizada” (op cit., p. 153). Atualmente, a ervateira é a maior do município, contando com uma estrutura de 13.460m² de área construída, 5 estruturas de trabalho fora da empresa e 200 funcionários diretos³⁴. Como já foi apresentado, a comunidade conta com aproximadamente doze famílias de origem cabocla, segundo informação

³⁴ Dados provenientes da página eletrônica da empresa. Disponível em: <http://folle.com.br/empresa.php>. Acesso em: abr 2017.

do CRAS do município (Tabela 1). Apesar de estar situada próxima ao centro urbano municipal, ainda é considerada por moradores e gestores como sendo uma comunidade rural.

3.2.2 Comunidades relacionadas à extração e beneficiamento de madeira

Uma das marcas do processo de colonização do oeste catarinense é sua forte ligação com a exploração de madeira nas densas florestas que cobriam a maior parte do território, das quais existem poucos remanescentes. Atraídos pela possibilidade de lucrar com a excelente madeira contida nos abundantes pinheirais (*Araucaria angustifolia*), muitos imigrantes se engajaram na atividade econômica madeireira e instalaram diversas serrarias em toda a região. O trabalho na atividade extrativa foi opção para muitos dos caboclos expropriados. Segundo Chitolina (2013, p. 147), “[...] muitos caboclos passaram a realizar trabalhos periféricos nas indústrias madeireiras, na construção de estradas, na formação de balsas³⁵ e nas atividades campeiras”. Muitas famílias caboclas foram atraídas pela oferta de trabalho e se fixaram nos arredores de unidades de beneficiamento da madeira, originando diversas comunidades, das quais algumas ainda persistem mesmo após o encerramento da atividade madeireira.

3.2.2.1 Comunidade Vera Cruz – Catanduvas

O município de Catanduvas conta com uma quantidade expressiva de unidades de beneficiamento de erva-mate, o que justifica a denominação de “Capital Catarinense do Chimarrão” em portal do município. Nele vivem uma quantidade expressiva de extratores de erva-mate. No entanto, em nossa passagem pelo município não tivemos oportunidade de conhecer nenhum tarefeiro ativo, mas conhecemos um ex-tarefeiro que atualmente trabalha na serraria existente em Vera Cruz, onde reside com sua família. Esta é uma pequena comunidade rural mista situada a aproximadamente vinte quilômetros da sede do município e a 400 metros da margem do Rio Jacutinga – marco da divisa entre os municípios de Catanduvas e Jaborá. Quarenta famílias compõem a comunidade (BRASIL, 2017), das quais um número entre

35As balsas eram embarcações construídas com as toras que, agrupadas e amarradas, eram transportadas durante as cheias do Rio Uruguai até os pontos de comercialização, geralmente portos na Argentina.

dez e quinze são caboclas, segundo informação de um profissional do escritório municipal da EPAGRI. O acesso à localidade se faz a partir da rodovia BR-282 por estrada sem pavimentação, ao longo da qual a paisagem predominante é de monoculturas de “reflorestamento” com *Pinus elliottii*. Os moradores que entrevistamos durante o curto tempo de visita à comunidade são de origem cabocla, mas não nasceram no local e não souberam precisar a data de fundação dessa comunidade, assim como o profissional da EPAGRI. Sabiam apenas que a comunidade se formou em função da serraria que existe no local, que além de empregar boa parte dos moradores da comunidade, construiu muitas das casas que existem no local para moradia dos que trabalham na indústria. Segundo os entrevistados, existe uma boa relação entre os empregados e patrões, a exemplo de um dos caboclos que, apesar de não trabalhar mais na serraria, ainda vive “de favor” numa das casas dos ex-patrões.

O caso deste agricultor de 86 anos agregou para nossa pesquisa dados ricos em elementos que exemplificam e elucidam a racionalidade do caboclo. Originário do Rio Grande do Sul, devoto de São João Maria, contou que seu pai havia deixado a família por um curto período de tempo para lutar na Guerra do Contestado. “Foi pra revolução, mas logo voltou, não quis ficar”. (...) “dizia que era uma *religião*, e que a irmandade estava precisando de ajuda”. “Depois de moço”, o agricultor decidiu migrar para Santa Catarina em busca de trabalho e “com muita luta” conseguiu comprar um sítio no município de Seara, situado a aproximadamente cem quilômetros de Catanduvas. A partir de então cultivou a terra, criou animais e gerou abundância que o permitiu ajudar muitas pessoas, inclusive colocando em risco seu próprio imóvel para avalizar empréstimos para outros agricultores comprarem seus próprios sítios. Notavelmente altruísta, este senhor contou com pesar da perda de sua propriedade: “o tempo foi passando, aquele povo não conseguiu pagar as terras deles, e eu perdi a minha [...] Perdemos tudo, daí viemos embora pra Catanduvas, trabalhar na serraria”. Atualmente vivem numa pequena casa de madeira o agricultor e sua esposa, ambos declaradamente apaixonados pelo cultivo ecológico de alimentos, em uma área de aproximadamente um hectare para o cultivo de autoconsumo, também cedida pelos ex-patrões. Contam orgulhosos que têm apenas sementes de variedades crioulas, dentre as quais algumas cultivam desde a “época do sítio” (figura 5), e que nunca aplicaram “nenhuma gota de veneno na roça”. Quando questionado sobre o motivo pelo qual não utiliza agroquímicos, o agricultor expressou um modo de pensar agroecossistêmico: “Agente sabe que isso faz mal, vai pra água,

pros peixes. Se mata os ‘bichinhos’ que vêm na nossa roça deve fazer mal pra nós também. Deixa a terra doente”.

Figura 5 - Agricultores e sementes crioulas de feijão.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

3.2.2.2 Comunidade São João – Ipuçu

A origem da comunidade São João está ligada à extração de madeira, uma vez que a ocupação da área ocorreu onde existia uma antiga serraria. Alguns trabalhadores mantiveram-se no local após o

encerramento das atividades da serraria, que migrou para outra região do país. No entanto, a maior parte foi viver no centro urbano e as famílias que permaneceram vivem em lotes pequenos e em situação de insegurança fundiária (MELO, 2015).

São João está a aproximadamente cinco quilômetros da sede e seu acesso se dá via rodovia asfaltada. Na comunidade vivem cerca de vinte famílias, principalmente de caboclos, mas também de descendentes de europeus, que habitam pequenos lotes rurais que, invariavelmente, não chegam a um hectare. O local é um aglomerado de moradias e roças, o que lhe confere um aspecto de vila rural. É difícil a identificação dos limites estabelecidos entre os estabelecimentos familiares. Suas divisões ocorreram por meio de loteamentos e pelo processo de herança entre os ocupantes da comunidade. O local é íngreme, próximo a um rio e apresenta ao seu entorno uma cobertura de mata. Ao redor dessa localidade há grandes fazendas de produções de animais e vegetais. No passado, essa localidade pertencia a uma empresa de serraria da região. A grande maioria dos moradores dessa comunidade não possui a titularidade da terra e encontra dificuldades de acesso à eletricidade. A comunidade conta com uma igreja católica e um centro comunitário, onde funciona a Associação dos Moradores de São João, um cemitério e uma escola desativada. As famílias, em especial as crianças e jovens, utilizam como meio de transporte público o ônibus escolar para o acesso à sede do município (MELO, 2015, p. 111).

Quanto à reprodução social, boa parte das famílias recorre a contratos de arrendamento e parceria de terras com outros agricultores com a finalidade de aumentar a área produtiva e possibilitar o acesso a financiamentos, empréstimos nos bancos e manutenção do Bloco de Produtor Rural. Trata-se de um importante “documento” para essas famílias, pois comprova o exercício da profissão de agricultor junto à previdência social, condição que permite acessar o benefício da aposentadoria rural e demais formas de auxílios previdenciários.

3.2.3 Comunidades rurais com forte presença de famílias pluriativas

Conforme visto, essa noção denomina a combinação de atividades não agrícolas com a agricultura, que constitui uma “estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados de produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho” (SCHNEIDER, 2000, p. 3). Nas palavras de Silva (1999, p.1), a pluriatividade é uma das manifestações do “transbordamento do urbano sobre o rural”, que acaba por introduzir novas atividades de laborativas alternativas aos agricultores familiares. Para Carneiro (1998), o fato de agricultores recorrerem a esse tipo de alternativa faz parte de uma resposta à crise da agricultura familiar, na tentativa de vencer a dificuldade de permanência no campo exclusivamente por meio da agricultura.

Nas comunidades pesquisadas identificamos dois tipos distintos de pluriatividade. De um lado, existem famílias que recorrem a esta estratégia de maneira formal, ou seja, com contrato e registro em Carteira de Trabalho, o que garante a proteção dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Por outro lado, muitos agricultores se mantêm na informalidade. As razões são diversas, desde um esforço para não interromper a contagem do tempo para a aposentadoria rural, até a preferência por supostas “vantagens”³⁶, quase sempre associada ao desconhecimento da importância da formalização no sentido da garantia de direitos. Os principais empregadores formais são as agroindústrias e, em menor medida, serrarias, olarias e ervateiras. No entanto, alguns destes também empregam trabalhadores de maneira informal, a exemplo dos granjeiros e agricultores familiares capitalizados, e das ervateiras, que terceirizam a contratação de tarefeiros por meio dos “empreiteiros”.

Uma das comunidades com forte presença da pluriatividade informal é a Linha Antônio Piá, no município de Ouro Verde. Segundo moradores de uma comunidade próxima, os agricultores desta comunidade dispõem de pouca terra para praticar atividade agrícola própria, o que os faz recorrerem ao assalariamento informal como

³⁶ Uma das principais “vantagens” da informalidade é a oferta de salário com valor superior ao que seria oferecido pelo patrão caso este tivesse que pagar os encargos trabalhistas implicados na formalização da contratação de um empregado. Outra vantagem é a diminuição do risco e, conseqüentemente, do temor de perder o direito da aposentadoria rural.

estratégia de reprodução social no meio rural, complementada pela agricultura de autoconsumo e subsistência. Os empregadores são principalmente granjeiros da região. No entanto, nesta comunidade não foi possível entrevistar agricultores, nem aprofundar mais informações a seu respeito, portanto não foi criado um tópico específico para abordá-la.

Outra comunidade onde a informalidade é expressiva é Santa Lúcia, localizada no município de Ouro. As comunidades com predomínio de pluriatividade formal são Alto Alegre, Lindemberg e Vila União, todas situadas no município de Capinzal. Assim como Santa Lúcia, essas comunidades estão apresentadas a seguir.

3.2.3.1 Comunidade Santa Lúcia – Ouro

A maior parte das informações a respeito dessa comunidade foram concedidas por profissionais do CRAS do município, que possui quantidade significativa de dados que foram colhidos e sistematizados no âmbito do PAIF, como já foi mencionado. Outra parte foi levantada por meio de entrevistas realizadas durante visita à comunidade.

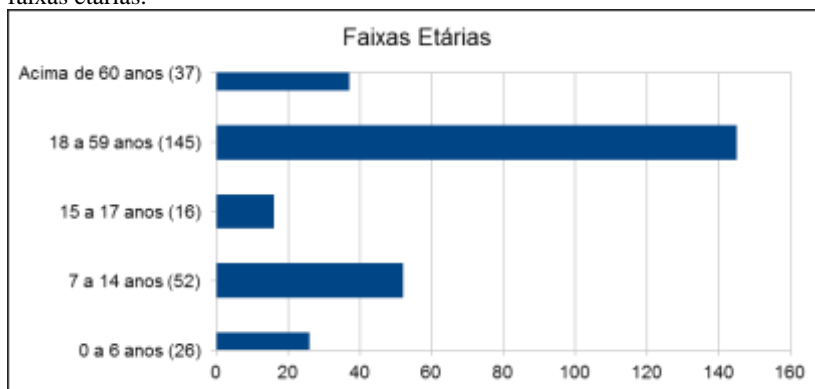
Santa Lúcia é uma comunidade rural mista formada por descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos, e famílias de origem cabocla. São setenta e cinco famílias no total, das quais aproximadamente metade são caboclas. Localizada a vinte e cinco quilômetros de distância da sede urbana do município, seu acesso se dá por estrada sem pavimentação e o tempo de deslocamento é de cerca de uma hora. Por este motivo os moradores preferem recorrer à sede do município de Jaborá quando precisam de algum serviço ou assistência especializado, pois este está localizado há apenas doze quilômetros da comunidade. Segundo a moradora mais antiga, descendente de italianos, a comunidade foi fundada por seu avô por volta do ano de 1925, quando este veio trabalhar como vendedor de terras para uma companhia colonizadora. Quando questionada sobre a presença de posseiros nestas terras no momento de fundação da comunidade, ela afirmou que não existiam. Contudo, demonstrou contradições nas informações relativas à presença de famílias de origem cabocla na comunidade, a exemplo da resposta para a pergunta sobre o momento de chegada dos primeiros caboclos:

- os primeiros começaram a chegar há uns 20 anos.

- mas não existiam caboclos aqui quando a Sra. era criança?
- é... mas poucos, uns 3 ou 4.

Outros moradores relataram, ainda, versões diferentes, afirmando que os primeiros caboclos vieram a partir do aumento da demanda por de mão-de-obra decorrente da expansão das ervateiras da região, há aproximadamente 50 anos. É nítida a tentativa de autoafirmação enquanto pioneiros na formação da comunidade por parte dos descendentes de italianos e, conseqüentemente, o menosprezo da contribuição cabocla. Segundo informações do CRAS do município, a comunidade conta com 281 moradores, escola com ensino primário, fundamental e médio, posto de saúde, uma unidade do CRAS que funciona em dias específicos, agência dos correios, posto telefônico, mercado, loja de produtos agropecuários, duas igrejas (católica e evangélica), salão comunitário e alguns bares. Nas imediações existem duas ervateiras que empregam boa parte dos moradores da comunidade. O Quadro 2, a seguir, apresenta o número de habitantes dividido por faixas etárias. Mais da metade dos habitantes tem entre dezoito a cinquenta e nove anos e o número de crianças e adolescentes é superior ao de idosos.

Quadro 2 – Número de habitantes da comunidade Santa Lúcia dividido por faixas etárias.



Fonte: Adaptado de CRAS do município de Ouro.

As primeiras famílias de origem cabocla que migraram de outras regiões se instalaram em barracos de lona no entorno da ervateira, que posteriormente comprou uma área de terra dentro da comunidade para

construir casas para moradia de seus trabalhadores. Esta foi uma das formas de entrada dos caboclos na comunidade. A figura 6, a seguir, ilustra as residências construídas por uma das ervateiras, nas quais habitam famílias caboclas que prestam serviço para essa indústria.

Figura 6 - Casas construídas pela ervateira Tertúlia.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

Após a chegada dos caboclos nas casas da firma, outras famílias de origem cabocla migraram para a comunidade e conseguiram comprar pequenos lotes de moradores mais antigos, boa parte destes a título de posse, e construir casas próprias, das quais algumas são bastante precárias. Os lotes das famílias de origem italiana são maiores, mas não diferem significativamente. O padrão de assentamento em pequenos lotes confere ao local um aspecto de bairro rural.

Existe nessa comunidade uma marcada fronteira étnica, a exemplo do que foi identificado por Renk (2006) em outros municípios do TMOC. Segundo os profissionais do CRAS, o preconceito é acentuado e são frequentes as situações de discriminação, sobretudo da parte do grupo de italianos. A título de exemplo, citaram um caso relatado por um caboclo da comunidade que afirmou que o ônibus que passa pela comunidade, conduzido por um motorista de ascendência

italiana, parou para o embarque de três pessoas de mesma origem e, alguns metros adiante, no ponto onde estava claramente sinalizando um morador de origem cabocla, o motorista passou sem parar, deixando-o para trás.

No gráfico a seguir (Quadro 3), que representa as ocupações profissionais dos habitantes da comunidade, é possível identificar pelo menos treze atividades laborativas distintas. As mais comuns são a prestação de serviços em estabelecimentos agropecuários e, em menor proporção, a extração e o beneficiamento de erva-mate. As demais atividades são o trabalho em estabelecimentos de ensino – no qual podem estar implícitas profissões distintas, como professor, merendeiro, secretário, entre outras –, o trabalho em estabelecimentos comerciais, a condução de veículos (motorista), o trabalho na indústria madeireira, a venda de produtos, a carpintaria, a mecânica, o cuidado de crianças, o trabalhos com produção de mudas (horto florestal) e, por fim, trabalho como auxiliar de serviço gerais. Chama a atenção o expressivo número de trabalhadores aposentados e pensionistas do INSS (31), que chega a ser maior que o número de trabalhadores em atividades ligadas à indústria ervateira (30). Segundo profissionais do CRAS, este número indica a presença significativa de idosos na comunidade.

Quadro 3 – Principais ocupações profissionais dos habitantes da comunidade Santa Lúcia



Fonte: adaptado de CRAS do município de Ouro.

A figura 7, a seguir, ilustra as ferramentas básicas de trabalho de um dos extratores de erva-mate que reside na comunidade. A autorização para a captura da imagem foi concedida pela esposa do tarefeiro, uma vez que o mesmo não se encontrava na comunidade no momento da visita.

Figura 7 - Facão e serra utilizados na extração de erva-mate.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

Segundo os profissionais do CRAS, a totalidade dos trabalhadores ocupados na extração e beneficiamento de erva-mate é de origem cabocla, sendo esta atividade a principal ocupação profissional do segmento. A diversidade das demais ocupações está relacionada principalmente aos descendentes de italianos.

3.2.3.2 Comunidades Alto Alegre, Lindemberg e Vila União – Capinzal

No município de Capinzal foram identificadas cinco comunidades com presença de famílias de origem cabocla, dentre as quais foi possível aprofundar informações de apenas três. Capinzal era um distrito do município de Campos Novos até 1948, ano em que foi

emancipado. No entanto, a história oficial conta que as primeiras famílias chegaram em 1908, na mesma época em que se iniciou a “colonização das faixas de terras pertencentes à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, para onde afluíram os primeiros colonos, na sua maioria descendentes de italianos, provindos do Rio Grande do Sul” (IBGE, 2017). Portanto é questionável a versão contada pelo IBGE, pois indiretamente sugere que não existiam famílias habitando as terras que hoje pertencem ao município. Como já foi abordado existiam famílias habitando a localidade, porém na condição de posseiros, os quais foram expulsos pela companhia colonizadora. No entanto, a história é contada pelo viés dos colonizadores, que se colocam como “pioneiros” e “desbravadores”.

As comunidades de que dispomos de informações adicionais são Alto Alegre, Lindemberg e Vila União, todas com a presença mista de agricultores caboclos e de origem europeia. A lei estadual nº 1032, de 1965, criou o distrito de Alto Alegre e o anexou ao município de Capinzal (IBGE, 2017). No entanto, é possível datar o surgimento da comunidade desde período anterior, antes mesmo da emancipação do município, com base no histórico da escola existente na comunidade. Segundo consta neste documento, “a criação da escola deu-se no ano de 1941, com o nome de Escola Isolada Municipal de Alto Alegre”³⁷, o que leva à suposição de que a comunidade já estava relativamente bem estruturada naquele período. O acesso à localidade, que dista aproximadamente doze quilômetros da sede do município, é feito por estrada sem pavimentação. A comunidade é formada por cento e dez famílias, segundo dados do Portal da Cidadania do Governo Federal. O número aproximado de famílias de origem cabocla, segundo Técnico da EPAGRI contatado por telefone, é cinco ou seis. No entanto, em nossa passagem pela comunidade percebemos visualmente a possibilidade de haver um número maior de famílias caboclas, dado cuja checagem não foi possível realizar no quadro desta pesquisa. A comunidade conta com uma igreja e um salão paroquial, onde acontecem as festas comunitárias. Identificamos a existência de pequena agricultura de subsistência/autoconsumo em diversas casas, conforme ilustra a seguir a figura 8, e com menor frequência, a presença de pequena pecuária, o que sugere a existência de pluriatividade como estratégia de reprodução social das famílias. Esse recurso é confirmado pelo estudo de Avila (2007, p. 153):

³⁷ O histórico está publicado no blog da Escola Municipal Ivo Silveira (EMIS, 2017).

dentre as atividades sócio-econômicas e serviços à comunidade que vêm se desenvolvendo são destaque um abatedouro de bovinos; duas indústrias de cerâmicas; um mini-mercado; uma fábrica de cadeiras; um posto de saúde, que atende a população local de segunda a sexta-feira; um posto telefônico; uma agência de correio; uma escola de ensino fundamental; produção de leite, cuja comercialização é com a empresa de laticínios Tirol, de Treze Tílias (SC). Boa parte das atividades está, também, vinculada ao sistema agroindustrial da Perdígão³⁸, onde a maioria da população local trabalha na unidade industrial 52 ou na granja de recria situada naquele distrito ou, até mesmo mantém algum vínculo com aquela empresa através do sistema de integração.

Figura 8 - Comunidade Alto Alegre.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

³⁸ Atualmente, a partir da fusão com a empresa Sadia, a Perdígão passou a ser denominada BRF, cuja sede regional se localiza a aproximadamente quinze quilômetros da comunidade.

Segundo a mesma autora, “alguma ‘semelhança’ ocorre na localidade de Lindemberg” (p. 153), situada há aproximadamente dezesseis quilômetros do centro urbano municipal e quatro quilômetros da comunidade Alto Alegre. Não temos conhecimento do número total de famílias, mas o número de famílias de origem cabocla é cinco ou seis, segundo informação oral de profissional da EPAGRI. A infraestrutura dessa comunidade é detalhada na passagem abaixo, bem como as fontes de trabalho pluriativo. Destaque-se que o “carregamento de frangos” que em décadas anteriores era efetuado por meio do trabalho mútuo de famílias de agricultores ligadas por laços de parentesco e de vizinhança foi substituído pelo trabalho terceirizado efetuado por empresas especializadas nesta atividade.

Dispõe de dois mini-mercados; dois bares; um ginásio de esportes; uma escola de ensino fundamental; uma indústria de cerâmicas; um posto de saúde, que atende à população de segunda a sexta-feira, com disponibilidade de médico dois dias por semana e dentista uma vez semanal; uma usina elétrica de propriedade particular da indústria de cerâmicas; e um CTG – Centro de Tradições Gaúchas, entre outros. [...] de acordo com conversas informais com moradores locais, alguns trabalhadores são funcionários da empresa Perdigão, cerca de 40%, outros são funcionários de uma empresa terceirizada, Linger, que presta serviços de carregamento de frangos a partir de acordo firmado entre a Perdigão e os produtores de frangos, alguns, ainda, trabalham na indústria local de cerâmicas, e outros são avicultores (AVILA, 2007, p. 153).

A comunidade Vila União está situada a dez quilômetros da sede municipal e seu acesso é feito inteiramente por via pavimentada até o interior da comunidade. Não foi possível levantar o histórico da comunidade, mas sabe-se que parte das famílias de origem cabocla tenham se fixado no local em função do trabalho em uma unidade de fabricação de tijolos de cerâmica, que existe desde 1991 e ocupa posição central no espaço da comunidade (figura 9). Existem também um mercado, uma igreja e uma oficina mecânica. Das três comunidades do

município de Capinzal abordadas nessa tipologia, Vila União é a mais próxima da sede regional da agroindústria BRF (aproximadamente 9 km), na qual uma parcela dos moradores da comunidade trabalha.

Figura 9 - Olaria localizada na comunidade Vila União.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

3.3 O ESTUDO QUALITATIVO

Neste tópico abordamos o estudo de caso mais aprofundado da pesquisa. Entre todas as comunidades que visitamos com a intenção de realizar estudos qualitativos, em apenas uma houve confluência suficiente dos condicionantes da “construção coletiva” que é uma pesquisa dessa natureza. A apresentação dos resultados do estudo está organizada em duas partes principais. A primeira delas é dedicada à explicação da formação e das características demográficas da comunidade. Na segunda parte caracterizamos as estratégias de reprodução social das famílias que a constituem de forma relacionada com sua forma de uso do solo e seu modo de fazer agricultura.

3.3.1 Comunidade do “Pai Grande” (Linha Quadras) – Ouro Verde

Esta pequena comunidade rural está situada no município de Ouro Verde, dez quilômetros ao sul da sede urbana e próxima à margem norte do Rio Chapecozinho, que marca a divisa com o município de Faxinal dos Guedes. Seu acesso a partir da sede municipal se dá por estrada sem pavimentação, que atravessa extensas áreas de monocultura “graneleira” – principalmente soja e milho – até chegar no estabelecimento rural onde residem as oito famílias que compõem a comunidade. Destas, a única que não foi entrevistada era composta por pai, mãe e seus dois filhos adultos, os quais estavam prestes a iniciar a construção de suas próprias casas nos arredores da casa dos pais, com o propósito de viverem com suas esposas. A esposa de um deles estava grávida, razão pela qual, segundo um dos entrevistados, havia urgência na construção, uma vez que o casal desejava ter a morada pronta para a chegada do bebê. Ou seja, depois de concretizado o processo de mudança dos filhos, a comunidade passará a ter dez núcleos familiares. Abaixo, a figura 10 retrata o estado de conservação da mata nativa na comunidade, à esquerda, em contraste com a paisagem homogênea e predominante dos campos de produção de grãos, à direita.

Figura 10 – Contraste de uso do solo em propriedades rurais distintas.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

O caso desta comunidade representa muito mais uma exceção do que a regra em relação às demais comunidades caboclas do TMO. Os fatores que implicam nessa diferenciação podem ser sintetizados em quatro pontos principais, descritos a seguir:

1. A comunidade ocupa uma área de terra originalmente obtida por meio da *compra*. Os resultados de nossa pesquisa – teórica e empírica – indicam que este fato é incomum na região, e que os caboclos são em sua maioria indivíduos despossuídos do título de propriedade das áreas que ocupam;

2. Do primeiro aspecto diferenciador decorre o segundo, que se refere ao acesso a políticas públicas produtivas. A existência da titularidade da terra possibilitou o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a um dos agricultores de Linha Quadras. Muitas famílias caboclas não possuem suas áreas regularizadas (MELO, 2015), ou não acessam terra em quantidade suficiente, o que impossibilita a obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), ou não são reconhecidos como agricultores capazes de saldar a dívida adquirida a partir do acesso ao crédito e, portanto, não são priorizados por gestores de políticas públicas como potenciais beneficiários;

3. A totalidade das famílias que compõem a comunidade são de origem cabocla e apresentam relações de parentesco entre si. Nossa pesquisa, como já foi abordado, revelou que a maior parte das comunidades tem presença de agricultores caboclos em meio a agricultores de outras origens, ou seja, são comunidades mistas. Linha Quadras é composta por oito famílias ligadas por laços consanguíneos, uma vez que são as famílias dos filhos do proprietário, vivendo juntamente com seus cônjuges e filhos;

4. Estas famílias de agricultores praticam agropecuária de autoconsumo e subsistência de forma tradicional, ou seja, sua condição de não expropriados possibilitou o desenvolvimento de um processo de resistência e adaptação de práticas tradicionais. A maior parte dos caboclos foi expropriada, fato que limitou drasticamente a prática da atividade agrícola.

A terra onde vivem as oito famílias é uma pequena parte da propriedade que foi comprada pelo avô do atual proprietário. A área

original passou por pelo menos duas repartições em processos de herança. Segundo o proprietário e patriarca da comunidade, de 83 anos, seu avô era agricultor e um exímio criador de animais que vivia no estado do Paraná com os pais que eram sitiantes³⁹. Quando deslocou-se para Santa Catarina, em fins do século XIX, “veio embora pro sertão atrás de terra pra comprar” e adquiriu o sítio que deixou para a família em troca de porcos e cavalos. O processo de herança que tituló o atual proprietário e seus nove irmãos, tratou da repartição de uma área de 2.036.135 m² (203,6 ha) que fora herdada do avô por sua mãe. Os irmãos, segundo o próprio entrevistado, “aos poucos foram vendendo⁴⁰ as terras pros granjeiros⁴¹”. Na atualidade, a propriedade conta com 20,8148 hectares, segundo consta no documento do Cadastro Ambiental Rural do ano de 2015.

Segundo Bloemer (2000), a organização dos espaços comunitários em comunidades mistas segue o padrão de assentamento imposto pelos imigrantes – no caso italianos. Esta constatação coincide com a colocação de Renk (2006, p. 157), que afirma que em comparação aos italianos, os caboclos são “um grupo com *habitus* diferente e com menor poder de impor a sua visão e representação de mundo”. Em Linha Quadras, apesar da significativa redução da propriedade original e do “confinamento” territorial imposto pelos migrantes que adquiriram terras na região, internamente à propriedade o uso da terra é orientado pela lógica própria dos agricultores locais. A presença exclusiva de famílias caboclas possibilitou uma organização espacial de acordo com as próprias visões e representações de mundo das famílias locais, conforme será aprofundado adiante.

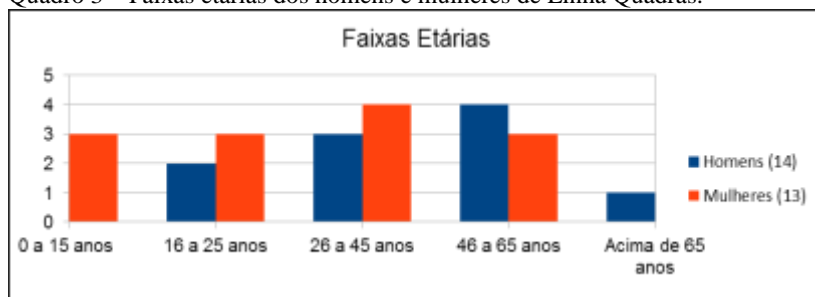
³⁹ São sitiantes os pequenos produtores rurais que moram, em sua maioria sob o regime da posse, nos interstícios das grandes fazendas ou nos bairros rurais (DIEGUES, 2003, p. 150).

⁴⁰ É importante enfatizar que a venda de terras e o êxodo dos irmãos do proprietário se deu durante o avanço do processo de modernização da agricultura, durante o qual os caboclos de Linha Quadras por diversas vezes venderam sua mão de obra na preparação de terrenos para a agricultura mecanizada, o que inclui a derrubada e destocamento de florestas e capoeiras, abertura de valos para drenagem de várzeas, construção de estradas para acesso do maquinário, etc.

⁴¹ Granjeiro é o termo utilizado localmente para denominar os proprietários e/ou arrendatários de grandes áreas de terra – as “granjas” – e produtores de grãos.

Do total de vinte e sete pessoas que habitam a comunidade, cinco são aposentadas e sete têm menos de dezesseis anos e são estudantes em nível fundamental. A escolaridade dos habitantes com mais de dezesseis anos de idade se configura da seguinte forma: uma pessoa concluiu o ensino médio⁴², seis concluíram e doze cursaram, mas não concluíram o ensino fundamental e uma pessoa não frequentou a escola. O quadro 3, a seguir, representa as faixas etárias dos habitantes divididos por gênero.

Quadro 3 – Faixas etárias dos homens e mulheres de Linha Quadras.



3.3.1.1 As estratégias de Reprodução Social

Durante a análise do sistema de estratégias de reprodução social das famílias de Linha Quadras, ficou evidente a sua complexidade – no sentido da interligação entre as distintas atividades. A separação das estratégias em diferentes classes se dá por uma linha tênue, uma vez que na prática elas se apoiam mutuamente, se condicionam, se fundem e até mesmo se confundem. Em outras palavras, elas são complementares e estão fortemente interligadas (BOURDIEU, 1994).

No entanto, a necessidade de apresentá-las didaticamente nos levou a um esforço de “separação” explicativa, sem contudo deixar de enfatizar as interações intrassistêmicas quando existentes, ou sempre que nossa percepção tenha compreendido as complexas inter-relações. Para cumprir com este objetivo de forma elucidativa, apresentamos as estratégias de forma relacionada à organização do espaço comunitário e ao modo de fazer agricultura, que são preponderantes na definição das linhas de ação estratégicas. Antes, porém, é importante enfatizar um aspecto histórico relativo à reprodução social dessas famílias.

⁴² Vale destacar que o morador em questão é um policial aposentado que não nasceu na comunidade, mas passou a residir a partir da união conjugal com uma das filhas do patriarca.

As casas das famílias não são separadas por cercas ou marcos de divisa, nem a propriedade tem porteira. As cercas existentes têm a única função de limitar a circulação dos animais em espaços de cultivo. Assim, o uso do solo se divide basicamente em terras de plantar, terras de criar e áreas de uso misto, nas quais há uma combinação de cultivo vegetal e criação animal. As terras de plantar são cercadas e variam na forma de uso de acordo com a técnica de cultivo ou as espécies cultivadas, assim como as terras de criar, que também são cercadas e têm diferentes ambientes, adequados para as distintas técnicas de criação e espécies de animais que nelas são criadas. As áreas de uso misto, onde se localizam as casas da comunidade, não são cercadas e os cultivos nelas existentes são exclusivamente de espécies arbóreas, como frutíferas, medicinais e lenhosas, pois são espécies que os animais que circulam livremente – galinhas, patos, filhotes de porco e de ovelha – não “danificam”. Esta forma de ordenamento do espaço é tradicionalmente cabocla (RENK, 2006) e se assemelha muito à maneira como são organizados os faxinais (FÖETSCH, 2014; LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005).

Uma parcela de aproximadamente quatro hectares foi destinada ao arrendamento informal para um produtor vizinho, cujo acordo prevê como forma de pagamento 20% da produção obtida com o cultivo de aveia. Segundo os agricultores da comunidade, trata-se de um agricultor familiar capitalizado que acessa políticas públicas produtivas o PRONAF.

- Esse arrendamento tem contrato?

- Não foi feito [contrato]. É meio “no papo”, porque é tudo conhecido né... os meus filhos trabalham pra esse homem. E ele me paga os vinte por cento e me dá aveia plantada pra tratar o meu gado, por que eu não tenho como. Plantar tudo “a boi” não é fácil.

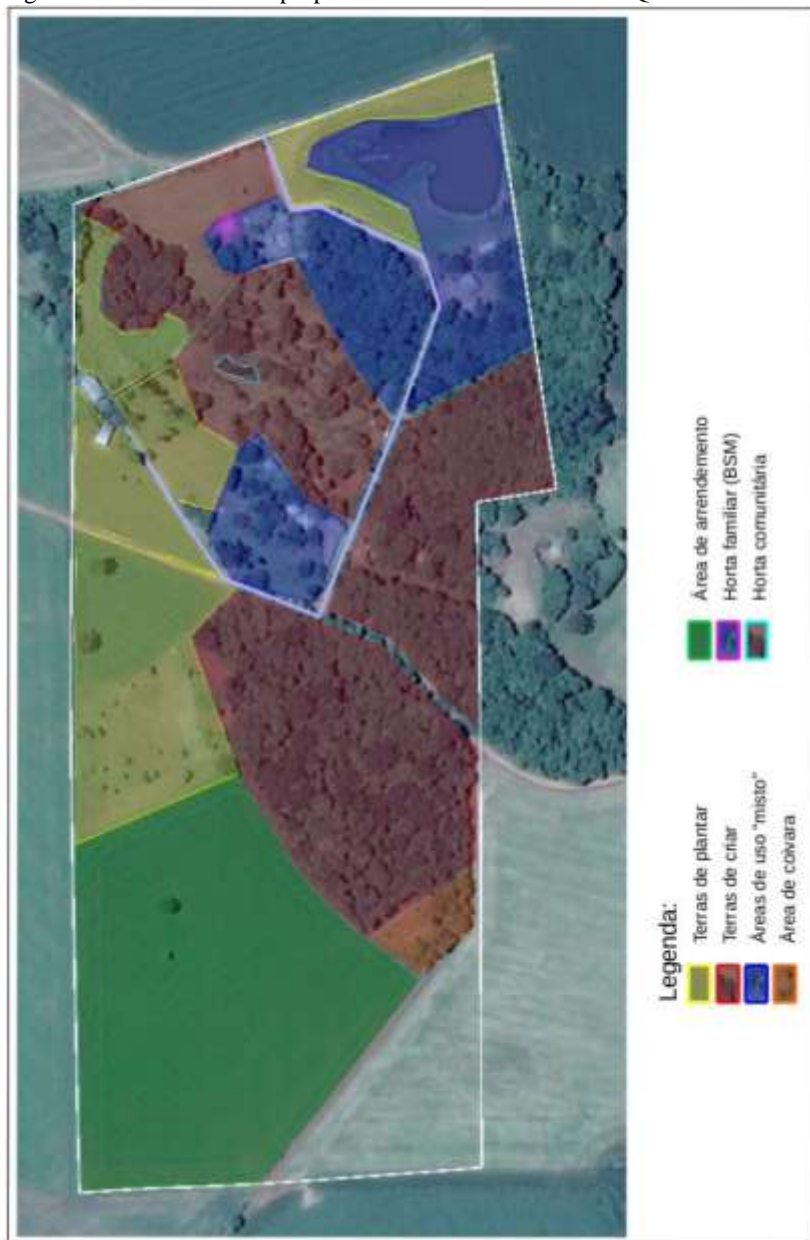
Na mesma fala, cuja sequência está transcrita abaixo, o agricultor se queixa do caráter seletivo do serviço público municipal de apoio aos agricultores, que por sua vez prioriza os mais “produtivos” em detrimento dos agricultores caboclos:

Esse ano tive que plantar um pouco “a boi”. Tem a prefeitura com as máquinas, mas tem que atender os outros e eu não né, porque eu tenho a

minha junta de bois, então “você que se vire”.
Mas os meus impostos era pra ir descontados
nisso aí né, nessa ajuda.

A figura 11, a seguir, ilustra o uso do solo na propriedade. Duas hortas estão representadas na imagem, sendo uma delas comunitária, e a outra familiar, cujo recurso para estruturação e cultivo foi obtido por meio do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM).

Figura 11 - Uso do solo na propriedade das famílias de Linha Quadras



Fonte: imagem adaptada de Google Earth, 2017.

Na maior parte das terras de plantar o cultivo é feito de forma coletiva para o autoconsumo das famílias. Os agricultores alternam a forma de trabalho entre eventuais mutirões e revezamentos diários para realizar os manejos, que podem acontecer individual ou coletivamente, dependendo da necessidade. A figura 12, a seguir, ilustra uma das terras de plantar onde se cultiva coletivamente e exclusivamente pra fins de autoconsumo. As plantas são cultivadas em consórcios. As espécies identificadas nesta parcela são aipim, milho, batata doce, cana de açúcar, amendoim, abóbora, erva-mate, jerivá, araucária e cedro. A área de mata nativa à esquerda é usada como terra de criar.

Figura 12 - Terra de plantar usada para policultivo coletivo.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

Do mesmo modo, nas terras de criar e áreas de uso misto o uso é principalmente coletivo, salvo raras exceções. É comum a prática do mutirão para realizar as tarefas. A figura 13, a seguir, ilustra uma área de uso misto, onde o agricultor corta folhas de milho para alimentar o bovino e, do outro lado da cerca, uma terra de criar de uso coletivo, com suínos e ovinos.

Figura 13 - Agricultor alimentando bovino em área de uso misto e, ao fundo, terra de criar.



Fonte: acervo do autor. Foto Cipriano, 2017.

Em algumas das terras de criar é praticada uma espécie de adaptação da antiga tradição cabocla de criar suínos soltos na floresta (figura 14). Antigamente, a abundância de terras e de pinheirais simplificava a prática, “bastava soltá-los na floresta que cresciam e engordavam se alimentando de frutos e sementes, principalmente o pinhão, abundante a partir do outono” (BRANDT; NODARI, 2011, p. 82). Atualmente, devido à limitação espacial e à significativa redução dos pinheirais, há uma menor disponibilidade pinhão e frutos nas áreas de criação, o que torna necessário complementar a alimentação dos animais. Uma vez que não há disponibilidade de recursos financeiros,

nem interesse para alimentá-los com ração, este trabalho se inicia com o cultivo do milho nas terras de plantar.

Figura 14 - Criação de suínos na "floresta de criar".



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano 2017.

No entanto, a ligação dos caboclos de Linha Quadras com a terra não se limita à área legal da propriedade. Existem duas terras de plantar em propriedades de vizinhos que cederam as áreas para os agricultores da comunidade, visualizáveis na figura 16, que ilustra as áreas de uso externas à propriedade. Ambas as áreas são utilizadas para o cultivo de milho consorciado com feijão e abóbora. Uma delas está situada em uma antiga área de várzea que foi drenada para uso agrícola, outra, ilustrada abaixo na figura 15, se localiza em uma encosta íngreme e pedregosa, próxima à margem do Rio Chapecozinho. Na parte esquerda da imagem está o milho crioulo “Palha Roxa” cultivado pelos agricultores caboclos. Na posição central, logo abaixo da encosta onde está o milho dos agricultores caboclos, está o milho transgênico, de tonalidade ligeiramente mais amarelada, produzido pelo granjeiro que comprou a área de um irmão do patriarca de Linha Quadras. Ao fundo, é possível visualizar uma pequena parte da superfície do rio, margeado pela quantidade legal mínima de mata ciliar.

Figura 15 - Terra de plantar cedida, próxima ao Rio Chapecozinho.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

Existem ainda outras áreas externas à propriedade utilizadas como terras de plantar pelos agricultores, uma delas cedida por um granjeiro vizinho à comunidade, e as demais tratam-se de pequenas “sobras” de terra nas margens da estrada e em intervalos de pontes.

Hoje eu tô ali, plantando umas tigüera, uns beral que o meu mano vendeu, por que não entra trator então eles me deram [cederam] né, pra mim plantar, cultivar [...]. Planto um pouco aqui, um pouco lá, por que pra quem tem família e pouca terra né... Tem que plantar logo... encaixando, como diz o causo, nas beiradinha né. (C4).

A seguir, a figura 16 representa as áreas de uso externas à propriedade.

Figura 16 - Áreas de uso externas à propriedade.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

Além das terras de plantar cedidas, a imagem representa as áreas que fazem parte de um acordo de permuta entre os respectivos proprietários, motivado pela priorização, por parte dos agricultores caboclos, da área de mata nativa – legalmente pertencente ao granjeiro –, em detrimento da área de lavoura – legalmente pertencente ao agricultor de origem cabocla. Segundo os entrevistados, o proprietário priorizou a conservação do “arvoredo” para preservar uma fonte de água boa existente no local, o que reflete a valorização e a consciência da importância das áreas de mata por parte dessas famílias. A maior parte das terras de plantar e das áreas de uso misto é coberta por vegetação nativa que é manejada e, ao mesmo tempo, conservada pelos agricultores caboclos. Como já foi mencionado, este tipo de paisagem contrasta fortemente com a degradação promovida pelos granjeiros em nome do produtivismo que a maior parte destes parece priorizar.

A cessão das áreas de cultivo aos agricultores caboclos por parte dos vizinhos resulta, em parte, da impossibilidade de uso mecanizado

das mesmas por seus proprietários. No entanto, o uso dessas áreas não implica em pagamento de renda, representando uma relação de reciprocidade entre os agricultores da comunidade e alguns dos seus vizinhos. O diálogo abaixo é elucidativo dos pormenores dessa relação específica.

- Por que o vizinho deixa o Senhor plantar nas terras dele?

- Eu sou amigo dele. Caprichei nas terras dele, não deixei entrar criação pra comer as plantas dele [...] respeito ele. Ele tinha uns pé de erva lá quando eu arrendei a minha, daí ele disse pra eu arrear a dele também, que ele não ia ocupar. Daí eu arrendei, deu seiscentos “pila”. Fui lá pagar ele, ele quis me dar um pouco. Eu disse: “nãaa”, eu planto na tua terra... esse favor que o Senhor me faz, que me dá “dada” a terra, você vai com esse dinheiro e paga o imposto dessa terra. Então ele “me quer bem que Deus o livre”.

Esse sistema de “empréstimo” de terras representa, também, o resultado do investimento simbólico que deriva naturalmente da conduta nas relações sociais dos agricultores da comunidade, que empregam quanto esforço for necessário para manter sua honestidade e “cumprir com a palavra dada”, conquistando deste modo a confiança e a solidariedade das pessoas com as quais se relacionam. Este tipo de relação caracteriza uma categoria econômica diferente da troca e associada à redistribuição, ou seja, a reciprocidade, que tem como característica movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais.

Importante parte da produção agrícola é destinada ao autoconsumo e representa mais da metade da alimentação das famílias. Outra parte, entre os agricultores que ainda não se aposentaram, tem como destino a comercialização. Os principais produtos comercializados são o milho, alguns animais e a cada dois anos erva mate “arrendada”. Ou seja, a extração de erva existente na comunidade é feita com terceiros em troca de uma parte do produto. No entanto, as melhores erveiras são destinadas exclusivamente para a comunidade.

- O Senhor já “lutou na erva”?

- Não, mas sempre ajudo a conduzir [a extração d'] a minha. E no tempo que eu pagava Bloco, quando não tinha dinheiro, meu maior recurso pra viver era erva, arrendava aos pouquinhos. Daí com aquele dinheiro eu pagava os meus impostos, daí desapertava pra comprar uma semente. O que sobrava eu punha no monjolo, punha no barbaquázinho pra eles [filhos e respectivas famílias] socarem a erva “pro gasto”, pra família não estar comprando, pois é um produto hoje, podemos dizer, dos mais caros. Tá custando onze, doze cada quilo de erva... uma coisa que dá no mato aí, que a cada dois anos você corta.

Os próprios moradores processam a erva para o consumo na comunidade em “barbaquá tradicional”, conforme ilustra, a seguir, a figura 17.

Figura 17 - Barbaquá tradicional e erva-mate "descansando" para ser moída.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

Em menor quantidade, os excedentes da produção de autoconsumo também são comercializados – feijão, queijo, mel, melado,

rapadura –, o que representa uma pequena parcela da subsistência das famílias. Contudo, a venda desses produtos não representa importante contribuição para manter o Bloco de Produtor Rural atualizado. Os principais recursos utilizados para a manutenção do Bloco são contratos de arrendamento com o patriarca da comunidade e contratos de parceria com proprietários de estabelecimentos rurais vizinhos. Aqui, novamente, o acesso à previdência rural figura entre as estratégias prioritárias de famílias caboclas. Conforme já visto, este documento é exigido para a comprovação do exercício da profissão de agricultor junto à previdência social, requisito básico para acessar o benefício da aposentadoria rural.

Os contratos de arrendamento feitos entre o patriarca e seus filhos são cedidos, ou seja, sem exigir contrapartida. A única finalidade é que os mesmos tenham acesso ao Bloco e, em caso de necessidade, à política de crédito rural do PRONAF. A explicação nas palavras do agricultor proprietário está transcrita abaixo.

O meu Bloco já “venceu” né... me aposentei, que era o que tinha de mais necessidade. Agora daí então passei pros meus filhos fazerem o Bloco... se precisarem de alguma coisa da prefeitura, qualquer coisa eles têm “convênio” né, chegar lá “limpo”, se representar né. Então eles arrendam cada um um pedaço pra tirar o Bloco... “Agente” faz que nem arrendo, mas eles plantam, eles colhem, eles vendem o que sobra né... mas eu que cedi o contrato pra eles fazerem isso.

Dos seis filhos que permanecem na comunidade, três recorrem ao contrato de arrendamento com o pai, dois mantêm contrato de parceria com um proprietário vizinho para a manutenção do Bloco e um já se aposentou. Entre os demais habitantes que ainda não atingiram a idade mínima para aposentadoria como segurado especial⁴³, onze mantêm contratos de parceria para possibilitar a manutenção do Bloco, um é aposentado por motivos de saúde e outro aposentou-se em função da especificidade de sua profissão incluir riscos que são convertidos em redução no tempo mínimo de trabalho (policial). Dos onze agricultores

⁴³ Segurado especial é a categoria na qual se enquadram agricultores familiares, pescadores artesanais, indígenas, etc. Os requisitos para solicitar o benefício são a comprovação de 180 meses de trabalho (contribuição) e idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens.

parceiros, dois trabalham como empregados domésticos de maneira informal e quatro prestam serviços em estabelecimentos agropecuários também de maneira informal. Os cinco restantes trabalham somente nos cultivos comunitários. Segundo os entrevistados, os parceiros fictícios não exigem pagamento de nenhuma espécie em troca da ajuda, o que caracteriza a existência de relações de reciprocidade. Por meio desses mecanismos torna-se possível, também, adquirir junto a uma cooperativa de produtores da região (Cooperalfa) insumos para iniciar a produção, com juros de aproximadamente 8% ao mês para pagamento em dia e carência de nove meses para começar a saldar a dívida. Um desses agricultores chegou a acessar o PRONAF (Grupo B⁴⁴) com o auxílio de um agrônomo da EPAGRI municipal. Com os nove mil reais de crédito obtido comprou algumas vacas e passou a fornecer leite para uma cooperativa do município. Todavia, passados quatro anos, a cooperativa faliu e o agricultor se viu obrigado a vender as vacas, cujo valor não foi suficiente para quitar a dívida. Isso explica, em parte, o fato de ter aceitado a proposta de um vizinho para trabalhar como funcionário em seu estabelecimento de maneira informal. É comum na comunidade os agricultores recorrerem ao assalariamento informal, já que suas aposentadorias estão “garantidas” como produtor rural. Esses assalariados sazonais preferem não ter carteira assinada, pois temem perder o direito da aposentadoria rural. Além disso, existe a vantagem de receber um salário com valor maior em comparação ao que seria oferecido pelo patrão caso este tivesse que pagar os encargos trabalhistas implicados na formalização da contratação de um empregado.

Mesmo os agricultores que possuem contrato de arrendamento e DAP recorrem ao assalariamento, um deles de maneira exclusivamente informal, e outros dois também de maneira formal. Eles associam à prestação de serviços em estabelecimentos agropecuários de terceiros, o trabalho temporário no beneficiamento de grãos na cooperativa Coamo, porém somente quando necessitam de renda complementar. O contrato é de curta duração (três meses) e por este motivo, segundo os entrevistados, não interfere no Bloco de Notas. Quando questionados

⁴⁴ O Grupo “B” do PRONAF é composto pelas famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural, que têm acesso a uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural com renda bruta anual familiar de até R\$ 20 mil.

sobre a existência de interesse em acessar o PRONAF, esses agricultores afirmam que gostariam, mas não acessam em função do risco de entrar na inadimplência, dada a insuficiência de terras para cultivarem.

Afora a aposentadoria rural, outras políticas sociais representam importantes estratégias de reprodução das famílias, a exemplo do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa Bolsa Família e o Plano Brasil sem Miséria. Três famílias da comunidade foram beneficiadas pelo PNHR, o que significou, segundo os entrevistados, melhoria significativa, uma vez que as casas em que moravam anteriormente eram precárias e demandavam manutenção constante. No entanto todas as famílias beneficiadas consideram as casas pequenas demais, motivo pelo qual uma das famílias ampliou e outras duas pretendem ampliar. Todas as demais famílias pretendem acessar e estão aguardando o benefício. Apenas duas das oito famílias da comunidade recebem o benefício do bolsa família, e uma, por sua vez, acessou um recurso no valor de 2.400 reais a fundo perdido para a estruturação e implantação de uma horta familiar via PBSM. O benefício faz parte de uma linha de ação do Programa que visa propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva. Segundo os beneficiados, o recurso foi destinado para a compra dos materiais utilizados na construção da cerca e da estrutura dos canteiros, ilustrados na figura 18, e para a compra de uma máquina roçadeira movida a gasolina.

Figura 18 - Estrutura da horta financiada pelo PBSM.



Fonte: acervo do autor. Foto: Cipriano, 2017.

Uma das famílias entrevistadas, composta apenas por um casal, alegou receber cestas básicas de dois filhos que migraram para centros urbanos. Um deles, com idade de 38 anos, trabalha como leitor de marcadores de consumo de energia elétrica no município de Xanxerê e o outro, de 23 anos, é empregado na unidade agroindustrial da Aurora, no município de Xaxim.

A produção agropecuária voltada para o autoconsumo das famílias também pode ser considerada uma *estratégia de investimento biológico*, na medida em que se configura em uma *estratégia de profilaxia* (BOURDIEU, 1994). Profilaxia é um termo de origem grega (prophylaxis) que significa cautela, prevenção, também usado para denominar a parte da medicina que estabelece medidas preventivas para a preservação da saúde. Conforme foi abordado na introdução deste trabalho, Bourdieu (1994) utilizou esse termo para classificar as estratégias que objetivam a conservação do patrimônio biológico e a gestão do capital físico, e implicam investimento, não necessariamente monetário, em saúde e prevenção de doenças. Tanto por meio das entrevistas quanto da observação das relações e práticas de cultivo e

criação de animais dos agricultores de Linha Quadras, foi possível concluir que cultivar a terra representa para eles algo maior do que simplesmente uma estratégia de investimento econômico – sem, obviamente, deixar de ter essa dimensão.

- Isso que o senhor planta, por quê não compra no mercado. Não é mais fácil?

- Hoje se você ir olhar aí no mercado, você acha bem ‘facinho’. Não seria caro pra comprar, o problema é o que você vai comer, que não é uma coisa natural. Porque hoje você imaginar que eles vendem é só frescura, é só veneno, é ‘coisarada’, né? E o que você plantar, é tudo você sabe que é cultivo, né? (C2).

A *estratégia de sucessão* identificada na comunidade se dá a partir da busca por um mediador que informe a comunidade das possibilidades de criar um documento que impeça a venda da propriedade pelos filhos após o falecimento do patriarca, que por sua vez deseja que os herdeiros conservem a comunidade.

- Quando o C4 morrer, o que vai acontecer com a propriedade?

- O pai diz que é pros filhos se respeitarem! Não é pra ficar brigando porque ele não ensinou assim, ele ensinou foi a amizade. Quer bem até os inimigos. Quando ele morrer, quer que nós fique aqui cuidando da terra pros nossos filhos, como ele fez. Mas não tem terra pra todos os filhos viver de agricultura.

- Mas ele vai repartir entre os filhos?

- Não. Ele quer fazer um contrato no nome de um, que diga que os filhos não podem vender. Só pode morar e plantar. E se não quiser pode arrendar né, pra tirar uma renda. Mas vender não (C2).

Dos onze filhos do proprietário, apenas seis vivem na comunidade. Contudo, todos têm legalmente o direito de herança, fato que já gerou desconforto quando o proprietário ficou viúvo e alguns dos

filhos que migraram quiseram sua parte relativa ao direito da mãe. Como os pais não eram casados formalmente, o proprietário conseguiu manter a integridade do estabelecimento. A questão da sucessão é delicada, ao passo que a propriedade da terra é uma ferramenta de acesso aos mecanismos e estratégias de reprodução social. No entanto, os agricultores não empreendem ações visando o aumento da propriedade, ainda que em algumas famílias, mais de um filho deseje manter-se agricultor na idade adulta. Acreditam na possibilidade de “continuar vivendo assim, desse mesmo jeito” (C1).

Entre as *estratégias educativas* se encontram a transmissão da campesinidade, de um lado, e o investimento na frequência escolar, de outro. Apesar da escolaridade relativamente baixa dos adultos da comunidade, todas as famílias consideram fundamental as crianças e jovens frequentarem a escola, pelo menos até concluírem o ensino fundamental. “Tem que estudar. Antigamente dava, agora hoje se não tiver estudo não consegue nada” (C3). A transmissão da campesinidade, a grosso modo, é a herança do modo de vida dos grupos familiares. Ela se dá por meio da oralidade, da observação e da participação do trabalho, da conduta, das práticas e dos costumes cotidianos dos pais e avós por parte de crianças e jovens da comunidade. Como exemplo podemos citar a tradição de alguns agricultores de presentear cada filho com um animal, cujos cuidados de criação ficam sob sua responsabilidade, a responsabilização das crianças no cuidado de tarefas e bens específicos, etc. Contudo, através da observação e da participação cotidiana na comunidade, foi possível perceber uma tendência de aumento da importância dada à escola, em detrimento da importância da campesinidade, por parte das gerações mais jovens. A principal razão dessa transformação, por um lado, é relativa à crescente dificuldade de subsistir exclusivamente a partir da agricultura principalmente em função do limitado acesso a terra. Por outro lado, trabalhar “fora” implica a necessidade de maior capital escolar, que por sua vez motivou a migração de pelo menos três jovens para os centros urbanos de Xanxerê e Xaxim.

Existem também *estratégias de investimento simbólico* em Linha Quadras. A maneira gentil e altruísta com que os agricultores da comunidade se relacionam entre si e com as demais pessoas é um exemplo deste tipo de estratégia. Não significa que sua conduta se oriente por interesses específicos. Pelo contrário, fazem sem esperar nenhuma recompensa, mas com a absoluta certeza de que este caminho leva ao reconhecimento externo enquanto pessoas confiáveis. Nesse domínio, nenhum exemplo se compara à festa anual de comemoração do

aniversário do patriarca. Em fins do mês de abril de cada ano centenas de pessoas se reúnem na comunidade para a grande festa (figura 19). Os preparativos, por vezes, começam anos mais cedo, quando se inicia a criação dos animais que serão abatidos para o preparo do alimento que é ofertado aos convidados. Toda a alimentação é provida pelos moradores de Linha Quadras.

Figura 19 - Reunião anual para comemoração do aniversário do "Pai Grande".



Fonte: arquivo de Paulo Roberto Rebeschini. Foto: Rebeschini, 2017.

Como foi abordado, a *atividade agropecuária* é o principal meio de subsistência das famílias nessa comunidade. Associada às *atividades não agrícolas*, ela constitui a *pluriatividade*, que além de envolver uma espécie de investimento social em relações diretamente utilizáveis ou comercializáveis, se configura em uma *estratégia de investimento econômico* na medida em que, por meio dela, os agricultores transformam os diversos capitais que foram investidos em capital econômico. Entre os capitais mobilizados nessa estratégia estão o capital cultural, na forma de saberes e “fazeres”, o capital econômico, representado por todos os insumos e ferramentas utilizadas, o capital social, sempre que o trabalho é realizado em forma de mutirão/coletiva e, com menor frequência, o capital simbólico. Ainda que não seja constantemente utilizado nas atividades agrícolas e não-agrícolas, este tipo de capital é abundante em Linha Quadras e foi fundamental na obtenção das áreas de cultivo cedidas por vizinhos. É importante enfatizar que o saber-fazer que constitui o capital cultural da comunidade deriva de tradições milenares. Em outras palavras, são conhecimentos dos diversos povos dos quais o caboclo descende adaptados criativamente a partir da necessidade de sobrevivência frente

às transformações decorrentes dos processos de modernização nos diferentes momentos históricos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, foi possível perceber que há uma persistência de comunidades rurais com presença de famílias caboclas na região estudada. Mesmo com intensos processos de colonização e de modernização da agricultura iniciados, respectivamente, no final do século XIX e nos anos 1960, essas comunidades não desapareceram completamente, ainda que em boa parte delas a agricultura seja uma atividade secundária. Para apresentar as últimas reflexões e considerações deste estudo de forma coerente, buscamos relacioná-las aos objetivos, questões e hipóteses expostas anteriormente, na introdução desta dissertação.

A primeira questão tem caráter sobretudo quantitativo, referente ao objetivo central da presente pesquisa. Ela teve como finalidade a visualização da persistência de comunidades rurais com presença de famílias caboclas no TMOC por meio de sua identificação, mapeamento e elaboração de um inventário e caracterização preliminar. Neste caso, a hipótese formulada em parte foi confirmada, embora os resultados obtidos ainda não sejam conclusivos. Além da existência de mais de cem comunidades com essa característica em vinte e nove municípios – dezessete com pesquisa de campo –, constatamos uma grande probabilidade deste número ser consideravelmente maior, algo que constitui um primeiro indicador da necessidade de aprimoramento da metodologia e, principalmente, de continuidade da pesquisa.

Outro aspecto da hipótese que foi confirmado é relativo à formação das comunidades. Boa parte dos agrupamentos familiares se deu em função da criação de polos de exploração e transformação de recursos dependentes da mão de obra e do saber-fazer dos caboclos, com destaque para as ervateiras e madeireiras ou serrarias. No entanto, não podemos afirmar que esta é a principal forma de surgimento dessas comunidades, pois existem dois aspectos principais que dificultam afirmar com precisão tanto essas razões, quanto a data de formação de muitos desses agrupamentos de famílias. O primeiro consiste em uma espécie de distorção na história do processo de ocupação do território oestino, que se origina na postura de autoafirmação dos colonos de origem europeia enquanto “pioneiros”, confirmada em pesquisa a campo. Este suposto pioneirismo na formação das comunidades, porém, é questionável, conforme se abordou no tópico sobre a colonização do

oeste catarinense, no primeiro capítulo desta dissertação, e na apresentação do segundo capítulo.

Em razão disso, visualizamos claramente a necessidade de buscar conhecimento sobre as outras versões da história dessas comunidades. O segundo aspecto é o silenciamento e a estigmatização social da população cabocla. Grande parte dessa população foi espoliada e segregada sócio-espacialmente, apresentando carência de capital escolar e, portanto, menos empoderada não apenas no que se refere à imposição de sua visão de mundo (RENK, 2006), mas também na forma de contar “oficialmente” a sua própria versão da história. Por conseguinte, é fundamental ouvir e dar voz a esta população, que não teve um papel meramente coadjuvante na história, como muito se sugere. A crescente mediação cultural e a “recriação” da territorialidade cabocla (RENK, 2011) parecem ser ainda tímidas em relação à expressividade de sua importância e existência, e à amplitude de sua distribuição geográfica. Portanto, uma possível segunda etapa da continuidade deste inventário, consiste em historicizar essas comunidades.

A segunda questão tem relação com o primeiro objetivo específico, que diz respeito aos mecanismos que possibilitam a permanência e, portanto, nos ajudam a explicar a resistência, resiliência e persistência – dependendo do caso – de famílias de origem cabocla em comunidades rurais, apesar da “pressão contrária” que se fez presente ao longo da história. Nesse sentido, os resultados da presente pesquisa confirmam a hipótese de que esses agricultores recorrem a uma diversidade de estratégias para criar as condições necessárias à sua reprodução no espaço rural, na medida em que as principais linhas de ação dessas famílias, que estão enumeradas a seguir, convergem no sentido da permanência e são compostas por uma variedade de ofícios e relações.

1. Adoção de mecanismos que garantam o acesso ao benefício da aposentadoria rural: a totalidade das famílias da comunidade cujo caso foi estudado com maior profundidade no âmbito desta pesquisa recorre a esta estratégia por meio da realização de contratos, por vezes fictícios, de arrendamento e parceria com outros produtores familiares melhor dotados de capitais econômico e escolar. De forma implícita, estes mecanismos dependem de relações de reciprocidade entre esses agricultores. O benefício da aposentadoria também foi identificado como importante estratégia econômica de famílias de origem cabocla

por pesquisadores de temas correlatos (MELO, 2015; PODELESKI, 2014).

2. Recorrência à pluriatividade formal e informal na forma de “trabalho refúgio” (GUANZIROLI et al., 2001), como uma das principais estratégias voltadas à permanência no espaço rural. Por sua vez, a pluriatividade se subdivide em diversas atividades laborativas além da atividade agrícola. Assim, cada uma dessas atividades pode ser considerada individualmente uma estratégia de reprodução social.

3. Relações de reciprocidade: conforme visto no estudo de caso, este tipo de relação figura como fundamental condicionante das principais estratégias de reprodução social desses agricultores. Não por acaso as famílias da comunidade Linha Quadras contam com um número expressivo de contratos fictícios, com áreas de cultivo cedidas por outros agricultores, entre outros benefícios que resultam de sua conduta específica nas relações sociais internas e externas à comunidade. Esta característica se relaciona com nosso terceiro objetivo específico, que será abordado adiante.

Em relação à descrição as principais características socioeconômicas das comunidades de remanescentes caboclos, segundo objetivo específico desta pesquisa, consideramos que a meta foi alcançada, porém de maneira “preparatória” para uma investigação mais exaustiva. Em algumas comunidades obtivemos mais aprofundamento, noutras menos. No entanto, a quantidade de comunidades a respeito das quais conseguimos levantar dados mínimos é muito pequena em comparação ao número total identificado nesta pesquisa. Os principais motivos foram os seguintes: i) a carência de dados secundários a este respeito: aqui retomamos como exemplo o caso das informações relativas à comunidade Santa Lúcia, do município de Ouro, cedidas pelo CRAS deste mesmo município. Esta foi a única situação que se aproximou do que imaginávamos durante os primeiros passos metodológicos, que encontraríamos nas instituições públicas da maioria dos municípios do TMOC. Entretanto, conforme visto, esta expectativa não se cumpriu; ii) como consequência do aspecto anterior, o levantamento de dados dessa natureza depende do esforço investido em pesquisas a campo. Apesar da quantidade razoável de municípios percorridos e comunidades visitadas, a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre quantidade e qualidade dentro das limitações temporais e materiais, inviabilizou maior aprofundamento. Portanto, destacamos,

por um lado, a importância da criação de parcerias com as instituições públicas municipais na busca e na sistematização de dados sobre essas comunidades rurais e, por outro lado, reforçamos que, paralelamente às investigações a campo, é indispensável buscar aperfeiçoar constantemente a metodologia e, sobretudo, incentivar esse tipo de investigação.

No âmbito da presente pesquisa, podemos considerar que o terceiro objetivo específico foi alcançado. A questão orientadora que se relaciona com este objetivo tem a ver com as características fundamentais dos agricultores caboclos que podem ser consideradas como específicas e diferenciadoras dos agricultores descendentes de imigrantes europeus. Este tema foi abordado no primeiro capítulo, indicando que a teoria confirma a hipótese que foi inicialmente formulada, de que a principal diferença consiste nas racionalidades dos distintos grupos étnicos. É possível encontrar nos agricultores caboclos os elementos orientadores de sua conduta específica que, além de diferenciá-los dos agricultores colonos, em grande medida é incompatível com a própria racionalidade capitalista. Há que se ter cuidado com a possível generalização destes elementos, afinal, podem existir exceções, obviamente. Todavia, é visível a prevalência de uma conduta de estima pelo convívio, solidariedade e sustentabilidade em detrimento dos elementos ligados à acumulação e competitividade. Estes aspectos têm manifestações práticas diversas, entre as quais se destacam principalmente as técnicas de cultivo e criação menos degradadoras dos ecossistemas, a permuta de áreas propícias para o desenvolvimento de atividade agrícola capitalista por áreas de mata que protegem nascentes de água, ausência de interesse na acumulação pecuniária e, por fim, as relações de reciprocidade.

Apesar de já ter sido mencionada, uma consideração importante a respeito dos resultados que merece maior ênfase é a necessidade de continuidade do inventário e mapeamento das comunidades, e da investigação e caracterização de suas estratégias de reprodução social. O presente estudo revelou e deixou muitas lacunas, como, por exemplo, a possibilidade de afirmar que as famílias que vivem no entorno de ervateiras e em comunidade periurbanas são famílias de agricultores. A percepção que tivemos em uma comunidade com essa característica é que pequena parte das famílias de origem cabocla não têm cultivos sequer de autoconsumo. Até que ponto isso se dá em função da insuficiência ou da ausência do acesso a terra é uma questão crucial. Existe a adoção de mecanismos com a finalidade de manter a prática

agrícola, a exemplo dos arrendamentos e parcerias rurais? Fica como sugestão para novas pesquisas.

Outra sugestão, relativa às estratégias de reprodução dos agricultores caboclos é a ênfase na observação de sua forma de relacionar com as pessoas e com o restante da natureza. Mais do que revelar aspectos importantes e específicos deste grupo étnico, olhares atenciosos a este respeito podem trazer à tona elementos relevantes para os debates sobre desenvolvimento territorial e políticas públicas.

Para além dos objetivos, questões e hipóteses, consideramos importante destacar alguns aspectos e aprendizados da pesquisa de campo. Em diversos momentos do diálogo com informantes sobre as comunidades de remanescentes caboclos, sugeriram contraindicações à visita de nossa parte às comunidades, a maioria delas baseadas em afirmações depreciativas dos caboclos. Muitos afirmaram se tratar de pessoas interesseiras, traiçoeiras, violentas e indispostas em vários sentidos, entre eles de nos receber e conceder entrevistas. Boa parte dessas afirmações não parecia ter fundamento, outra parte sim. Na maioria das vezes, os conselhos foram acatados, afinal fomos alertados inclusive do risco de sofrermos agressões físicas. No entanto, sempre se fez presente um sentimento de discordância e não-aceitação, fundamentado, por um lado, na consciência da possibilidade dessas afirmações serem parte do processo de estigmatização social dessa população e, por outro lado, em nossas próprias experiências com as comunidades que já havíamos visitado. Por este motivo, decidimos por “arriscar a própria pele” para avaliarmos o risco a partir de nossas próprias percepções, agir com perseverança em busca de melhores resultados para a pesquisa e formar uma opinião com base em nossa própria experiência. Em todas as visitas a hipótese de sofrermos agressões foi refutada. Fomos muito bem recebidos e bem tratados por todas as famílias, sem exceção. A principal diferença observada foi na disposição para o diálogo por parte das famílias visitadas com o acompanhamento de um mediador que as conhecia e a elas nos apresentou, e nas visitas sem mediação. Em geral, nas visitas mediadas as famílias demoraram menos tempo a demonstrar conforto com a nossa presença, enquanto nas visitas não mediadas, as famílias inicialmente demonstraram desconfiança e certa insegurança, fazendo necessário o uso da sensibilidade para decidir por ficar ou procurar outra família, e que tipo de pergunta fazer. Restou o arrependimento de não ter “arriscado” antes e de forma mais intensa.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Série: **Faxinalenses do Sul do Brasil**. Fascículo 3.

Rebouças/PR, setembro 2008. Disponível em:

<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Fasciculo3.pdf>. Acessado em: 17 mar. 2017.

AURAS, Marli. **Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

AVILA, Analice de. **Capinzal-SC: um estudo geográfico como contribuição ao (re) conhecimento do lugar e da sua região**.

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2007.

AZEVEDO, Mário Neves de. **Espaço social, campo social, habitus e conceito de classe social em Pierre Bourdieu**. Revista Espaço Acadêmico, ano III, nº. 24, maio de 2003, mensal, ISSN. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/024/24cneves.htm>. Acesso em: 2 nov. 2015

BACH, Arnaldo Monteiro. **Porcadeiros**. Ponta Grossa: do autor, 2009. 488 p.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une Théorie de la Pratique: précédée de trois études d'ethnologie kabyle**. Genebra, Librairie Droz, 1972.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução social e reprodução cultural. In:

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 295-336.

BOURDIEU, Pierre. Espace social et genese des "classes". **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, 1984, p. 52-53.

BOURDIEU, Pierre. "The forms of capital". In: **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Nova Iorque: Greenwood Press, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 105, n. 1, p. 3-12, 1994.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **Respuestas: por una antropología reflexiva**. México: Grijalbo, 1995.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. **Costumes e Usos da Terra pela População Cabocla do Planalto de Santa Catarina**. Mercator, v. 13, n. 2, 2014.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. **Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória**. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 1**. 1ª Ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues em Santa Catarina (SC)**. Portal da Cidadania, 2017. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/santacatarinasc/one-community?page_num=0. Acesso em: 07 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras: manual**. Brasília, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CAZELLA, Ademir Antonio. **Agricultura Familiar: ainda é possível se diferenciar**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, nº43. Ago., 2012.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? In: **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998. pp. 148-170.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DIEGUES, Antônio Carlos. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica. In: **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. 2ª ed., São Paulo, Editora SENAC, p. 135-158, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. São Paulo: Nupaub-USP, 2008

ECKERT, José Paulo. **O povo dos herveas—entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850–1900)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

ESCOLA MUNICIPAL IVO SILVEIRA – EMIS. Blogger, 2017. Capinzal: EMIS, 2017. Disponível em: <http://emivosilveira.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FELISBINO, P. A.; FELISBINO, E. **Voz de caboclo: a saga do Contestado revivida nas lembranças dos sobreviventes do reduto de Taquaruçu**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

FERNANDES, F. M. B. **Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante**. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. Caminhos para análise das políticas de saúde, 1.ed.– Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p.487-503.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1ª. ed. (7ª. Impressão). Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1975.

FICHTER, Joseph H. **Sociologia**. São Paulo: Herder, 1967.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida; LUDKA, Vanessa Maria; FRAGA, Nilson Cesar. **Sistema Faxinal e Terras de Uso Comum na Região do Contestado**. Sem data. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38155012/Contestad>

o_e_Faxinais.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1491855493&Signature=9IjNsCeUBv9vHXyFfxuyfyQYsvV8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSISTEMA_FAXINAL_E_TERRAS_DE_USO_COMUM_NA.pdf Acesso em: 02 fev. 2017.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. **Faxinais e caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, 237 p., 2014.

GEHLEN, Ivaldo. Centralidade do trabalho e exclusão identitária no meio rural. **Sociedade em Debate**, v. 8, n. 3, p. 3-17, 2012.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GUANZIROLI, C. et al. Desenvolvimento com equidade e agricultura familiar. In: **Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001, pp. 15-42

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades 2017. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>. Acesso em: 20 abr. 2017.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS, 2012.

LAURENT, C., 1992. **L’agriculture et son territoire dans la crise**. Paris, Paris VII, Thèse de doctorat, 454 p.

LAURENT, C. *et al.*, 1996. Les différentes formes d’exercice de l’activité agricole des ménages ruraux. In: ALLAIRE, G. *et al.* (éd.). **Nouvelles fonctions de l’agriculture et de l’espace rural: enjeux et défis identifiés par la recherche**. Toulouse, INRA, pp. 261-275, 313 p.

LAURENT, C. *et al.*, 1998. **L’activité agricole des ménages ruraux et la cohésion économique et sociale**. Economie Rurale. Paris, SFER, n° 244, pp. 12-21, 63 p.

LAZZARINI, Sergio. **A Religiosidade Popular da Guerra do Contestado preservada nos Descendentes dos Caboclos no “Reduto de Taquaruçu.** (Monografia de Especialização em Metodologia do Ensino da Historia). Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), 2003.

LEITE, Sergio Pereira; DELGADO, Nelson Giordano. BONNAL, Philippe. KATO, Karina. Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. In: **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais.** Brasília: IICA, 2008.

LEMONS, Silse Teixeira de Freitas. **A face oculta do caboclo de Curitiba, Santa Catarina, perdas e rupturas em sua peregrinação da economia de subsistência para o trabalho precarizado.** 2006, 236 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Curitiba, 2006.

LEVIS, Carolina; et al. **Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition.** Science 355, p. 925-931. 2017.

LIMA, Débora de Magalhães. **A Construção Histórica do Termo Caboclo:** sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Cadernos do NAEA, v. 2, n.º. 2, 1999.

LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, L. A. G. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária do Paraná. **Revista Emancipação,** Ponta Grossa, v. 5, n. 1, 2005. (p. 89-104).

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente- índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro.** IN: Centro de Estudos Marxistas. As Portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: Editora UPF, 2002, p. 157.

MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente- índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro.** Sem data.

Disponível em:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20campesinato%20no%20Brasil%20-%20M%C3%A1rio%20Maestri%20-%202004.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2016.

MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: **História da Fronteira Sul.** Chapecó: Editora UFFS, 2015. p. 109-129.

MARTÍNEZ-ALIER, Juan. **El ecologismo de los pobres.** Revista WANI, n. 125, p. 42-50. Nicarágua, 1992.

MARTÍNEZ-ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres.**São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Pedro. **Comunidade Cafuza de José Boiteux – História e antropologia da apropriação da terra** (tese de doutorado). São Paulo: PPGAS/USP, 2001.

MARTINS, Pedro. **Anjos de cara suja: etnografia da comunidade cafuza.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

MELO, Diogo Neves. **Regularização fundiária em zonas rurais: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

MTE. **Trabalho Escravo em Retrospectiva: Referências para Estudos e Pesquisas.** Brasília, 2012.

PODELESKI, O. da S. **Estratégias de reprodução social de populações remanescentes do Contestado: o caso da comunidade de Taquaruçu, no Meio-Oeste de Santa Catarina.** Dissertação de mestrado. Florianópolis, 155p., 2014.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 19, nº. 23, p. 149-188, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2ª. ed. v. 6. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1977.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado, 1912-1916**. Ática, 1981.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1988.

RENK, Arlene Anelia. **A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense**. 2. ed. rev. Chapecó: ARGOS, 2006.

RENK, Arlene Anelia. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil. In: Encontro anual da ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Disponível em:

<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt09-11/5101-arlenerenk-etnicidade/file>. Acesso em: 15 jan. 2017.

RENK, Arlene Anelia. Territorialidade e ambientalização entre os caboclos. In: **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 135-145.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitaria, Col. Terra Mater, 2009. 238p.

SCHENEIDER, Sérgio. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestões políticas. In: **Anais DO XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza: SOBER, 2006.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Meio Oeste Contestado** (versão preliminar). Xanxerê, 2006.

TAVARES, Luís Almeida. **Campesinato e os Faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. 2008. 756 f. Tese (Doutorado em Geografia

Humana). Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia. São Paulo, 2008.

TECCHIO, Andréia. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro** : estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC). Florianópolis, 2012. 184 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

THOMÉ, Nilson. **Civilizações primitivas do Contestado**. IUL – Imprensa Universal Ltda., Caçador – Santa Catarina, 1981.

. **Sangue, suor e lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: INCON Edições/Unc, 1992.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, nº. 63, p. 153-155, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 1996, Caxambu, 1996. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroecologia/contents/photoflow-view/content-view?object_id=899435. Acessado em: 7 abr. 2017.

WELTER, Tânia. **O Profeta João Maria continua encantando no meio do povo**: um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2007.

WISENTAINER, Poliana Dallabrida. **Escravos da erva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

Reportagens em JORNAIS

BORELLI. O Contestado: apontamentos sobre a conjuntura. In: **O Estado do Paraná**. Curitiba, 5 de outubro de 1979.